

Março de 2006 • Ano 3 • nº 20

www.desafios.org.br

# desafios

do desenvolvimento



ipea



## Rumo ao infinito

Dois anos depois do acidente em Alcântara,  
o **Programa Espacial Brasileiro**  
decola e transforma o país no maior distribuidor  
de imagens por satélite

### **GASODUTO CONTINENTAL**

Projeto bilionário gera polêmica, mas Petrobras considera essencial para garantir abastecimento energético

### **FINANCIAMENTO**

Novas e diversas linhas de crédito facilitam a vida de pequenas e médias empresas

### **ADOÇÃO**

A difícil escolha entre tentar o retorno à família original e promover a busca de um novo lar

# desafios

## do desenvolvimento

### Sumário

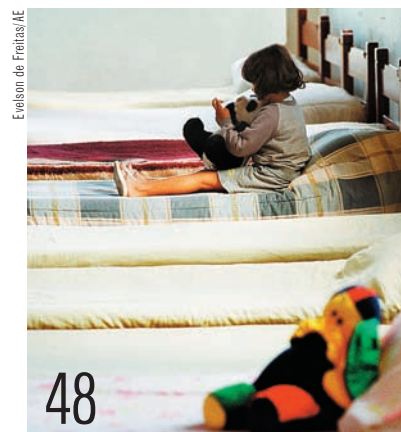
- 8 **Entrevista Guido Mantega**  
Presidente do BNDES acredita que o PIB brasileiro pode crescer 5% em 2006
- 16 **Energia A todo gás**  
Proposta de construção de gasoduto continental gera polêmica
- 24 **Crédito Abrindo o cofre**  
Finalmente aconteceu: não faltam linhas de crédito para as pequenas empresas
- 32 **Tecnologia Muito além do astronauta**  
Em parceria com a China, Brasil se torna o maior fornecedor de imagens por satélite
- 40 **Pesca O mar não está pra peixe**  
Baixos estoques e problemas ambientais comprometem a indústria pesqueira
- 48 **Sociedade Longe do paraíso**  
Dificuldades para adotar condenam crianças a longas permanências em abrigos
- 54 **Melhores práticas Aposta no turismo ecológico**  
Agricultores transformam suas propriedades em pousadas e aumentam a renda

### Artigos

- 14 **Guilherme C. Delgado**  
Avaliando o Fator Previdenciário
- 31 **Anjali Kumar**  
A grandeza dos pequenos
- 53 **Alison Sutton**  
O direito à família

### Seções

- 06 **Giro**
- 60 **Circuito**
- 62 **Estante**
- 64 **Indicadores**
- 66 **Cartas**



# Carta ao leitor

A equipe de reportagem de **Desafios** foi a campo e trouxe, para esta edição, duas boas notícias. A primeira ilustra nossa capa e mostra que o Programa Espacial Brasileiro está encontrando sua vocação. Muito além do simples desejo de “ir para o espaço”, estamos desenvolvendo e aplicando novas tecnologias que nos permitem acompanhar, lá do alto, os problemas que temos aqui embaixo, tais como desmatamentos, poluição das águas, controle da fauna, previsão do tempo e ocupação do solo, entre outros. Os avanços geram novas demandas que estimulam o crescimento da indústria aeroespacial brasileira, um seleto grupo de pequenas empresas. E, por falar em pequenas empresas, é justamente para esse segmento que vem a segunda boa notícia: finalmente o país conseguiu criar linhas de crédito de fácil acesso para os micro e pequenos empreendimentos. A reportagem “Abrindo o cofre” constata que aumentou o valor disponível para empréstimos e as condições para obtê-los foram simplificadas. A informação é confirmada na entrevista com Guido Mantega, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas nem sempre financiamento basta para superar os obstáculos. Os empreendedores, de todos os portes, do setor pesqueiro enfrentam uma grande dificuldade: a baixa piscosidade do mar brasileiro. Apesar do imenso litoral, o país não é um grande produtor de peixes porque nossas águas são pobres em nutrientes. A solução seria investir em aquíicultura para garantir os estoques e não colocar em risco as espécies. A reportagem da página 40 discute o problema com os diversos envolvidos, desde a Secretaria da Pesca até os ambientalistas, passando, é claro, pelos pescadores. A reportagem da seção Melhores Práticas, por sua vez, conta a história de um grupo de agricultores catarinenses que encontrou uma saída para a crise no cultivo da café apostando no agroturismo. Eles transformaram suas propriedades em pousadas e, graças aos visitantes atraídos pelas belezas naturais das encostas da Serra Geral, estão conseguindo aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida na região. Por fim, não deixe de conferir a reportagem “A todo gás”, que debate a polêmica proposta de construção do gasoduto bolivariano, ligando as jazidas de gás venezuelanas aos consumidores argentinos, atravessando o Brasil. O projeto, anunciado em janeiro, já provocou violentos protestos. Boa leitura!

**Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe**

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: [cartas@desafios.org.br](mailto:cartas@desafios.org.br)  
Diretoria de redação:  
SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF  
Visite nosso endereço na internet: [www.desafios.org.br](http://www.desafios.org.br)

Patrocínio



Apoio



# desafios

do desenvolvimento

[www.desafios.org.br](http://www.desafios.org.br)

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

PRESIDENTE Glauco Arbix

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)**

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Lucien Muñoz

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Glauco Arbix, João Carlos Magalhães, Karla P. Correa, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela

## Redação

EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

REPÓRTER Manoel Schindwein

COLABORADORES Eliana Simonetti, Nair Rabelo (redação), Paulo Jabur, Ricardo B. Labastier (fotografia), Ivana Gomes (revisão), Renato Breder (arte)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Grant Faint/Getty Images

## Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • [bia@desafios.org.br](mailto:bia@desafios.org.br)

### REPRESENTANTES

**BAHIA E SERGIPE** Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: [canal@canalccr.com.br](mailto:canal@canalccr.com.br)

**ESPÍRITO SANTO** • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: [machodom.vix@terra.com.br](mailto:machodom.vix@terra.com.br)

**PARANÁ** • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: [sec.thadeu@terra.com.br](mailto:sec.thadeu@terra.com.br)

**RIO GRANDE DO SUL** • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: [gianoni@gianoni.com.br](mailto:gianoni@gianoni.com.br)

**SANTA CATARINA** • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: [m.minuzzi@terra.com.br](mailto:m.minuzzi@terra.com.br)

### Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • [flavia@desafios.org.br](mailto:flavia@desafios.org.br)

### Atendimento

Paula Galícia (coordenadora) • [paula@desafios.org.br](mailto:paula@desafios.org.br)

### Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF  
Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

### Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP  
Tel./Fax: (11) 3073-0722

### Administração

Instituto Uniemp  
Av. Paulista, 2198, conjunto 161 – CEP 01310-300 - São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

### Assinaturas

Teletarget  
Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • [desafios@teletarget.com.br](mailto:desafios@teletarget.com.br)

### Atendimento ao Jornaleiro

LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

### Impressão

Globo-Cochrane Gráfica e Editora

### Distribuição

Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

### Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

## Pesquisa

### Novo empresário

Em agosto deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) deverá divulgar os resultados de um novo levantamento que está sendo realizado com 150 empresas brasileiras para traçar o perfil dos empresários que se destacam em inovação e competitividade. A Pesquisa de Atitudes Empresariais para o Desenvolvimento e Inovação (Paedi) conta com a parceria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pretende confirmar a hipótese de que existe uma nova mentalidade empresarial, com um conjunto de valores e atitudes que orientam as práticas dos dirigentes das empresas inovadoras. Essa suspeita surgiu com base nos resultados de uma pesquisa anterior, “Inovação e padrões tecnológicos na indústria brasileira”, que revelaram um processo de reestruturação da indústria após a abertura econômica, assim como novas estratégias competitivas das firmas. No universo industrial analisado, foram encontradas empresas brasileiras que estão desenvolvendo um comportamento proativo, orientando-se pelas práticas mais nobres da competição: a inovação tecnológica e a diferenciação de produto.



## Meio ambiente

### Mais do que medalhas

A última edição dos Jogos Olímpicos de Inverno, ocorrida em Turim, na Itália, foi acompanhada atentamente não só por atletas e torcedores. Observadores de diversas organizações ambientais estiveram presentes para conferir como os jogos estavam promovendo bons padrões ecológicos. O Comitê Organizador de Turim (COT) para as Olimpíadas de Inverno tinha como meta garantir que o evento fosse climaticamente correto. Para isso, um plano de monitoramento extensivo foi desenvolvido em toda a área olímpica. Ele abrange 16 indicadores ambientais, como o ciclo da água, a qualidade do ar e o uso do solo. Os fornecedores de bens e serviços para o evento foram selecionados com base na qualidade ecológica de seus produtos. A Vila Olímpica foi construída com materiais não poluentes, planejou-se um programa amplo de transporte sustentável e desenvolveu-se um plano de gestão do lixo com intenção de reduzir a zero a quantidade de resíduos enviada aos depósitos. Inovação pró meio ambiente não faltou nos 16 dias de jogos. A Unilever, juntamente com a Coca-Cola Company e a McDonald's Corporation, utilizaram a “Refrigeradores Naturalmente!”, uma tecnologia de refrigeração alternativa que usa dióxido de carbono nas geladeiras, eliminando a necessidade de gases que danificam a camada de ozônio. Todas essas iniciativas estão elencadas nos Relatórios de Sustentabilidade, elaborados pelo COT, e considerados marcos na busca pela realização de eventos de massa que entretenham os espectadores e, ao mesmo tempo, sejam ambientalmente corretos.

## Monitor das reformas

O saldo das atividades durante a Convocação Extraordinária foi bastante positivo, e alguns avanços importantes foram alcançados, tais como a aprovação da redução do recesso parlamentar e do fim do verticalismo. Isso abre perspectivas para um ano produtivo, apesar dos processos de cassação que devem concentrar as atenções, sem falar dos naturais atrasos de um ano eleitoral. Mesmo assim, o Congresso acena com algumas votações em breve, entre elas a da segunda etapa da reforma do Judiciário, que deve ratificar a decisão do Supremo Tribunal Federal pondo fim ao nepotismo, não só no Judiciário, como em todos os três poderes. Outra reforma que deve caminhar é a tributária, sobretudo em razão das constantes pressões dos prefeitos para o aumento de 1 ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios. Esse é apenas um dos pontos da reforma, que também prevê a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e limites à guerra fiscal entre estados. A reforma sindical não deve ser apreciada tão cedo, mas é considerada um dos desafios para o Congresso em 2006. Por fim, a reforma universitária ainda está em poder do Executivo, que deve mandar, em breve, uma proposta para o Legislativo.

## Porquinhos corretos

O Instituto Sadia de Sustentabilidade é o primeiro órgão ligado à indústria alimentícia no Brasil a receber um registro internacional que permite a comercialização de créditos de carbono. Ele obteve a aprovação do Executive Board da Organização das Nações Unidas (ONU) para Mudanças Climáticas e agora vai colocar em prática o Programa 3S,

que prevê envolvimento dos 3,5 mil suinocultores integrados da empresa na redução das emissões de gases de efeito estufa e a participação deles na comercialização dos créditos. Para redução da emissão de poluentes, serão utilizados biodigestores instalados nas granjas. Os resíduos serão fermentados por bactérias em tanques cobertos, evitando a emissão

de metano. A retenção de gases que provocam o efeito estufa será revertida em créditos de carbono que serão negociados no mercado externo. Tudo conforme o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto pelo Protocolo de Quioto. O Programa 3S espera conseguir negociar em torno de 6 a 10 toneladas de carbono por ano.



Divulgação

## Indústria

### Pé no acelerador

O desempenho da indústria em 2005 é muito importante por se referir a um patamar elevado, depois do expressivo crescimento em 2004. Ele foi superior aos dois anos 2001 (1,6%), 2002 (2,7%) e 2003 (0,1%). Se por um lado os juros – que possivelmente ditaram o ajuste da produção no segundo semestre –, o real apreciado e as dificuldades do comércio exterior, que tiveram impactos em segmentos industriais, atuaram como forças que retardaram o crescimento em 2005, por outro lado o crescimento das exportações atuou como força positiva para a indústria. As perspectivas de novos cortes na taxa de juro e o resultado de dezembro indicam que a desaceleração do segundo semes-

tre pode estar no fim. De fato, a indústria continua exportando e investindo, sobretudo em bens de capital não-seriados e, ainda que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não estejam fechados para o ano, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indicam que em 2005 houve um ligeiro crescimento do pessoal ocupado na indústria. Esses fatos reforçam as expectativas de manutenção do ritmo de crescimento industrial em 2006. *(Texto extraído da edição de fevereiro do Boletim de Conjuntura Industrial, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).*

## Eleições

### Bilhões a menos

Editada pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), a revista *Update* trouxe na edição de fevereiro uma reportagem que avalia o possível prejuízo com a previsível paralisação do Congresso Nacional em consequência das eleições deste ano. Segundo a publicação, nosso PIB perderá a estúpida quantia de 12 bilhões de dólares se não forem aprovadas as reformas fiscal e tributária, previdenciária, judi-

ciária e ainda os marcos regulatórios. A Consultoria Tendências fez o cálculo comparando o crescimento do PIB previsto num panorama sem reformas, que seria em torno de 2,5%, com o cenário oposto, em que o Congresso funcionaria em condições normais. Nessa hipótese, a expansão do PIB poderia chegar até os 4%. A pequena diferença percentual é que representa, em valores, a dúzia de bilhões de dólares.

## Sustentabilidade

### Químicos seguros

A cada ano, mais de 1,5 mil novos produtos químicos são oferecidos aos consumidores, somando-se aos quase 100 mil já existentes. Esses números projetam um crescimento de 80% da indústria química em 15 anos. Preocupados com as consequências ambientais dessa escalada, mais de 100 ministros de meio ambiente e saúde, entre eles representantes do Brasil, reuniram-se no mês passado e estabeleceram uma nova estratégia para tornar os produtos

químicos mais seguros para os seres humanos e para o planeta. O acordo voluntário denominado Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM, da sigla em inglês) abrange avaliações de risco de produtos, etiquetamento padronizado e maneiras de lidar com produtos obsoletos e estocados. A SAICM surge em momento oportuno, quando a produção química está migrando para os países em desenvolvimento.

## Verba para gênios

O Censo Escolar de 2005 mostrou que 3,4% dos estudantes do ensino básico são superdotados. O problema é que eles estudam em classes normais, o que não estimula o desenvolvimento, além de trazer, eventualmente, problemas de relacionamento. No início do ano, o governo federal anunciou a liberação de uma verba de 2 milhões de reais para que os estados criem centros de apoio a esses alunos na rede pública.

# Guido Mantega



Paulo Jabur

## O Brasil pode crescer até 5% em 2006

Por **Andréa Wolfenbüttel**, do Rio de Janeiro

**A**o completar 15 meses à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega comemora um balanço que apresenta o maior lucro da história da instituição aliado a um volume recorde de concessão de empréstimos. O presidente de um dos principais bancos de fomento do mundo – tem mais recursos do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – acredita que os fundamentos econômicos nunca estiveram tão sólidos no país e que o governo Lula está conseguindo cumprir seu programa de governo, ainda que por caminhos tortuosos.

# racioná-los e podemos financiar todas as necessidades que surgem

**Desafios** – O desempenho do BNDES em 2005 bateu recorde em concessão de financiamentos e em geração de lucros. A que o senhor atribui esse sucesso?

**Mantega** – O Brasil está na rota do desenvolvimento há pelo menos dois anos e isso implica uma movimentação econômica de todo o país. Depois de um longo e tenebroso inverno de 20 e tantos anos, as forças produtivas do país estão se movimentando sob todos os pontos de vista. A produção está em efervescência, assim como o setor financeiro e os financiamentos. É natural que, nesse contexto, ocorra aumento de capitalização das empresas, crescimento do faturamento e do lucro, e também do BNDES. O banco participa das atividades das empresas, seja como financiador, seja como sócio, já que ele tem participação acionária nas empresas. Por um lado, ajuda a viabilizar os empreendimentos e depois colhe os bons resultados dessa participação. Também nos beneficiamos porque o nível da atividade econômica está bem e os empréstimos estão sendo honrados. Isso explica nosso nível de lucratividade de 3,2 bilhões reais.

**Desafios** – Além do contexto externo, não houve influência das campanhas de divulgação que o banco realizou no ano passado?

**Mantega** – Ao longo do tempo o banco mudou sua atuação para acompanhar as necessidades da economia. Em determinado momento, ele atendeu fundamentalmente empresas estatais. Hoje procura dar suporte às privadas. Em determinada época, ele só olhava para as grandes empresas, hoje olha para as pequenas e médias como um setor prioritário. Por isso procuramos divulgar nossas linhas de crédito, que eram pouco conhecidas, principalmente pelos segmentos dos pequenos e médios empresários.

**Desafios** – Por falar em pequenas empresas, muitos

criticam o BNDES por socorrer grandes empresas, que poderiam recorrer aos bancos comerciais. Como o senhor vê essas críticas?

**Mantega** – Um dos problemas do Brasil é a falta de crédito. Comparativamente a outros países, a relação crédito *versus* PIB aqui é baixa. Como o banco não tem escassez de recursos, não precisamos racioná-los. Essas críticas seriam válidas se houvesse uma escolha a ser feita. Se dispuséssemos de 10 milhões de reais para uma demanda de 30 milhões. Nesse caso, teríamos de dar o dinheiro às pequenas e médias empresas, porque as grandes conseguem de outras fontes. Mas temos sobra de recursos e podemos financiar todas as necessidades que surgem. Eu acho importante emprestar para uma grande empresa do setor de energia, por exemplo, porque ela presta um serviço que beneficia todo o país; ou financiar uma grande siderúrgica que vai exportar produtos e melhorar a balança comercial diminuindo a vulnerabilidade externa. Assim como também nos interessa financiar uma padaria, um profissional liberal. Podemos financiar tudo, desde o turismo até bens de capital.

**Desafios** – Pode financiar a economia informal?

**Mantega** – Veja, o banco não tem como dar suporte às pessoas que estão na informalidade. Quando você vai liberar um crédito para uma empresa, você analisa as suas condições econômico-financeiras. Tem de apresentar um balanço auditado, portanto real, que expresse uma condição favorável. Quando uma empresa é informal, não apresenta uma situação boa porque ela esconde o lucro, esconde o faturamento. Isso quer dizer que, quando uma empresa procura o BNDES, ela tem de se formalizar. Eu diria que o BNDES tem contribuído para a formalização das empresas porque para obter o crédito especial que o BNDES fornece elas abrem mão de outro benefício, que é o não-pagamento de tributos.

## Sem papas na língua

Logo após o pleito de 2002, Guido Mantega, então um dos principais assessores econômicos do presidente eleito, afirmou que “no governo Lula o dólar vai cair, a inflação ficará sob controle, haverá redução do desemprego, aumento do salário mínimo e crescimento econômico. Mas não será fácil”. Talvez tenha sido mais difícil do que imaginava, mas ele acertou. Esse é bem o estilo de Mantega, o genovês, nascido em 1949, que veio para o Brasil com 2 anos de idade, formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se, sem muito espalhafato, um dos principais quadros do Partido dos Trabalhadores (PT). Direto em suas declarações, ele não teme entrar em choque com companheiros, nem mesmo quando ambos estão no governo. Suas críticas à alta taxa de juro são públicas e já irritaram, mais de uma vez, o presidente do Banco Central e o Secretário do Tesouro Nacional. Desde novembro de 2004, Mantega está no comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocupando, numa sucessão conturbada, o lugar que era de Carlos Lessa. Antes disso, foi o titular da pasta do Planejamento e, muito antes ainda, em 1982, foi diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. Atualmente Mantega vive na ponte-aérea entre o Rio de Janeiro, sede do BNDES, e São Paulo, onde mora com a família no boêmio bairro da Vila Madalena. É doutor em Sociologia pela USP, com especialização no Institute of Development Countries (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Foi professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e professor, também de Economia, no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas deixou a carreira acadêmica no final dos anos 80 para dedicar-se exclusivamente ao PT. Principal lazer? Fazer caminhadas com seu filho de 5 anos.

**Desafios** – Muitos empresários fazem elogios ao BNDES, mas sempre acompanhados de reclamações em relação à burocracia e à demora para conseguir o financiamento. Está sendo feito algo para a redução desse prazo?

**Mantega** – É estranho, porque, dependendo da linha de financiamento, a liberação se dá em cinco dias. Uma empresa já cadastrada no banco que queira adquirir máquinas por meio do Finame, uma linha especial para esse fim, recebe o dinheiro em cinco dias. Às vezes, a demora não é nossa. O BNDES opera também por meio de outros agentes financeiros, que podem levar mais tempo para aprovar o empréstimo. Mas, em geral, não passa de 60 dias. Claro que existem programas do BNDES que são mais estruturais, como o financiamento de uma nova siderúrgica, um financiamento de mais de 1 bilhão de reais, que vai consumir mais tempo. É diferente de financiar uma máquina, uma geladeira ou uma televisão, que basta ver se o sujeito é bom pagador, ver a ficha de crédito dele e em cinco minutos liberar o dinheiro. É natural que o financiamento ao investimento seja mais demorado que o financiamento ao consumo e ao capital de giro. Mesmo assim, no Exim, que é a linha de crédito do BNDES para a exportação, às vezes vários milhões de reais são liberados em dez, quinze dias.

**Desafios** – O senhor tem idéia do prazo médio para concessão dos financiamentos?

**Mantega** – Um financiamento mais complexo, ao setor privado, pode demorar até seis meses. Já para o setor público é mais demorado porque é preciso checar se a prefeitura ou o estado têm capacidade fiscal, passar pela Secretaria do Tesouro Nacional, muitas vezes o prefeito muda de idéia, um novo prefeito modifica o projeto, então pode demorar até mais de um ano. Mas o banco tem procurado dar mais agilidade às suas liberações. Mesmo nos casos mais complexos nós temos reduzido o tempo de tramitação. No ano de 2005, diminuímos o prazo em 40%, em média. Nós criamos modali-

dades mais rápidas de liberação de crédito, como o chamado Limite de Crédito, para empresas que já têm mais de cinco anos de relacionamento com o banco e que rotineiramente tomam empréstimos.

**Desafios** – O BNDES acaba de autorizar o financiamento a empresas estrangeiras interessadas em investir em turismo no Brasil. Essa é a primeira vez que o BNDES libera crédito para empresas estrangeiras?

**Mantega** – Não. O BNDES pode emprestar para empresas estrangeiras, mas em condições diferentes do financiamento às empresas nacionais. As condições só são semelhantes quando as estrangeiras vão investir em algum

setor considerado prioritário para o país. Agora o turismo passou a integrar esse grupo de interesse. Nós já financiávamos a produção e a exportação de caminhões, de máquinas agrícolas, bens de capital de modo geral. Não financiávamos veículos leves, mas veio uma demanda para o setor e criamos uma linha de crédito para exportação de veículos leves. Por quê? Porque achamos que era importante que o Brasil se consolidasse como uma plataforma de exportação de veículos. A indústria automobilística ainda tem um papel muito relevante na economia brasileira, tem um efeito multiplicador grande, gera muito emprego, movimenta muitos





setores da economia, autopeças, vidro, estofamentos, plástico. E hoje existe uma competição internacional para se- diar a produção. Fabricação de carros é o *filet mignon*, é bom exportar soja, mas é melhor ainda exportar automóveis. Não importa se a empresa é estrangeira ou nacional, até porque não existe nenhuma nacional no setor automobilístico. Ao contrário do que acontecia no passado, quando as fábricas no Brasil produziam carros já superados, de segunda linha, o país hoje está lançando carros novos no mercado, com projetos desenvolvidos aqui, com tecnologia nossa. São engenheiros brasileiros que estão projetando os carros avançados da linha internacional.

**Desafios** – Ao dizer que é bom exportar soja, mas que é melhor ainda exportar carro, o senhor está reconhecendo a importância de aumentar a intensidade tecnológica de nossa produção. Qual é o tratamento dado às atividades de inovação no novo pacote de políticas operacionais lançado pelo BNDES?

**Mantega** – A linha de maior prioridade do pacote é a da tecnologia. Atualmente, a renovação tecnológica se dá numa velocidade muito maior do que se dava no passado. As empresas competem por produtos cada vez mais novos, mais aperfeiçoados, portanto a inovação é uma condição *sine qua non* para o sucesso da produção brasileira. Nesse sentido diminuimos o custo do financiamento para inovação. Hoje os empréstimos para inovação têm o menor custo do BNDES, com taxa fixa de 6% ao ano, sem correção monetária, sem qualquer adicional, independentemente da taxa de juro, da Selic, seja lá do que for. Antes era de 12%. Para projetos em que a tecnologia já foi desenvolvida e será aplicada à produção, ou seja, quando alguém vai fabricar um bem que já incorpora a inovação, o custo do financiamento é só a taxa de juros de longo prazo (TJLP), sem nenhum adicional, sem *spread* bancário nem taxa de risco. A mudança em relação ao que havia antes é que era TJLP mais 2,5% e agora é TJLP pura, caíram os 2,5%. Ainda

mais: nós vamos lançar, em breve, fundos para financiamento de inovações tecnológicas também dentro dessas condições. Fundos bancados integralmente com recursos do banco, sem falar nos fundos de *venture capital* e de *equity*, que nós já apoiamos.

**Desafios** – Entre as prioridades na nova política operacional do banco está o estímulo ao mercado de capitais. Que tipo de estímulo?

**Mantega** – Essa é uma área que a nossa gestão procurou desenvolver, porque o BNDES vinha apresentando um desempenho aquém das suas possibilidades. Nós queremos ajudar as empre-

*“O Banco tem procurado dar mais agilidade às suas liberações. Mesmo nos casos mais complexos temos reduzido o tempo de tramitação. No ano de 2005, diminuimos o prazo para concessão de empréstimos em 40%, em média”*

sas a abrir o capital, subscrever debêntures, ter uma participação acionária nas empresas, ou seja, não apoiar somente com financiamento, mas também comprando ações. Outra meta é movimentar e ajudar a dar mais equilíbrio ao mercado de capitais. O BNDES tem uma grande carteira de ações. Temos, entre ações e debêntures, ativos de 46 bilhões de reais. Então procuramos dar mais liquidez ao mercado lançando, em 2005, a oferta pública de cotas dos Papéis Índice Brasil Bovespa – 50, o Pibb, que foi muito bem-aceito. O Pibb, na verdade, é um fundo de ações formado pelas 50 ações mais negociadas. Colocamos um pe-

dacinho das ações que temos da Petrobras, da Vale do Rio Doce, de todas as líderes que formam essas 50 ações e oferecemos ao mercado. Mais de 120 mil investidores, pessoas físicas, participaram. Isso se chama popularização do investimento em mercado de capitais. Foi a maior colocação que já houve no país. A gente ia colocar 1 bilhão, aí choveu uma demanda e chegamos a 2,3 bilhões. E aqueles que entraram estão muito felizes porque compraram cotas a 40 reais que, dois meses depois, estavam valendo 55 reais.

**Desafios** – O banco tem a intenção de repetir essa operação?

**Mantega** – Bem, a gente não pode falar, mas não há planos no momento. Ainda estamos colhendo os louros do Pibb.

**Desafios** – O pacote de novas políticas operacionais prevê um Programa de Dinamização Regional. O que contempla esse programa?

**Mantega** – Entre as prioridades do BNDES está estimular as regiões menos desenvolvidas do país, apoiando projetos estruturantes que tenham um efeito multiplicador importante. Para os investimentos feitos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, já há uma redução de *spread* automática.

**Desafios** – Sempre foi assim ou é uma novidade do pacote?

**Mantega** – Ao longo do tempo foi e voltou. Isso é um aperfeiçoamento. O banco é muito criativo. Em algumas épocas ele tem linhas, depois ele tira, aí ele cria de novo. Quer dizer que esses *spreads* são sempre redefinidos. Agora temos um novo padrão. Então, se uma siderúrgica se implantar no Rio de Janeiro, ela terá determinado custo de financiamento, mas, se for no Ceará, esse custo cairá, pelo menos, 1 ponto percentual.

**Desafios** – Como alguém que acompanha de perto os investimentos produtivos, como o senhor, enxerga as perspectivas econômicas para 2006?

**Mantega** – A economia brasileira apresenta condições muito favoráveis para

*“No ano passado, o BNDES liberou financiamentos da ordem de 47 bilhões de reais, 18% a mais do que em 2004, que foi um ano bom. Se nós pegarmos o segmento indústria, o financiamento cresceu 49%”*

um crescimento expressivo. Eu acredito que nós possamos crescer de 4,5% a 5% em 2006. Por um lado, os fundamentos da economia brasileira nunca estiveram tão sólidos como hoje. Desafio qualquer analista a me mostrar um período de nossa história, um momento que seja, no qual os fundamentos estivessem tão sólidos, tanto o controle da inflação e das contas públicas como, fundamentalmente, a redução da vulnerabilidade externa. Porque o Brasil sempre teve um calcanhar-de-aquiles, que era sua vulnerabilidade externa, sua dependência de capitais externos para fechar suas contas. Isso mudou radicalmente. Hoje o Brasil é um protagonista do comércio internacional, ele gera moeda forte, gera divisas. Tem uns que acham que gera demais, porque nós fechamos o ano passado com um superávit comercial de quase 45 bilhões de reais mais o investimento externo que entra, o que nos deixa com um saldo de moeda forte muito favorável. E faz com que a dívida externa esteja diminuindo. O país se dá ao luxo de fazer pré-pagamentos de dívida de longo prazo. Outro fator importante é que temos uma estrutura produtiva moderna e eficiente. Somos um país que possui uma estrutura agrícola modernizada, campeã em vários produtos em termos de produtividade. E não é uma questão de manipulação de câmbio. Houve uma época em que

os produtos brasileiros eram baratos por causa do câmbio. Mas agora até com uma conjuntura cambial desfavorável conseguimos sucesso no comércio internacional. Na questão da energia do etanol, o Brasil tem liderança tecnológica. A indústria brasileira se manteve e até deu um salto de qualidade, ao contrário de outras economias que, durante crises recentes, destruíram sua capacidade produtiva. Hoje temos uma estrutura produtiva preparada para enfrentar os desafios da globalização. As empresas brasileiras estão em processo de modernização, estão comprando muito equipamento e isso tem sido observado pelas nossas linhas de crédito. No ano passado, o BNDES liberou financiamentos da ordem de 47 bilhões de reais, 18% a mais do que em 2004, que foi um ano bom. O número sozinho não dá a dimensão das mudanças estruturais que estão acontecendo. Se nós pegarmos o segmento indústria, o financiamento cresceu 49%. Isso é significativo porque o BNDES financia investimento, então quando ele financia a indústria significa modernização e aumento da capacidade de produção. Para a indústria mecânica, o crescimento foi de 163%, para a metalúrgica, 76%, para a química e petroquímica, 103% a mais.

**Desafios** – Qual é a coisa da qual o senhor mais se orgulha por ter feito à frente do BNDES?

**Mantega** – Eu me orgulho de conseguir dizer que o banco, hoje, é um dos protagonistas do desenvolvimento.

**Desafios** – Não era antes?

**Mantega** – Foi menos. No período da privatização, ele tinha um papel diferente, hoje tem uma presença mais marcante. Mesmo porque o desenvolvimento está voltando. Eu fico satisfeito em saber que as empresas que são apoiadas pelo banco são as que mais geram empregos no país. Temos uma pesquisa mostrando que, em todos os setores de atividades, as empresas apoiadas pelo BNDES geram mais empregos do que as semelhantes nos mesmos se-

tores. Não estamos comparando alhos com bugalhos. O BNDES tem uma atividade que não só aumenta a produtividade e a produção como aumenta também a geração de empregos. Essa é a maior virtude que está acontecendo no país. É uma nova modalidade de crescimento com geração de emprego e distribuição de renda. E o BNDES está envolvido nisso, por exemplo, apoiando mais as micro e pequenas empresas. Está aumentando o volume de crédito para esse segmento. No ano passado, dos 47 milhões de reais emprestados pelo banco, 11,6 milhões foram para as pequenas e médias empresas.

**Desafios** – Que mais o senhor ainda sonha em fazer no banco?

**Mantega** – Que o Brasil tenha um crescimento sustentável de, pelo menos, 5% do PIB ao ano. E certamente o BNDES vai ter um papel importante nessa tarefa. Ele vai ter o desafio de continuar financiando infra-estrutura, eliminando os gargalos e dinamizando o mercado de capitais.

**Desafios** – O senhor sempre teve participação importante na elaboração dos programas de governo das campanhas presidenciais do PT. Naquela função e naquela época o senhor imaginava que a condução da política econômica do governo Lula seria a que foi?

**Mantega** – Bem, existe uma diferença entre a teoria e a prática. Uma coisa é você escrever um programa de governo e outra é defrontar-se com as limitações da realidade. Sempre é preciso fazer adaptações, mas eu diria que o essencial do programa de governo de 2002 está sendo cumprido. A retomada do desenvolvimento econômico com a distribuição de renda, a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, o aumento da respeitabilidade ao Brasil no contexto internacional, enfim, acho que os grandes projetos do programa estão sendo realizados. Talvez por caminhos mais tortuosos. A gente tem de fazer um superávit maior do que o que imaginávamos, por exemplo, mas estamos conseguindo atingir os objetivos. **d**

# Avaliando o Fator Previdenciário



Divulgação

**A** Lei do Fator Previdenciário chegou ao sexto ano de vigência e tem provocado controvérsia por causa de seu caráter restritivo à aposentadoria por tempo de contribuição, penalizada com crescentes descontos pecuniários. Esses descontos são calculados por uma fórmula matemática cujo principal fator de redução do valor das aposentadorias, uma vez cumprido o critério do tempo de contribuição, é a expectativa de sobrevida das pessoas, estimada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A regra do Fator foi estabelecida para inibir a aposentadoria por tempo de serviço. Conquanto seja esse um direito previdenciário brasileiro, previsto na Constituição de 1988, há diversas pressões para alterá-lo. Na época da introdução da Lei do Fator, logo após a Reforma Constitucional da Previdência de 1998 (E.C. 20/98), argumentou-se com ênfase sobre pressões fiscais e variáveis demográficas, que não mais sustentariam a aposentadoria por tempo de serviço. Mas o argumento que nos parece mais forte é o critério de risco previdenciário como justificativa da aposentadoria (idade avançada, invalidez, viuvez, acidente de trabalho etc.), pois o tempo de trabalho ou de contribuição não significa risco previdenciário. Por essa razão, ao mudar fortemente o perfil etário da população e também a realidade fiscal da Previdência, a aposentadoria por tempo de serviço ficou debilitada no sentido ético-jurídico. Em conseqüência, surge a pressão por estabelecer idade mínima para aposentadoria, no contexto da qual é introduzida a regra do Fator.

Por outro lado, quando se alteram regras previdenciárias de longo prazo, às quais estão associadas legítimas expectativas de direito, há que se fazer transição para novas regras claramente estabelecidas. É precisamente aí que reside o nó górdio da controvérsia em relação à Lei do Fator, como demonstra uma avaliação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisa empiricamente o período 1999-2004 comparado a 1995-1998 – portanto, antes e depois da Lei do Fator –, revelando resultados significativos:

1. forte reversão no fluxo anual de concessão das

aposentadorias por tempo de contribuição – a média anual cai de 339,8 mil para 136,2 mil benefícios; 2. elevação significativa na média de idade dos aposentados entre períodos – aumento de 49,7 anos para 52,2, para mulheres, e de 54,3 anos para 56,9, para homens; 3. eleva-se o tempo médio de contribuição, antes e depois – de 27,5 anos para 28,7, entre as mulheres, e de 32,7 anos para 33,8, entre os homens; 4. forte desaceleração no estoque de benefícios por tempo de contribuição em manutenção, cuja taxa média de incremento foi de 11,2% ao ano entre 1991 e 1998 e passou a ser de 2,2% ao ano entre 1999 e 2004 – com conseqüente diminuição na taxa de incremento da despesa previdenciária total, da ordem de 1 ponto percentual ao ano.

Finalmente deve-se ponderar sobre o diferenciado alcance de uma regra de idade mínima, comparada à Lei do Fator. A primeira é clara, precisa, em geral precedida de uma regra de transição, como de resto temos hoje na aposentadoria do serviço público. Já a Lei do Fator introduziu uma fórmula que não permite ao segurado conhecer antecipadamente sua situação porque a expectativa de sobrevida de cada idade é variável, anualmente calculada pelo IBGE.

Ora, como a expectativa de sobrevida apresenta clara tendência de melhoria, a fórmula do Fator tende, a médio prazo, a aumentar a idade mínima de aposentadoria, até atingir o teto da aposentadoria por idade – 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. Nesse entremeio, vigorariam expectativas incertas no seguro social para aqueles com tempo de contribuição já atingidos nos limites atuais.

Esse conteúdo de incerteza inerente à regra do Fator é fonte endógena de instabilidade para aplicação das normas do seguro social previdenciário. Disso decorre, segundo uma lógica estritamente securitária, a necessidade de se estabelecer seu limite. Na verdade, o limite de idade – já estabelecido em 2003 para os servidores públicos – é mais coerente com o direito previdenciário que a atual Regra de Fator para o Regime Geral da Previdência Social.

Guilherme C. Delgado é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

*“A Lei do Fator Previdenciário introduziu uma fórmula para cálculo da aposentadoria que não permite ao segurado conhecer antecipadamente sua situação porque a expectativa de sobrevida de cada idade é variável, anualmente calculada pelo IBGE”*

Proposta de construir um gasoduto de quase 10 mil quilômetros para abastecer os países da América do Sul com o gás natural venezuelano gera muita polêmica, mas serve para mostrar a importância dessa fonte de energia limpa que poderá dobrar sua participação na matriz energética brasileira até 2015



De acordo com projeções da Petrobras, o consumo nacional de gás natural deve saltar do patamar de 38 milhões de metros cúbicos diários em 2004, para 250 milhões em 2020

# A todo, gás

Por Ottoni Fernandes Jr., de São Paulo



## O novo gasoduto poderá transportar 150 milhões de metros cúbicos diários de gás venezuelano,

Stéferson Faria



Atualmente, o gás natural responde por 7,5% da produção de energia no Brasil e a meta da Petrobras é chegar a 15% em 2015

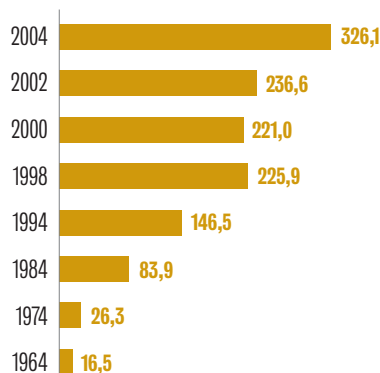
O sonho de Simón Bolívar de integrar a América do Sul pode assumir a forma de um gasoduto com 9,8 mil quilômetros de extensão, que sairia da Venezuela, atravessaria o Brasil, passaria pelo Uruguai e terminaria na Argentina, com ramais para o Chile, o Paraguai e a Bolívia. A obra, anunciada em janeiro numa reunião dos presidentes da Argentina, do Brasil e da Venezuela, realizada em Brasília, já nasce sob o signo da polêmica. É cara, pois um estudo preliminar da Petrobras indica que custaria 23 bilhões de dólares, e não existem ainda fontes de recursos para financiá-la. E ainda teria de atravessar cerca de 2,2 mil quilômetros de Floresta Amazônica, com inevitáveis problemas ambientais. Em 2004, o Brasil consumiu 38 milhões de metros cúbicos diários de gás natural e, nas contas da Petrobras, o consumo de gás natural no país deve atingir 251 milhões de metros cúbicos por dia em 2020, enquanto a oferta vinda da Bolívia e de poços no Brasil será de 119 bilhões de metros cúbicos diários. Por isso a obra é considerada estratégica. A diferença de 132 milhões de metros cúbicos por dia teria de

vir da Venezuela. A natureza foi pródiga com nosso vizinho do norte, pois as reservas venezuelanas provadas de gás natural eram, em 2004, de 4,2 trilhões de metros cúbicos, quase cinco vezes superiores às da Bolívia. Hugo Chávez, o presidente da Venezuela,

garante que o país tem gás natural suficiente para abastecer os futuros clientes do gasoduto por 200 anos. Os técnicos argentinos, brasileiros e bolivianos têm até o final de julho para concluir o estudo de viabilidade do gasoduto bolivariano, chamado de “sonhodo” pelos críticos do projeto.

Atualmente, o gás natural responde por 7,5% da produção de energia no Brasil e a meta da Petrobras é que essa fatia chegue a 15% em 2015, contribuindo para diminuir a poluição do ar e a emissão de gases que aumentam a temperatura da atmosfera terrestre. O fornecimento de gás venezuelano seria essencial para atingir o objetivo, pois os consumidores industriais, especialmente usinas termelétricas que queimam esse combustível, precisam ter garantia de abastecimento no longo prazo. O novo gasoduto teria capacidade para transportar 150 milhões de metros cúbicos de gás natural diariamente, cinco vezes mais do que o gasoduto que traz o gás da Bolívia para o Brasil e que está perto de seu limite, pois chegou a enviar 27,5 milhões de metros cúbicos em novembro do ano passado. A estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), que tem

### Evolução das reservas brasileiras de gás natural (em bilhões de m<sup>3</sup>)



Fonte: Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional do Petróleo

## cerca de cinco vezes a capacidade do Gasbol, que traz o combustível da Bolívia para o Brasil

o monopólio da produção de gás natural, propõe-se a vender o combustível que circularia pelo novo gasoduto por 1 dólar o milhão de BTU (da sigla em inglês de unidade térmica britânica, que mede o poder calorífico de um combustível). Nas contas de Ildo Sauer, diretor de gás e energia da Petrobras, com o acréscimo do custo de transporte pelo novo gasoduto, o gás natural venezuelano chegaria aos consumidores industriais brasileiros por um preço entre 3,5 e 4,75 dólares o milhão de BTU, um pouco mais barato do que o combustível que vem da Bolívia, que sai por 4,90 dólares o milhão de BTU.

**Garantias** No entanto, não há garantia de que esse preço seja mantido, como afirma Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor da empresa carioca de consultoria Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE): “Por razões políticas, a Venezuela está oferecendo um preço subsidiado, pois poderia colocar o produto por um valor maior nos Estados Unidos, e não há garantia de que um futuro governo mantenha essas condições”. Ele considera o gasoduto bolivariano uma obra megalomaniaca e argumenta que seria muito mais viável importar gás natural liquefeito da Venezuela e investir numa central de regaseificação no Nordeste, região que tem maior carência do combustível. Na opinião de Giuseppe Bacocoli, geólogo e professor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ, um gasoduto só é viável economicamente até uma extensão de 2,5 mil a 3 mil quilômetros, a partir daí é mais barato liquefazer o gás e transportá-lo por via marítima.

O ministro das Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, define o gasoduto bolivariano como a mais importante obra de infra-estrutura da América do Sul, “pois permitirá a integração continental por meio do fornecimento de gás natural”. Para Sérgio Bajaj, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), “a

### Um continente ligado por gasodutos



construção do bolivariano seria muito interessante para garantir o fornecimento de gás natural a longo prazo, como acontece na Europa, mas existe incerteza sobre o preço futuro do combustível, pois podem mudar as visões hoje convergentes entre os governos da Argentina, do Brasil e da Venezuela”. De fato, a rede de gasoduto existente na Europa transporta cerca de 3 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia e o principal fornecedor é a Rússia, de-

tentora das maiores reservas naturais existentes no mundo, com 26,7% do total (leia tabela da pág. 20). A crise ocorrida no ano passado, quando a Rússia tentou aumentar o preço do gás natural vendido à Ucrânia – que deixou de ser uma aliada política –, enquanto fornece por valores menores a países amigos, dá uma pista da complexidade da questão do novo gasoduto da América do Sul. Para Bolívar Pego Filho, pesquisador do Instituto de Pesquisa

## A rede de gasodutos existente na Europa conduz 3 milhões de metros cúbicos diários de

Econômica Aplicada (Ipea), o gás natural tem papel estratégico no desenvolvimento da América do Sul, como na Europa: “Embora haja dependência de um país para outro, também há integração, pois a receita com a venda de gás natural será relevante para a Venezuela, a exemplo do que acontece com a Rússia atualmente”. Ou seja, o nosso vizinho do norte não poderá aumentar o preço a bel-prazer, especialmente se o Brasil avançar na descoberta de novas reservas de gás natural, como ocorreu nos últimos anos.

**Reservas** Com a localização de novas jazidas na Bacia de Santos, em São Paulo, e no Espírito Santo, as reservas brasileiras provadas de gás natural atingiram 326 bilhões de metros cúbicos, gerando aumento de 41% em relação às existentes em 1999 (leia tabela na pág. 18). Bacoccoli, da Coppe, acredita que ainda existam muitas reservas a serem descobertas no Brasil, especialmente depois que a Petrobras decidiu investir mais na prospecção e na produção de gás natural. “Nas décadas de 70 e 80, os engenheiros da Petrobras costumavam dizer que, infelizmente, o poço deu somente gás. Além disso, só faziam perfurações até a profundidade de 2,5 mil metros, e o gás natural se encontra na faixa dos 4 mil.” Assim, acabaram descobrindo apenas gás natural associado a petróleo, como nas jazidas submarinas da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Nessas condições, é pequeno o volume do gás extraído, para não baixar a pressão nos poços e o tempo de produção do petróleo. Ao aumentar os esforços em prospecção de gás natural, a Petrobras descobriu reservas não-associadas a petróleo, como as da Bacia de Santos. Agora pretende investir 12 bilhões de dólares para extrair gás natural dessa jazida e calcula em cerca de 6 bilhões de dólares a contrapartida do setor privado. A meta é produzir 30 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia em 2010, 4 milhões a mais do que é exportado diariamente da Bolívia.

Para não colocar todos os ovos no mesmo cesto e não ficar dependente do forne-

### Os líderes na América do Sul (Reservas provadas de gás natural em bilhões de m<sup>3</sup>)

	1984	2004	Parcela do total - 2004
<b>Colômbia</b>	110	110	0,06%
<b>Peru</b>	0	250	0,14%
<b>Brasil</b>	80	330	0,18%
<b>Argentina</b>	670	610	0,34%
<b>Bolívia</b>	130	890	0,50%
<b>Venezuela</b>	1,670	4,220	2,35%
<b>Mundo</b>	<b>96,390</b>	<b>179,530</b>	<b>100%</b>
<b>Rússia</b>	0	48,000	26,74%
<b>Irã</b>	14,000	27,500	15,32%

Fonte: www.gasenergia.com.br

### A riqueza dos estados (Reservas provadas de gás natural em bilhões de m<sup>3</sup>)

	1999	2004	Parcela do total - 2004
<b>Amazonas</b>	44,897	49,448	15,2%
<b>Ceará</b>	1,809	1,066	0,3%
<b>Rio Grande do Norte</b>	23,691	21,207	6,5%
<b>Alagoas</b>	8,831	5,127	1,6%
<b>Sergipe</b>	6,310	4,115	1,3%
<b>Bahia</b>	27,888	25,261	7,7%
<b>Espírito Santo</b>	7,963	22,304	6,8%
<b>Rio de Janeiro</b>	104,904	119,049	36,5%
<b>São Paulo</b>	4,940	78,471	24,1%
<b>Paraná</b>	78	65	0,0%
<b>Total</b>	<b>231,233</b>	<b>326,084</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: www.gasenergia.com.br

cedor venezuelano, também é preciso aumentar o suprimento da Bolívia. Pires, da CBIE, avalia que instalações de novas estações de bombeamento poderiam ampliar

de 30 milhões para 34 milhões de metros cúbicos o fornecimento diário de gás natural da Bolívia. Isso seria suficiente para atender à demanda até que os poços da Bacia de Santos entrem em produção em 2008. A Petrobras já tem programado o investimento de mais 5 bilhões de dólares na Bolívia, em parceria com a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), nos próximos seis anos para produção e industrialização de gás natural, além da geração de energia elétrica em centrais movidas por esse combustível.

O anúncio do gasoduto continental também deve servir de sinal para que o novo presidente boliviano, Evo Morales, vá devagar com a proposta de nacionalizar a produção de exploração de gás natural e elevar os preços de venda ao exterior. Até porque a Petrobras já investiu 1,5 bilhão de dólares no vizinho, gera 20% da arrecadação de impostos no país, além da receita de 700 milhões de dólares com exportação de gás natural para o Brasil em 2005. Sauer calcula que neste ano o Brasil gastará até 1,5 bilhão de dólares em gás natural da Bolívia devido a aumento dos custos com o pagamento de royalties e tributos decorrentes da nova Lei de Hidrocarbonetos. Nas contas de Pires, esse será o preço que o Brasil terá de pagar até que os gigantescos campos da Bacia de Santos entrem em produção, pois o consumo de gás natural cresce 15% ao ano no país.

Para atender a essa demanda crescente, é preciso também ampliar a rede interna que transporta o gás natural importado ou produzido no país para as 26 empresas distribuidoras, que têm a missão de levar o combustível até o consumidor final. Na opinião de Romero de Oliveira e Silva, presidente da distribuidora Copergás de Pernambuco e da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegas), é mais importante concluir o gasoduto que ligará o Sudeste ao Nordeste (Gasene) e construir no Nordeste uma estação para regazeificar gás natural importado do que pensar no gasoduto que trará o gás da Venezuela.





A intenção de construir o gasoduto bolivariano foi anunciada em janeiro, durante encontro dos presidentes do Brasil, da Venezuela e da Argentina

**Demanda** Em 2004, a rede de gasodutos que transportava o gás até as distribuidoras era de 7,6 mil quilômetros. Para atender à crescente demanda, deverá chegar a 16,1 mil quilômetros em 2010, segundo avalia Sauer, da Petrobras. A ampliação exigirá investimentos da ordem de 4 bilhões a 6 bilhões de dólares. A conclusão do Gasene, no trecho do Rio de Janeiro a Salvador, permitirá levar o gás natural das bacias de Santos, Espírito Santo e Bahia, bem como o boliviano, para os estados nordestinos. Outro gasoduto considerado prioritário é o que vai ligar as cidades gaúchas de Uruguiana e Canoas, fechando o circuito que conecta a Argentina e a Bolívia com os estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Também já foi liberada a licença ambiental, depois de quatro anos de batalhas judiciais, para concluir o gasoduto ligando as reser-

vas de Urucu, no Amazonas, a Manaus.

A demora para conseguir a licença ambiental do gasoduto – que terá 420 quilômetros – no trecho Coari a Manaus antecipa as dificuldades a serem superadas para a construção do gasoduto que trará o gás venezuelano e que atravessará mais de 2 mil quilômetros de Floresta Amazônica. No entanto, Pego Filho, do Ipea, pondera que o novo gasoduto vai aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira, especialmente onde substituirá combustíveis mais poluentes, como na indústria e no transporte urbano. Para ele, o debate sobre o novo gasoduto também serve para colocar a necessidade de uma política energética de longo prazo na agenda de prioridades nacionais, “pois falta planejamento global e existem políticas estanques para hidroeletricidade, petróleo e gás”.

Bacoccoli, da Coppe, concorda que falta um planejamento energético mais abrangente para o futuro e aproveita para reclamar do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado pelos ministros da área. “Ninguém arregaça as mangas”, diz ele. Na avaliação de Pires, da consultoria CBIE, todo o planejamento para o setor de gás natural está a cargo da Petrobras, que hoje controla 90% da importação de gás e 100% da produção interna. Oliveira, o presidente da Abegas, diz que o planejamento de longo prazo para o gás natural deve ficar a cargo do governo federal, que tem de ser capaz de prever a demanda a médio e longo prazo. Ele considera necessário fortalecer o papel da Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao Ministério de Minas e Energia, para criar uma matriz de planejamento independente.

## Proposta de lei em discussão quebra o monopólio da Petrobras no transporte de gás

Stéferson Faria



Se concretizado, o gasoduto boliviano sairá da Venezuela, atravessará o Brasil, cortando 2,2 mil quilômetros de Floresta Amazônica, e chegará até Buenos Aires

**Legislação** Outra necessidade urgente, defende Pires, da CBIE, “é mudar o marco regulatório do setor de gás natural, hoje incluído na Lei do Petróleo”. Oliveira, da Abegas, considera que a proposta de uma lei para o gás natural, de autoria do senador Rodolfo Tourinho (PFL-BA), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, é o pontapé inicial para montar um novo sistema que regule o setor de gás natural e traga outros investidores. O projeto de Tourinho acaba com o monopólio da Petrobras no transporte de gás natural dos centros produtores até as distribuidoras. Estabelece que “fica assegurado a qualquer carregador o acesso aos gasodutos de transporte, mediante o pagamento de tarifa aplicável”. Assim, a utilização do gasoduto passaria a ser regulada, e não objeto de negociação, e caberia ao Operador Nacional do Sistema de Gás (Ongas) definir as regras de uso. Atualmente, afirma Pires, a Petrobras tem o poder de escolher quem usará os gasodutos e de praticar subsídios cruzados. Isso ocasiona um conflito de interesses, pois a Petrobras tem participação acio-

nária em 21 das 24 distribuidoras estaduais de gás filiadas à Abegas. Tourinho defende uma legislação específica para o setor de gás natural, pois atualmente ele é regulado pela Lei do Petróleo, de 1997, e necessita de regras específicas, especialmente no tocante ao transporte. A Petrobras critica o projeto de lei proposto por Tourinho; e Sauer, seu diretor de gás e energia, considera que ele “compromete os investimentos em expansão da infra-estrutura de transporte do gás natural no país, condição essencial para a organização ou a maturação de mercados emergentes ou em transição, como o do Brasil”. Ele lembra que a Grã-Bretanha só abriu o mercado de gás natural para concorrentes privados depois que a infra-estrutura de produção e transporte estava consolidada, graças aos investimentos da estatal British Gas.

**Alternativa** Para jogar um pouco mais de lenha na fogueira, o ministro Rondeau já anunciou que o governo federal apresentará brevemente outra proposta de lei para o setor de gás natural, pois “lutamos

para apresentar o melhor projeto para desenvolver esse importante mercado energético no país”. Bacoccoli, da Coppe, afirma que o projeto de lei do senador Tourinho não toca nas garantias de preço do gás natural no longo prazo, o que é necessário, pois, ao contrário do petróleo, não tem seu custo definido no mercado internacional. Para ele, flutuações nos preços desse combustível, como o aumento da ordem de 40% que aconteceu desde setembro do ano passado, afetam a disposição dos consumidores industriais, que não se sentem seguros para planejar a utilização desse combustível limpo. O debate sobre a regulação do setor é saudável por revelar a importância estratégica do gás natural para a produção de energia no Brasil. É bom lembrar que a quebra parcial do monopólio da Petrobras, estabelecido pela lei de 1997, estimulou a concorrência e fez com que a própria estatal batesse todos os recordes de produtividade e rentabilidade até conquistar a auto-suficiência na produção do petróleo consumido no Brasil. **d**

CRÉDITO





# Abrindo o cofre

Por **Eliana Simonetti**, de São Paulo

Finalmente aconteceu: existem diversas linhas de financiamento para os empreendedores, e as micro e pequenas empresas mostram resultados crescentemente positivos. O movimento cria trabalho e renda, e melhora a qualidade de vida da população por toda parte

**N**o centro das metrópoles, na periferia, em vilas, recantos, rincões afastados de tudo, onde se esteja, no Brasil, de uma coisa se pode estar certo: haverá pelo menos uma vendinha, uma barraca de quinquilharias, um botequim. Uma casa lotérica, quem sabe. Uma farmácia. Micro e pequenas empresas (MPEs) respondem por 99% dos empreendimentos e por 67% das vagas de trabalho no país, e nos últimos anos, têm sido responsáveis por 95% dos novos empregos que dão renda e propiciam melhoria na qualidade de vida dos brasileiros. “Elas são os pilares de sustentação da livre iniciativa e da democracia”, diz Laurindo Faria Pete-

linkar, diretor-superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Mato Grosso do Sul.

A questão, portanto, envolve muitos aspectos. Da economia à política, da geografia à sociologia. E está em pauta. Dois eventos internacionais que ocorrem no Brasil, em março, indicam a atenção dada ao assunto. Primeiro: entre os dias 15 e 17, em São Paulo, jovens empreendedores de todo o planeta se reúnem num congresso idealizado pela Universidade Mundial do Comércio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujo tema é *Let's Make a New Deal* (“Vamos fazer um novo acordo”, em português). Na

## Micro e pequenas empresas respondem por 99% dos empreendimentos e por 67% das vagas

lista de chamada estão 300 empreendedores estrangeiros de mais de 60 países, 800 empreendedores brasileiros e 400 estudantes. Esta é a décima edição do encontro, cujo objetivo, de estimular negócios e parcerias, tem sido plenamente alcançado. Consideradas as nove reuniões anteriores, mais de 5 mil empresários firmaram cerca de 350 contratos com valores entre 20 mil e 35 milhões de dólares. Boas cifras para contatos que, ao longo dos anos, não somaram sequer 30 dias.

O segundo evento movimentou Brasília entre os dias 27 e 30. É uma conferência da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) denominada “Financiamento para o empreendedorismo e o crescimento das pequenas e médias empresas”. Para o Brasil, essa é uma oportunidade e tanto. Aproxima-se da OCDE, que reúne 30 países comprometidos com a democracia e o livre mercado, entre eles os mais ricos do mundo. Tem a chance, também, de mostrar o que tem feito para multiplicar recursos e distribuí-los, de forma não apenas a aumentar o número de empresas, mas a possibilitar seu crescimento e promover, com isso, o avanço de regiões e pessoas ainda muito distantes da prosperidade. “É espantoso o que se consegue quando se fornece algum dinheiro e suporte a quem tem vontade de empreender”, diz Stelo Gama Lyra Junior, superintendente de microfinanças e programas especiais do CrediAmigo, o braço do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) dedicado ao microcrédito.

**Elogio** Maior programa de microcrédito produtivo do Brasil, o CrediAmigo emprestou, ano passado, 548 milhões de reais a 596 mil empreendedores, ou seja, algo em torno de 920 reais por empréstimo com duração média de quatro meses. A inadimplência registrada foi de apenas 0,84% (quando a média do sistema financeiro gira em torno dos 5%). Quem toma dinheiro do CrediAmigo? Pipoqueiros, baianas que fazem acarajé, vendedores de água-de-coco, lojistas, desenvolvedores de programas de com-



Bancos e outras organizações oferecem crédito a taxas reduzidas a quem queira montar ou expandir um negócio, seja ele um carrinho de venda de tacacá ou uma mercearia

putador. Não há restrições. “Nossa preocupação é não deixar sem atendimento pessoas que estão à margem do sistema financeiro e na base da pirâmide social”, diz Lyra Junior. O dinheiro é liberado em sete dias úteis e, se o cliente for bom pagador, o crédito é renovado automaticamente. O banco tem agentes que conhecem de perto a clientela, acompanham seu trabalho, verificam seus resultados. Quando é procurado por principiantes, gente que perdeu o emprego e que decide montar um negócio por conta própria sem saber ao certo como fazer, o banco encaminha a pessoa ao Sebrae para

que aprenda alguma coisa sobre gerência, pesquisa de mercado e coisas do gênero antes de mergulhar na empreitada. Pois bem, o Banco Mundial e o Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres – um consórcio de 31 agências de desenvolvimento públicas e privadas – acabam de lançar o livro *Access for All* (“Acesso a todos”, em português), em que são analisadas experiências mundiais de concessão de crédito e seus efeitos na redução da pobreza. Inclui um elogio ao trabalho do BNB e do seu CrediAmigo. A única crítica do Banco Mundial ao sistema brasileiro de crédito como

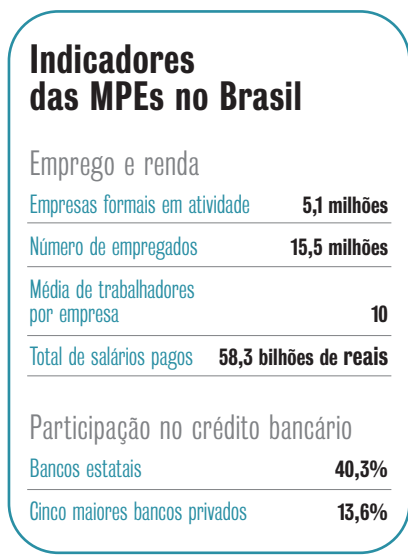
## de trabalho no país, nos últimos anos têm sido responsáveis por 95% dos novos empregos

um todo são as excessivas exigências que muitas vezes atrasam a liberação do dinheiro. Os critérios rigorosos são necessários sempre que se trata de recursos públicos, mas também podem ser fatais. É preciso sintonia fina para atingir o ponto certo.

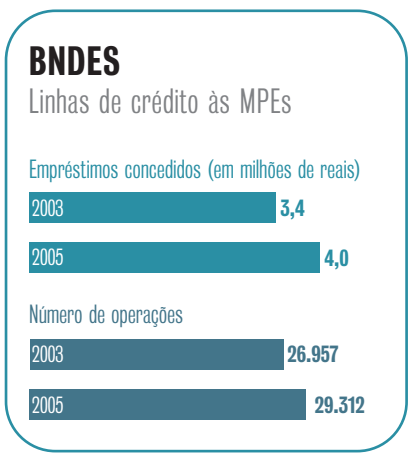
A Vidatis é uma empresa paulista que desenvolve softwares na área de saúde. Nasceu em São Paulo em 2004. Está abrindo um escritório em Salvador, na Bahia. Tem 31 funcionários e só faz crescer. Já ganhou até prêmios internacionais. Dinheiro para isso? Primeiro: do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O banco oferece financiamento desburocratizado e, com o Cartão BNDES, também financia nossos clientes e fornecedores, o que tem sido uma importante alavanca de negócios”, diz Gustavo Capovilla Marchiori, diretor executivo da empresa. Em um segundo momento: do BNB. “O Nordeste é um celeiro de gente de qualidade e os juros oferecidos pelo banco são bastante atraentes. Essas vantagens nos levaram a programar a transferência de nossa produção para Salvador”, explica.

O Cartão BNDES é uma modalidade de crédito pré-aprovado para a aquisição de equipamentos de fornecedores de cadastrados no banco que pode atingir até 100 mil reais em prazos que variam de 12 a 36 meses. Os juros, em dezembro de 2005, estavam em 1,39% ao mês. No ano passado, as microempresas responderam por 80% dos cartões emitidos e por 68% das transações realizadas.

É sabido que o sistema financeiro brasileiro pratica as taxas de juro mais elevadas do mundo – 45% ao ano, em média, nos empréstimos a empresas. No entanto, como os pequenos negócios são importantíssimos, há, para eles, linhas especiais que não ultrapassam 19% ao ano, nos programas governamentais. E o país é repleto de instituições que oferecem crédito a micro e pequenos empreendedores. Há os bancos públicos e os privados (leia tabela ao lado), organizações não-governamentais, programas estaduais e municipais e cooperativas. Isso além de organismos de fomento nacio-



Fonte: “As pequenas empresas e as condições de acesso ao crédito no Brasil”, de José Mauro de Moraes, com dados de IBGE-Cempre, 2005; DNRC-MDIC



Fonte: BNDES

nais e internacionais que atuam na área (leia tabela acima). Não por acaso. “A estabilidade, os indicadores positivos da economia, a disponibilidade de informações sobre empresas no Banco Central e outras medidas governamentais estão resultando em maior segurança para os que emprestam”, diz José Mauro de Moraes, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicará em breve dois estudos analisando as condições de mercado para as MPEs e avaliando as diferentes linhas de crédito.

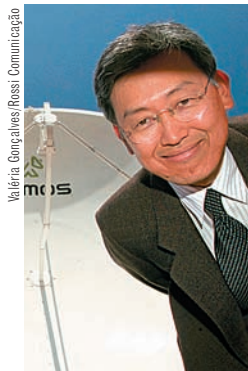
Presente em todos os municípios bra-

sileiros, com agências ou correspondentes bancários, a Caixa Econômica Federal (CEF) oferece crédito a clientes e a não-clientes – mais de 90% deles micro e pequenos empresários. Nos três últimos anos, o crescimento registrado nesse segmento foi de 130%. Os resultados têm sido tão positivos que a Caixa está aumentando sua plataforma de crédito para as empresas de porte médio – aquelas que eram micro até outro dia e subiram alguns degraus na escala dos negócios. Além disso, prepara seus correspondentes bancários (entre eles as casas lotéricas) para que também possam oferecer financiamento em regiões onde não existem agências. “O crédito é fundamental para o crescimento robusto e sustentado da economia e esse é o objetivo do nosso trabalho”, diz Francisco Egídio Pelucio Martins, vice-presidente de crédito da CEF.

Como o leque de casos é imenso, a ponto de justificar a publicação de um volume do porte de uma lista telefônica, vamos nos limitar a apenas mais dois exemplos. Um deles é o Programa Banco Cidadão, do estado do Pará. Não é uma instituição financeira, mas um programa de geração de renda que financia e qualifica empreendedores principiantes. Seu fundo é formado por contribuições do Tesouro estadual e da Companhia Vale do Rio Doce. Existe há um ano e meio e atende a 54 municípios emprestando, em média, 1,6 mil reais a cada cliente. “Temos agentes que acompanham o resultado de nosso trabalho visitando cada empreendedor e repassando as informações on-line à sede, o que reduz a burocracia e as despesas operacionais. Com o crédito oferecido, já geramos 30 mil novos postos de trabalho no estado”, diz Orlando Alencar, gerente executivo do Banco Cidadão.

O outro caso é o Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), um dos braços do Fundo de Apoio ao Empreendedor Joseense. Trata-se de uma organização não-governamental criada em 1998 pela prefeitura de São José dos Campos, município do interior paulista, para financiar pequenos empresários e comerciantes, formais

## Retratos do crédito – Pequenas histórias de bons negócios



Valéria Gonçalves/Rossi Comunicação

**Fábio Fukuda** é um dos criadores e o diretor-presidente da Atmos, fabricante do primeiro radar meteorológico totalmente nacional. Com pouco menos de um ano de vida, a empresa tem dois bons contratos: está construindo um radar móvel a ser instalado sobre caminhões para pesquisadores da Universidade de São Paulo; e também está modernizando os radares da Universidade Estadual Paulista (Unesp) para torná-los mais sensíveis e precisos. Parte do impulso inicial do empreendimento veio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que financiou a aquisição de equipamentos e peças. “O processo para a obtenção do crédito é complicado, exige muitos relatórios, mas isso é normal, já que se trata de dinheiro público, que tem de ser gasto com muito critério”, diz Fukuda. Seus planos para o futuro próximo: a fabricação de um receptor digital, algo que ainda não se faz no Brasil. “Empresas com base tecnológica não podem ficar paradas”, explica. O site da empresa: [www.atmosradar.com.br](http://www.atmosradar.com.br)



Divulgação/BEJ

**Davi Aragão da Silva** é proprietário da fábrica de massas MassaNova Alimentos, de São José dos Campos, no interior paulista, e cliente fiel do Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), uma ONG criada pela prefeitura da cidade. “Todo ano eu faço um empréstimo no BEJ. Isso me ajuda a ter capital de giro e a equilibrar as contas da empresa. Com as facilidades oferecidas, especialmente juros inferiores aos de mercado, os empreendedores têm mais chance de conseguir sucesso”, diz.



Rodolfo Oliveira/Banco do Cidadão

**Denise Socorro Brabo da Mata** trabalhava como costureira na cidade de Ananindeua até um ano atrás, quando conheceu o Banco Cidadão, um programa do governo do estado do Pará. Agora é dona de uma confecção e de uma loja, a Erva Doce – empresa formal, legalizada, com quatro empregados registrados. Já tomou três empréstimos do banco. “O programa foi um empurrão para que eu fizesse o que sempre quis fazer. Continuo costureira, mas desenho modelos e também sou empresária”, diz. “Não vivo mais de salário.”



Divulgação

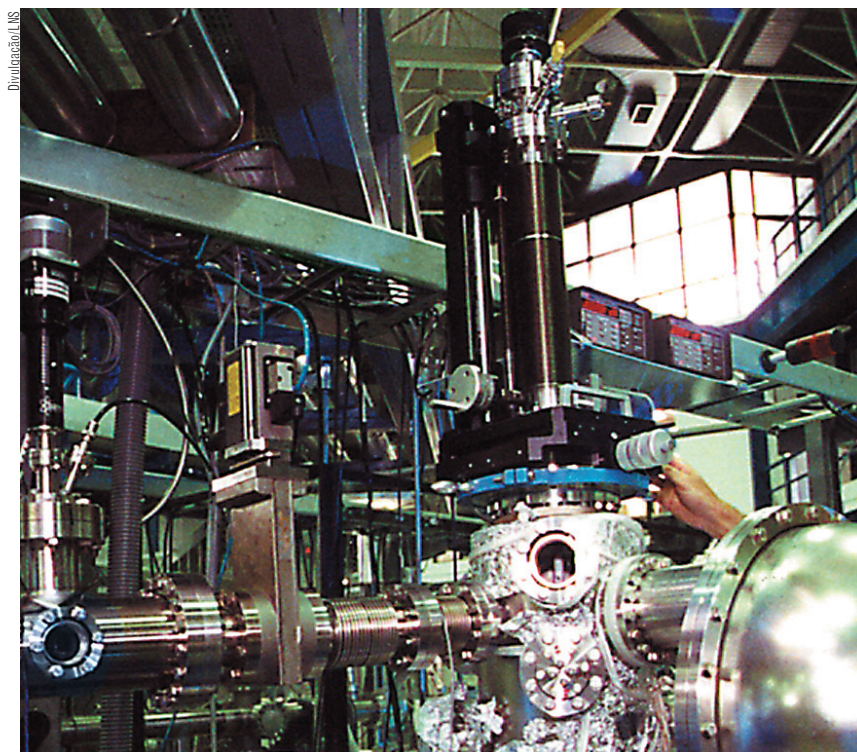
A **BoldCron** tem seis anos de idade. Foi criada por um grupo de estudantes do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) para desenvolver soluções sob medida para empresas. Soluções tecnológicas, claro. Começou numa sala de 50 metros quadrados. Obteve crédito de investidores e também do BNDES. Hoje, além da sede em São José dos Campos, no interior de São Paulo, tem escritórios na capital paulista e no Rio de Janeiro. Emprega 49 funcionários e está criando um centro de treinamento para formar pessoas, dobrar sua estrutura e atender à demanda, que é crescente. “Temos pessoal especialmente dedicado a buscar as melhores oportunidades de crédito. Não podemos perder tempo”, diz Luis Scallioni, diretor de marketing da empresa. O site: [www.boldcron.com.br](http://www.boldcron.com.br)

ou informais, capazes de exercer atividades geradoras de renda. Em sua contabilidade, consta a geração de mais de 300 postos de trabalho e a manutenção de outros 4 mil empregos. “Os pequenos empreendimentos geram trabalho, principalmente para pessoas com baixa qualificação. Além disso, muitos aposentados ou ex-funcionários de grandes empresas abrem pequenos negócios e melhoram sua renda com o suporte do BEJ”, diz José Alberto Pinheiro Nasur, diretor administrativo do banco.

**Empreendedorismo** Não é preciso ser um estudioso do comportamento humano ou da sociologia para perceber que nove entre dez brasileiros acalentam um de dois sonhos: ter um cargo público vitalício ou abrir um negócio próprio e largar a vida de assalariado. O senso comum tem sido comprovado por pesquisas desenvolvidas pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), instituição criada em 2000 pela London Business School inglesa e pelo Babson College de Boston, nos Estados Unidos. O resultado da última investigação, que envolveu 39 países, foi divulgado em janeiro. O Brasil, que já foi campeão mundial na categoria empreendedorismo, hoje ocupa a sétima posição no *ranking*. Mas, se o país apresentou queda na quantidade, ganhou em qualidade. “As pessoas estão mais preparadas e o tempo de sobrevivência das microempresas vem aumentando”, diz Juliano Seabra, coordenador do núcleo de empreendedorismo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP).

O Senac montou um sistema de suporte ao empreendedor que compreende três frentes. A primeira é a disseminação de uma nova cultura, em que a renda não seja associada à ideia de emprego e salário, e na qual se admita que, nos dias atuais, os riscos inerentes à criação de uma empresa são bastante semelhantes àqueles a que estão sujeitos os empregados. A segunda é a educação, a formação de pessoas com noções de pesquisa de mercado, de gestão e administração financeira. E a terceira é a di-

para empresas. Micro e pequenas não pagam mais de 19% ao ano



Os empréstimos concedidos pelo BNDES às micro e pequenas empresas atingiu 4 milhões de reais em 2005

## Ambiente para o investimento

Compare a situação do Brasil com a da América Latina e com a média mundial, em alguns quesitos

<b>Burocracia</b>	<b>Brasil</b>	<b>América Latina</b>	<b>Média mundial</b>
Tempo dos administradores gasto com requerimentos e regulamentações (em %)	7,83	12,46	8,16
Tempo gasto com licenças para a operação de negócios (em %)	29,76	14,19	12,21
Tempo médio para resolução de pequenas pendências no Judiciário	4,81	4,80	8,87
<b>Finanças – origem do crédito (em % do total)</b>			
Fundos internos de fomento	56,32	48,52	63,64
Bancos	14,30	22,61	15,71
Fornecedores e clientes	15,24	16,34	7,14
Outros	14,40	12,53	13,51
<b>Informalidade</b>			
% do faturamento declarada ao fisco	67,35	72,48	81,72
<b>Infra-estrutura</b>			
Tempo para obtenção de linha telefônica (em dias)	12,59	64,51	36,89
Empresas que usam a internet para se relacionar com clientes e fornecedores (em %)	73,14	37,70	45,14

Fonte: Banco Mundial (Bird)

vulgação do crédito disponível para microempresas. “As pessoas têm receio de tomar empréstimos e desconhecem que existe uma infinidade de linhas de crédito a taxas razoáveis que podem viabilizar seus sonhos”, diz Seabra. No Senac, estudantes dos níveis técnico e universitário são preparados e estimulados a empreender. Ao se formar, quem quer montar uma empresa é encaminhado à fonte de crédito que melhor atende às suas necessidades. “Nossos indicadores mostram que 80% dos alunos têm interesse em abrir uma empresa imediatamente após o término do curso”, revela o coordenador do Senac. Diversas outras organizações pelo Brasil afora trabalham de forma semelhante ou têm convênios com o Senac. O resultado é que a situação geral para o investimento em pequenas empresas brasileiras não faz feio diante daquela observada em outras regiões do planeta (leia tabela ao lado).

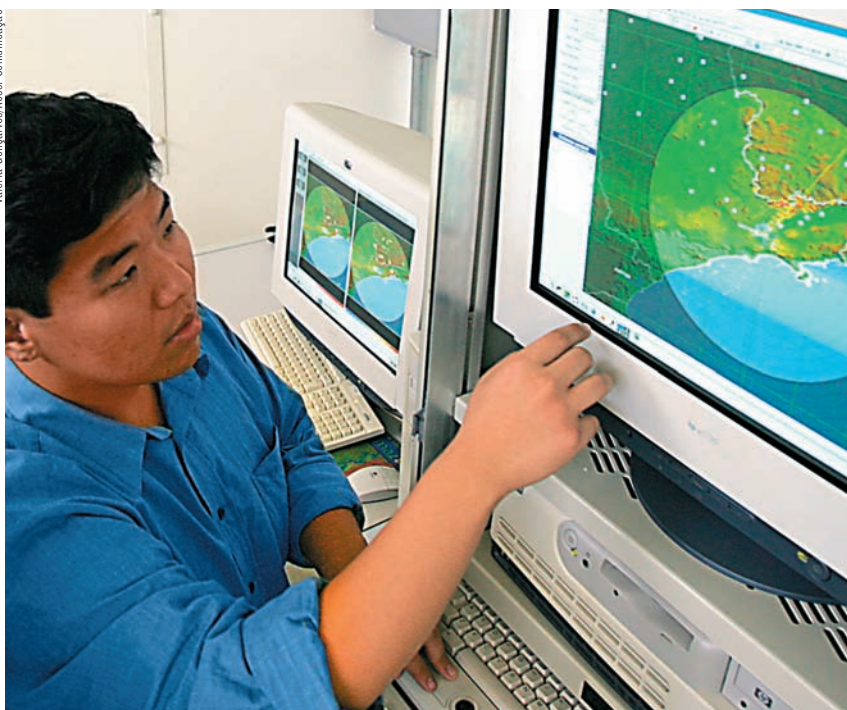
**Fenômeno** O cenário nacional tem mudado por diversas razões. A principal é a globalização. Pequenas empresas têm uma característica vantajosa nesse ambiente sem fronteiras. Elas podem desenvolver produtos diferenciados, capazes de seduzir uma clientela farta de produtos feitos em massa, todos muito parecidos. Essa é a aposta da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), um serviço ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que anda levando pequenos empresários a feiras na Ásia, na Europa e na América. “Com crédito barato e planejamento apurado, as pequenas empresas tornam-se produtivas, adquirem novas tecnologias e podem sobreviver com vantagens até num cenário de concorrência violenta”, diz Flávio Panhoni, professor de Finanças da Faculdade de Informática e Administração Paulista (Fiap).

Há mais novidades saindo do forno que prometem melhorar a vida dos pequenos empreendedores. O novo Estatuto Nacional de Microempresas e da Empresa de Pequeno Porte é um dos primeiros da fila de votação do Congresso. Ele reduz tributos e



## Com crédito barato e planejamento, pequenas empresas são produtivas e inovadoras

Valéria Gonçalves/Rossi Comunicação



O desenvolvimento tecnológico é considerado estratégico para o país e várias iniciativas têm facilitado o acesso ao crédito a empresas inovadoras

burocracia e facilita o acesso ao crédito, à exportação, à Justiça e às concorrências para o fornecimento de serviços e bens ao poder público. A diretoria do BNDES aprovou, em meados de fevereiro, novas políticas para as operações de financiamento do banco. Entre as prioridades constam o apoio aos investimentos que promovam a inovação tecnológica e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas. Também divulgou o Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred) para fortalecer associações de crédito formadas por pessoas físicas e jurídicas dedicadas a atividades produtivas, comerciais e de serviços em áreas urbanas e rurais (leia a entrevista com Guido Mantega, presidente do banco, na pág. 8). Somente no estado de São Paulo sete cooperativas empresariais de crédito estão em operação. Outras 15 aguardam aprovação do Banco Central. O Banco do Brasil, que tem um ramo dedicado a pessoas de baixos rendimentos, o Banco Popular, conta também com o Balcão de Comércio Exterior,

que divulga, negocia e exporta produtos de 5,5 mil microempresários, produtores e artesãos. Agora simplificou os procedimentos para vendas externas cujo valor não ultrapasse 20 mil reais.

Alguns dos efeitos da abertura dos mercados e da agilidade das comunicações características do mundo globalizado são o aumento da competitividade (nacional e internacional) e o fim da estabilidade empregatícia. Países ricos como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Austrália têm programas de apoio e crédito facilitado para micro e pequenos empreendimentos. Nesses países mais pobres, organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e organizações não governamentais, oferecem treinamento e recursos financeiros. Isso porque se descobriu que a multiplicação de micro-negócios está diretamente ligada ao crescimento econômico, à redução da pobreza e, por conseqüência, das desigualdades (leia artigo da consultora do Banco Mundial Anjali Kumar na pág. 31). Segundo dados da Orga-

nização das Nações Unidas (ONU), no ano passado mais de 66 milhões de pessoas, entre as mais pobres do mundo, receberam pequenas porções de crédito de 3,1 mil instituições para começar ou expandir microempresas – e 84% dos tomadores desses créditos foram mulheres.

Em dezembro, no Canadá, a ONU promoveu um encontro em que se discutiu o papel do microcrédito na busca dos Objetivos do Milênio, que incluem a redução da pobreza e das desigualdades no planeta. Uma das frases contidas no relatório final, o Microcredit Summit Campaign Report 2005, é de autoria de Paul David Hewson. Diz o seguinte: “No conhecido mantra ‘Dê um peixe a um homem e ele comerá por um dia, ensine-o a pescar e ele terá o que comer por toda a vida’ falta alguma coisa, o crédito, que é a vara de pescar, o barco, a rede e muito mais. É dinheiro e dignidade. Talvez a frase devesse ser ‘Dê um peixe a um homem e ele comerá por um dia, dê acesso ao crédito a uma mulher e ela, seu marido, seus filhos e toda a família se alimentarão por toda a vida’”. Caso o leitor não tenha identificado Hewson, ele é o famoso vocalista do U2, mais conhecido como Bono Vox (apelido que vem do latim e significa “boa voz”). **d**



### Saiba mais:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)  
[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae)  
[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)  
[www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)  
[www.fapesp.br](http://www.fapesp.br)

Global Entrepreneurship Monitor (GEM)  
[www.gemconsortium.org](http://www.gemconsortium.org)

# A grandeza dos pequenos



Divulgação

*“Países em que o registro e a implantação de negócios são facilitados, em que os direitos de propriedade são protegidos e onde existe acesso disponível e rápido ao crédito são ambientes melhores para o crescimento empresarial”*

**H**á tempos se percebe que micro e pequenas empresas (MPEs) tendem a ganhar importância com o desenvolvimento econômico e contribuem para a criação de empregos de forma mais que proporcional. Elas aumentam a competitividade, o empreendedorismo e, portanto, acarretam benefícios em termos de eficiência, inovação e produtividade. É crescente o reconhecimento de que as MPES funcionam como amortecedores que estabilizam a economia e têm papel importante na recuperação em períodos pós-crise. Pesquisas mostram que, conforme os países se desenvolvem e se tornam mais ricos, a mão-de-obra empregada em MPES cresce mais do que a ocupada em grandes empresas, e que a contribuição das pequenas para a produção geral, o PIB, também é maior.

Outro fato relevante: com o desenvolvimento, aumenta o número de pequenas e médias empresas formais e reduz-se o das informais. A importância das MPES e do setor informal em cada país é muito diferente. No Azerbaijão, na Bielorrússia e na Ucrânia, apenas 5% da mão-de-obra tem emprego formal em micro, pequenas e médias empresas. O índice é superior a 80% no Chile, na Grécia e na Tailândia. De forma similar, a taxa da economia informal em relação ao PIB varia de 9% do PIB, na Suíça, a 71%, na Tailândia. Assim, em certa medida, o crescimento das MPES resulta na conversão de empreendimentos pequenos e informais em negócios maiores e formais.

O *2005 World Development Report* (Relatório de Desenvolvimento Mundial 2005, do Banco Mundial) indica que as pequenas empresas obtêm apenas 30% de seus financiamentos de fontes externas. As grandes alcançam 48%. Um estudo sobre o Brasil mostra que os obstáculos à obtenção de financiamento são mais severos do que se poderia esperar pelos riscos que oferecem. Outra investigação examinou 4 mil empresas de 54 países em 2002. Concluiu que a redução das exigências para o acesso ao crédito é extremamente benéfica às MPES.

Há quem defenda que, como os constrangimentos ao crédito resultam, muitas vezes, em fracasso, existe a necessidade de intervenção corre-

tiva do Estado. Outros advogam que as grandes empresas são fundamentais para prover emprego estável e inovação e que subsídios poderiam provocar distorções. Todos concordam, entretanto, que o desempenho de empresas – pequenas e grandes – é afetado pelo ambiente em que operam. A estabilidade macroeconômica, a abertura comercial e a competitividade do setor financeiro são essenciais à existência de um setor privado vibrante. Países em que o registro e a implantação de novos negócios são facilitados, em que os direitos de propriedade são protegidos e onde existe acesso rápido ao crédito são melhores para o investimento e o crescimento empresarial.

O *World Bank Review on Small Business Activities* (relatório acerca das atividades dos pequenos negócios elaborado pelo Banco Mundial) firma o compromisso de trabalhar em prol do desenvolvimento de empreendimentos de pequeno e médio porte, elemento central na estratégia para nutrir o crescimento econômico, aumentar o emprego e aliviar a pobreza. Nos últimos cinco anos, o Banco Mundial aplicou mais de 10 bilhões de dólares no apoio a MPES. O *International Finance Corporation* (Corporação Internacional de Finanças – IFC, na sigla em inglês), membro do grupo Banco Mundial, investe nessa área e fornece auxílio técnico para melhorar os sistemas financeiros e prover treinamento administrativo a pequenos empreendedores. Mais de três quartos desses programas estão em países onde as MPES compõem a maioria do setor privado. Indicadores como o *Cost of Doing Business* (custo de negociação ou de manutenção de empresas) possibilitam o monitoramento do resultado dos trabalhos. Finalmente, o Banco Mundial divulga boas práticas em políticas públicas com uma pesquisa que estimula a busca das melhores formas de apoio aos pequenos negócios.

---

**Anjali Kumar**, hoje assessora de operações financeiras da vice-presidência do Banco Mundial, foi economista-chefe do Departamento Financeiro do banco para a América Latina e o Caribe

O ramo de satélites é considerado o mais bem-sucedido do Programa Espacial Brasileiro e também é aquele que traz maiores expectativas de lucros, com a venda das imagens de sensoriamento remoto



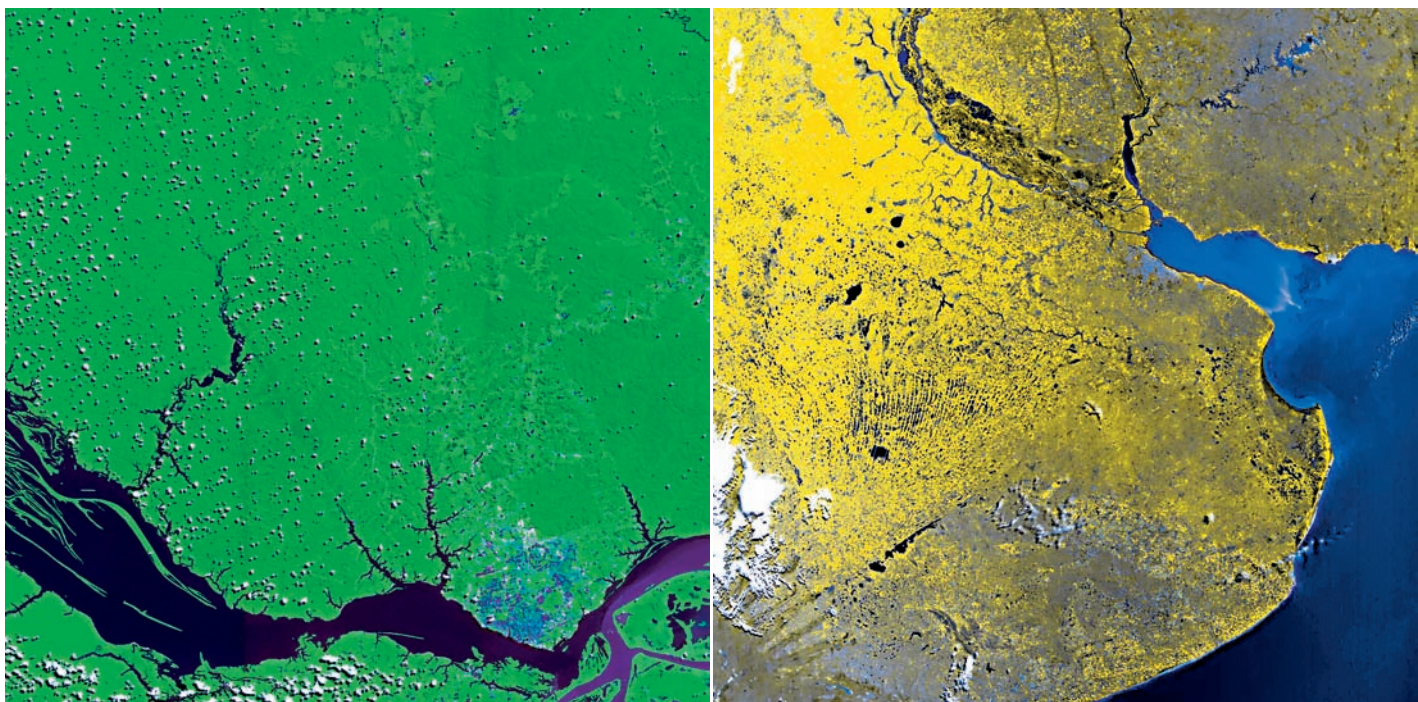


Por **Marina Nery**, de Brasília

Como uma Fênix, a ave mítica que renasce das cinzas, o Programa Espacial Brasileiro vive um recomeço após a trágica explosão da plataforma de lançamento em Alcântara, no Maranhão. Dois anos depois, o Brasil já obteve grandes avanços. Acaba de se tornar o maior distribuidor mundial de imagens por satélite, firmou acordo com a Ucrânia para lançar um novo foguete e participa do seletivo grupo de 16 países que estão na Estação Espacial Internacional, o maior laboratório montado em órbita.

# Muito além do astronauta

O Inpe entrega hoje, gratuitamente, uma média de 350 imagens por dia do



Entre as principais utilizações das imagens de satélite estão o controle do desmatamento e o monitoramento de recursos hídricos e do crescimento urbano. Na 1ª foto,

**O** Brasil conseguiu conquistar o primeiro lugar em termos de distribuição de imagens de sensoriamento remoto graças ao Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS, das iniciais em inglês). Segundo muitos especialistas, a área de satélites é a vertente mais bem-sucedida do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae). A primeira etapa foi a produção, em 1999, do CBERS 1. Ele operou até 2003, superando em quase dois anos a previsão de sua vida útil, quando então foi lançado o segundo satélite da família. Atualmente, está em fase de fabricação o novo satélite CBERS-2B, equipado com uma câmera mais potente, que amplia significativamente o leque de aplicações das imagens geradas. Mas o que muda não é só isso, agora chegou o momento de o país faturar, porque as imagens anteriormente distribuídas gratuitamente serão vendidas e as receitas repartidas meio a meio com os chineses, sócios no satélite.

A disponibilidade dos dados do CBERS

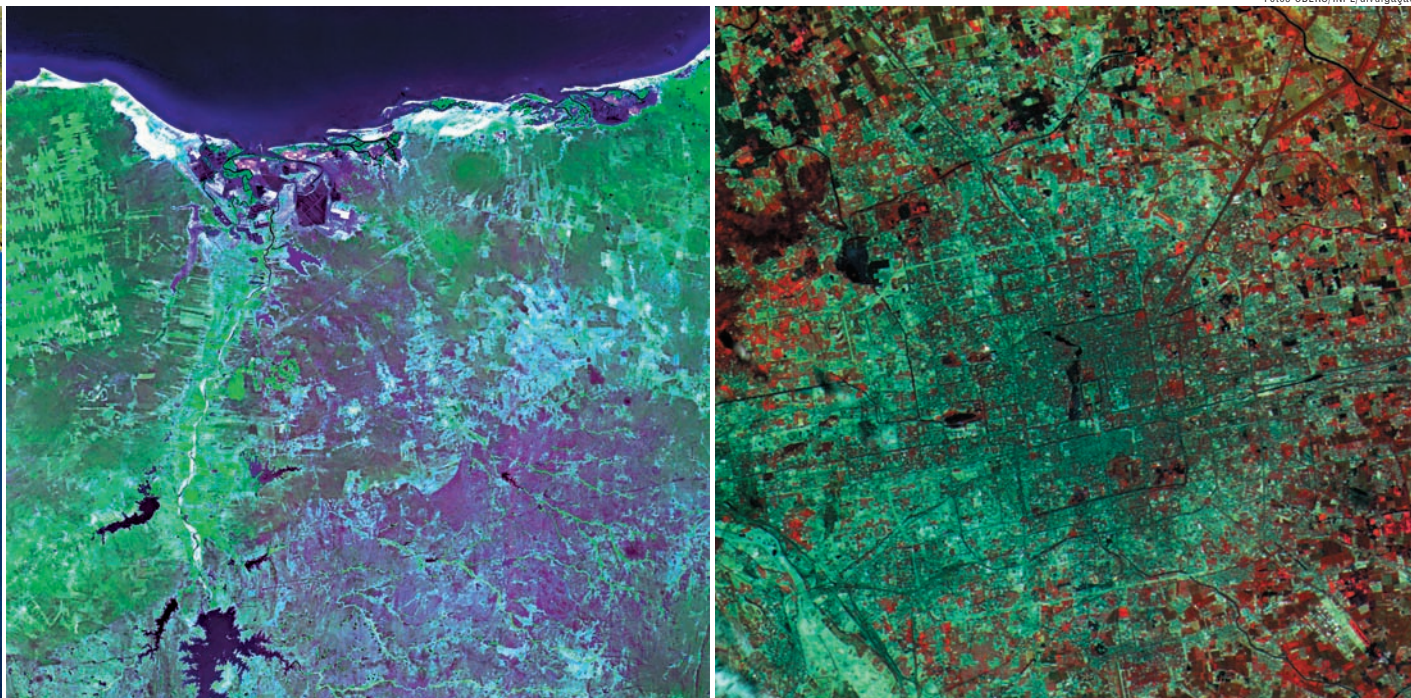
resultou na distribuição de mais de 160 mil imagens. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) entrega hoje uma média de 350 imagens por dia do satélite CBERS para 15 mil usuários de 2,5 mil instituições, entre elas universidades públicas e privadas, prefeituras, jornais, empresas de consultoria, geologia, petróleo, engenharia, aerolevantamento, topografia, saneamento, eletricidades e órgãos do governo, como a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Entre as principais utilizações das imagens estão o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos, de áreas agrícolas, do crescimento urbano e da ocupação do solo.

**Aplicações** Embora o público em geral acredite que a pesquisa espacial se restrinja aos foguetes e astronautas, existem centenas de outras aplicações importantíssimas para diversas áreas (leia quadro na pág.

38). É o caso das previsões do clima e do monitoramento da Amazônia. Os satélites já acompanham hábitos de peixes e até detectam focos de malária. “Não há país grande como o Brasil sem um programa espacial ambicioso. A extensão territorial exige monitoramento contínuo, em nome da segurança e da soberania”, afirma Luiz Bevilacqua, ex-presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), que atualmente trabalha no Laboratório Nacional de Computação Científica, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A tecnologia espacial pode contribuir muito para o entendimento de processos que exigem não apenas imagens, mas também monitoramento constante ao longo de curtos espaços de tempo e com grande variação geográfica. Um bom exemplo vem da pesquisa do Instituto Mamirauá, do MCT, no Amazonas. Com ajuda do Inpe, oito peixes-boi monitorados por telemetria vêm revelando dados valiosos sobre hábitos da espécie – como a migração de até 150 quilômetros em busca de alimentos, ao sabor das cheias

## satélite CBERS para 15 mil usuários de 2,5 mil instituições diferentes

Fotos CBERS/INPE/divulgação



vê-se a Amazônia, na 2ª Buenos Aires e o rio da Prata, na 3ª a região de mangue do Baixo Vale do Rio Açu (RS) e na última a cidade de Pequim, na China

e das vazantes. “Atualmente é possível medir a dimensão dos níveis de inundações na Amazônia, que podem chegar a 1 milhão de quilômetros quadrados e são de difícil acesso. Além disso, bóias capazes de transmitir aferições locais ajudam a calibrar imagens de satélite, por meio de dados simples, como a transparência ou não das águas, a intensidade dos ventos e a concentração de clorofila”, explica a pesquisadora Evlyn Morais, da Divisão de Sensoriamento Remoto do Inpe.

**Sucesso** Outra ação de sucesso foi o lançamento do primeiro foguete brasileiro: o VSB-30, exportado e colocado em órbita em dezembro do ano passado, a partir do Centro de Lançamento de Kiruna, na Suécia. O lançamento resultou de um convênio entre a AEB, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/CTA) e a Agência Espacial Alemã (DLR/Moraba). “Isso é um marco para a cooperação do Brasil com a Alemanha e também para o Programa Espacial Brasileiro, pois passamos a participar

do restrito grupo de países que exportam veículos espaciais”, assinala Sérgio Gaudenzi, presidente da AEB.

A lista de avanços e aplicações do programa espacial é extensa, mas nada tem tanto glamour quanto a primeira viagem espacial de um astronauta brasileiro. Marcos Pontes, o “nosso” astronauta, transformou-se numa espécie de garoto-propaganda da indústria aeroespacial. Muito bem preparado pela agência espacial americana, a Nasa – ele obteve média final 9,6 –, Pontes viu escassear suas possibilidades de visitar o espaço à medida que as missões tripuladas americanas foram sendo adiadas devido a acidentes e aos altos custos. A solução foi procurar lugar em outro foguete, e ele conseguiu na nave Soyuz, da Agência Espacial da Federação Russa (Roscosmos). “O voo russo é mais barato, a cápsula é menor e não alcança a capacidade de carga dos ônibus espaciais, pois tem o espaço de uma sala que vai comportar só mais dois astronautas além do brasileiro”, descreve o deputado Aroldo Cedraz

### Os projetos para o futuro

#### Satélites

- 3.º Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-2B): em construção
- Satélite Equars, de monitoramento da atmosfera equatorial: a ser construído até 2008
- Satélite Mirax, de monitoramento das emissões de raios X: a ser construído até 2008
- Satélite de sensoriamento remoto 100% nacional: a ser construído até 2009
- Satélite radar (SSR-2): a ser construído em parceria com a Alemanha e lançado em 2010

#### Foguetes

- Desenvolvimento, com apoio de uma equipe russa, de uma nova família com cinco veículos lançadores: Alfa, Beta, Gama, Delta e Epsilon

## Entre as dificuldades do Programa Espacial, está um modelo de gestão considerado

(PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal.

Ao voltar à Terra, Pontes trará muito mais que o relato de uma aventura. A bordo da Estação Espacial Internacional, ele passará a maior parte do tempo realizando oito experimentos em ambiente de microgravidade, todos desenvolvidos por instituições brasileiras. O Brasil pagou, oficialmente (o valor real é sigiloso), 10 milhões de reais pela viagem de Pontes, mas espera-se que o investimento traga retorno em termos de desenvolvimento econômico. “Esse vôo coloca o país em evidência e pode ajudar a abrir mais mercado para o nosso setor”, diz Walter Bartels, presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (Aiab).

**Indústria** A participação da indústria nacional no Pnae é relativamente estável e oscila entre 10% e 20%, segundo a AEB. Formada essencialmente por pequenas e médias empresas, ela fornece componentes, sistemas e subsistemas de satélites e lançadores. Mas esse grupo tem um problema muito grave: a dependência estreita do único cliente, o governo brasileiro. Qualquer mudança de política pode provocar descontinuidade no fluxo de encomendas, contratos e licitações e causar danos ao desempenho financeiro e à atualização tecnológica das companhias. Na visão da AEB, para fortalecer o programa espacial é necessário que o Brasil consiga fabricar certos componentes cuja tecnologia ainda não é dominada no país, além de aumentar a transferência para a indústria de projetos desenvolvidos nos institutos de pesquisa. O processo tem evoluído, tanto é que, no programa CBERS, 80% dos contratos de desenvolvimento dos satélites são feitos com empresas brasileiras. Atualmente 20 companhias trabalham com o Inpe na construção dos satélites para o programa espacial. A AEB estabeleceu como objetivo para este ano destinar cerca de 30% de seu orçamento à contratação da indústria brasileira como fornecedora de peças,

componentes e subsistemas.

Mas o Programa Espacial Brasileiro ainda tem percalços. O principal parece ser certo conflito amigável entre as principais instituições que o realizam, a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O programa baseia-se num tripé de atividades: centro de lançamento, veículo lançador (foguetes) e satélites. Tanto é que a meta da Missão Espacial Completa Brasileira se resume à frase “Conduzir ao espaço um satélite nacional em foguete brasileiro, a partir de um centro em nosso território”. Só que, pela primeira vez, no ano passado, os programas – e o mais importante, os orçamentos – foram centralizados na Agência Espacial Brasileira, uma autarquia civil, vinculada ao MCT. A instituição militar, o CTA, executa principalmente os projetos de veículos lançadores – já foram construídos mais de 200 desde dezembro de 1989 – e faz a administração do Centro de Lançamento de Alcântara. Já o Inpe, também do MCT, cuida da área de satélites.

É fácil imaginar que, em muitos casos, todas essas áreas discordem entre si. “Não é só colocar astronauta, cosmonauta, taikonauta no espaço”, alfineta o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, em crítica aberta a uma das atividades do programa. Para ele, “o programa espacial precisa ter o tamanho do Brasil” e o país deve usar o espaço prioritariamente como plataforma para sensoriamento remoto e estudos climáticos, com foco em agricultura e proteção de recursos naturais. “A produção de serviços do Inpe deve estar focada em missões de grande impacto, em que a sociedade tenha percepção da nossa contribuição ao país”, diz. O engenheiro defende que o investimento no setor espacial deve trazer retorno mensurável, “para que possamos mostrar à sociedade os frutos do que ela investiu”.

Entre as maiores dificuldades do programa espacial está um modelo de gestão considerado pouco ágil devido à sua am-



Marcos Pontes, o astronauta brasileiro (à esquerda),

plitude e ao envolvimento de diferentes órgãos, como instituições de pesquisa civis e militares, com estilos e ritmos próprios de trabalho. Para Ricardo Dislich, analista setorial de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, “existem alguns probleminhas na implantação do projeto espacial, como a construção do terminal portuário de Alcântara, que é responsabilidade do Ministério dos Transportes, e não do Ministério da Ciência e Tecnologia. Para 2006, não foram alocados recursos porque não foi considerada uma área prioritária para os transportes”.

Além das dificuldades de gestão interna, existem atritos externos. Dislich relata que há um histórico de problemas com a população quilombola do município de Alcântara, porque muitas pessoas foram deslocadas de seu local de origem, tiveram suas vidas modificadas e até perderam acesso ao mar. “Hoje, o plano de implanta-

## pouco ágil devido à sua amplitude e ao envolvimento de diferentes órgãos

Divulgação/Marcos Pontes



devidamente vestido para a missão espacial, acompanhado de seu colega russo e do norte-americano

### Capital humano fortalece programa espacial

Uma das grandes conquistas do Programa Espacial Brasileiro, em mais de quatro décadas de história, foi a formação de uma comunidade de pesquisadores e técnicos com excelência internacionalmente reconhecida. O capital humano na área espacial conta hoje com aproximadamente 3,1 mil especialistas atuando no governo e na indústria.

#### Pessoal ocupado no Programa Espacial Brasileiro

Agência Espacial Brasileira (AEB)	84
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	1.145
Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (atual CTA, ex-Deped)	1.035
Indústria	873

Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

### Recursos do Programa Espacial Brasileiro (em R\$ milhões)



\*previsão  
Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

ção do Centro de Lançamento de Alcântara está sendo feito de forma socialmente mais correta, com um grupo de trabalho interministerial que está ouvindo a população local para construir um programa adequado”, diz.

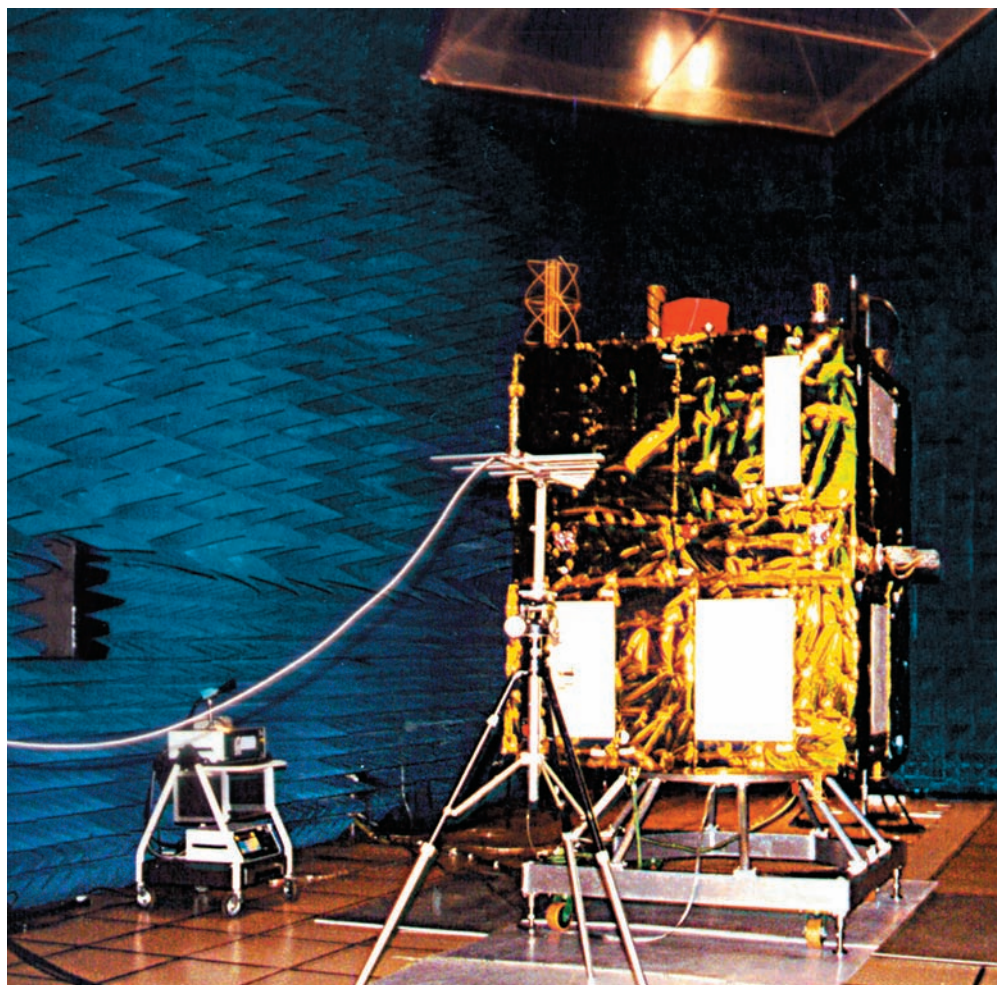
O cuidado com o impacto nas comunidades é apenas uma das diversas atividades em terra do programa espacial. Outro foco é a divulgação do programa para as crianças. A Agência Espacial fez até um concurso de desenhos no ano passado e lançou um personagem, o Menino Astronauta, do cartunista Ziraldo. A nova revista em quadrinhos já começou a ser distribuída nas escolas e o envio de exemplares pode ser solicitado por meio da Coordenação de Comunicação Social. Também estão previstas cerca de 130 obras no terminal de Alcântara, incluindo fornecimento de energia elétrica, água, gás, depósito de resíduos sólidos, acesso por estradas e terminal portuário. As instalações de apoio criarão condições para a construção de outros sítios de lançamento comerciais que podem ser usados por países interessados. Outra grande novidade é a desmilitarização de parte do centro de lançamento, criando uma área aberta ao público, nos moldes do Kennedy Center, nos Estados Unidos. A expectativa é que o “parque temático espacial” comece a trazer retorno financeiro cinco anos após sua implantação.

Para contemplar todos esses planos e continuar tocando o programa espacial, a AEB espera conseguir dobrar o orçamento que lhe foi destinado em 2005 (veja gráfico ao lado). No ano passado, os recursos para o programa ficaram no patamar de 215 milhões de reais. Mais da metade do dinheiro, 51,5%, foi aplicada na área de satélites, 34% foi para infra-estrutura e o restante para o desenvolvimento de foguetes. Para este ano, a perspectiva é que a verba chegue a 436 milhões de reais. E ainda há uma emenda parlamentar tramitando no Congresso que solicita o acréscimo de 600 milhões de reais a serem gastos nos próximos cinco anos.



### O satélite com 1.001 utilidades

Uma das mais bem-sucedidas operações do Programa Espacial Brasileiro é o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). Ele transformou o país no maior distribuidor de imagens de sensoriamento remoto e mudou a forma de trabalhar de profissionais das mais diversas áreas. O tempo médio de atendimento de um pedido de imagens é de rápidos nove minutos. Atualmente, quase todas as universidades brasileiras são usuárias do CBERS, assim como inúmeras secretarias do Meio Ambiente, muitas prefeituras e empresas de porte, como a Petrobras, que utiliza as imagens do satélite para prospecção e monitoramento ambiental. A Secretaria da Fazenda de Goiás também usa os recursos para monitorar eventuais equívocos nas declarações sobre produção agrícola. Com a implantação do sistema, o estado teve ganhos significativos de arrecadação. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aproveita as imagens nas suas análises de desapropriações e assentamentos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem vários projetos, desde o monitoramento e a conservação de reservas até a fiscalização de lavras, todos auxiliados pelo CBERS. Muitas companhias de prestação de serviços ligadas ao fornecimento de dados na área ambiental, particularmente as pequenas, que tinham dificuldades de acesso a dados, pois eram caros e custosos, perdiam contratos e não evoluíam. Com o CBERS conquistaram novos contratos, o que gerou empregos e capacitação. Todo o programa de licenciamento ambiental de vários estados, notadamente no Mato Grosso, é feito tendo as imagens do satélite como principal referência. “Ouso dizer que o programa CBERS, com os dois satélites lançados até agora, mais do que justifica os investimentos feitos”, declara José Carlos Epiphânio, coordenador do CBERS.



O segundo satélite sino-brasileiro, CBERS-2, antes do lançamento ao espaço, e uma imagem computadorizada

**Auto-suficiência** Se conseguir o dinheiro, a AEB pretende consolidar uma empresa binacional com a Ucrânia. Os ucranianos entrariam com os foguetes, do tipo Cyclone-4, e o Brasil com a base de lançamento. “Eles têm o foguete, mas não o centro de lançamento”, explica Gaudenzi, da AEB. A proposta de decreto que regulamenta a Alcântara Cyclone Space, nome da empresa brasileiro-ucraniana, foi encaminhada, no final do ano passado, à Casa Civil e pressupõe investimentos divididos em partes iguais, com cerca de 50 milhões de dólares de cada país.

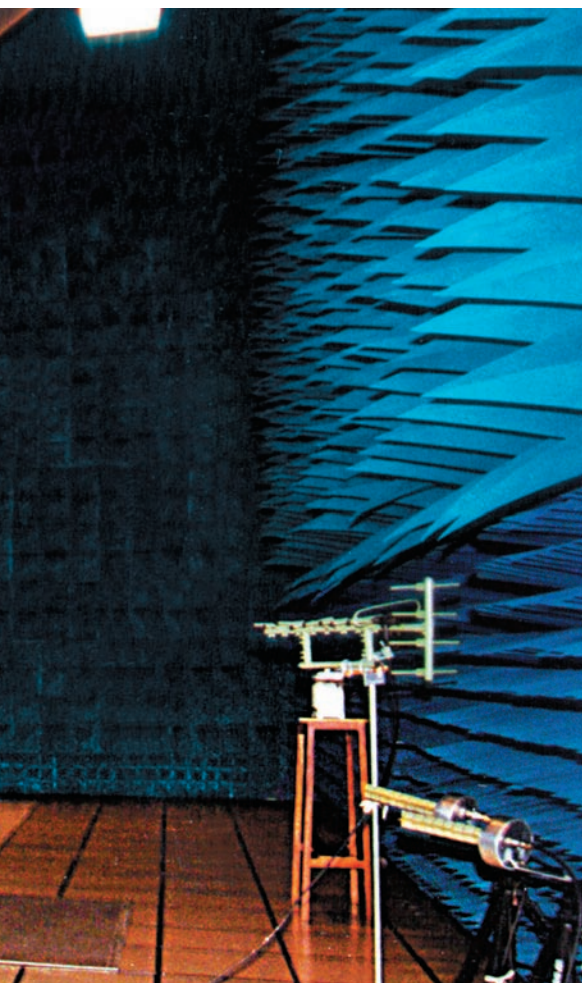
Além da sociedade com a Ucrânia, uma nova família de foguetes, batizada de Projeto Cruzeiro do Sul, começa a ter seu cro-

nograma delineado e são previstos cinco foguetes – Alfa, Beta, Gama, Delta e Epsilon. Para o desenvolvimento da tecnologia, o CTA contará com suporte de uma equipe russa, que também está ajudando o Brasil na revisão crítica do projeto.

O programa, como um todo, visa à auto-suficiência do Brasil no campo espacial, por meio da capacitação para desenvolver e lançar os próprios foguetes e satélites de uma base no país. O Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, tem uma localização estratégica, que permite uma enorme economia de combustível em relação a outros lugares. Por isso, especialistas brasileiros afirmam que temos o centro de lançamento mais competitivo do mundo.

estratégica, que permite uma enorme economia de combustível

Divulgação/Inpe



dele em órbita ao redor da Terra

O Inpe, por sua vez, planeja o lançamento de cinco novos satélites dentro do prazo de nove anos. Em seu plano de trabalho, o diretor do Inpe afirma que até 2015 o Brasil deverá ser capaz de produzir satélite com sensores de alta resolução. Os equipamentos ficarão abrigados numa plataforma multimissão, estrutura comum que pode ser usada por vários satélites. “Tudo isso a um custo inferior a 20 milhões de dólares, o que representa redução de 50% em relação aos custos dos programas atuais”, afirma Câmara.

**Capacitação** Além disso, o programa pretende promover a formação de pesquisadores qualificados, desenvolver a indústria e

oferecer serviços. “Imagine detectar focos de incêndio em toda a nossa extensão territorial; controlar o desmatamento de nossas florestas; examinar a poluição dos rios e do mar; prestar serviços de telefonia; promover a segurança de vôos e a transmissão de voz e imagens etc. Pois os satélites fazem tudo isso!”, entusiasma-se Gaudenzi, da AEB.

Numa época em que americanos e russos dividem a mesma cápsula com um brasileiro é que percebemos como a atividade espacial mudou desde a Guerra Fria. Sobre tudo para o Brasil. “Estamos dentro desse clube, que é restrito e no qual precisamos subir de posição para ficarmos definitivamente nele. Os outros países não estão lá de graça, não são bobos, não jogariam dinhei-

ro fora”, conclui Gaudenzi, em defesa de um programa espacial sempre criticado pelas cifras astronômicas que envolve, mas que pode garantir ao país um lugar no mais alto ponto já atingido pela tecnologia. **d**

### Saiba mais:



Agência Espacial Brasileira  
[www.aeb.gov.br](http://www.aeb.gov.br)

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
[www.inpe.br](http://www.inpe.br)

Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial  
[www.cta.br](http://www.cta.br)

Astronauta brasileiro  
[www.marcospontes.net/](http://www.marcospontes.net/)

PESCA



Apesar do imenso litoral, os estoques pesqueiros no país são pequenos devido à falta de



Por Manoel Schlindwein, de Brasília

# O mar não está para peixe

nutrientes nas águas. É preciso investimento e criatividade para aumentar a produção

## A frota pesqueira brasileira conta com cerca de 30 mil embarcações — 90%

**M**ais um dia. Devagar e em silêncio, os instrumentos de trabalho são colocados um a um dentro dos barcos. Anzóis, iscas, redes, tarrafas, caniços. Usá-los corretamente dentro da água implica na própria sobrevivência e no sustento da família. Quem não aprende desde cedo suas técnicas pode estar condenado a morrer na praia. E não é só. O mar esconde muitos segredos. A arte de desvendá-los não é tarefa simples e exige um bocado de paciência. Aquela paciência de Santiago, relatada por Ernest Hemingway em *O Velho e o Mar*. Uma energia que brota igualmente de dentro de cada um dos cerca de 500 mil pescadores artesanais brasileiros para lutar todos os dias contra as adversidades da natureza. Mas também é preciso contar com a sorte. Para muitos, ela chegou em 2001 na forma de uma ação do governo federal, quando foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), ligada diretamente à Presidência da República. Com status de ministério, a Seap ganhou a responsabilidade de desenvolver e fomentar a atividade pesqueira no país. Foi uma gota de esperança num oceano de incertezas. Afinal, como explicar a ausência do pescado na mesa do brasileiro se o país conta com 8,5 mil quilômetros de costa, 3,5 milhões de quilômetros quadrados de Zona Econômica Exclusiva e 42 mil quilômetros de rios? Quais os caminhos para estimular a indústria pesqueira sem pôr o meio ambiente em risco? São perguntas cujas respostas até mesmo velhos pescadores, como Santiago, pacientes como só ele, aguardavam.

A frota pesqueira brasileira soma cerca de 30 mil embarcações, divididas entre a zona costeira e a pesca oceânica — 90% delas são artesanais. É uma indústria que gera 800 mil empregos diretos e conta com 300 empresas relacionadas à captura e ao processamento de pescados. No ano pas-

sado, a produção nacional foi de 1 milhão de toneladas de pescado, entre captura e cultivo, tanto para o mercado interno como para exportação — esse volume fez com que a pesca respondesse por cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo dados da Seap, entre 1997 e 2004 o volume de produção da pesca brasileira quase dobrou. Apesar disso, o Brasil ocupa o 27.º posto no ranking dos maiores produtores mundiais de pescados, atrás de países como Chile, Peru e Argentina. Os números poderiam ser mais significativos não fossem as próprias condições do litoral brasileiro. Quem traça o perfil da costa é José Dias Neto, chefe da Coordenadoria-Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “A capacidade de produção do mar depende de suas características oceanográficas, como campo de produtividade primária, quantidade de oxigênio e nutrientes dissolvidos na água, e não de sua dimensão. No caso da costa brasileira, com predomínio de águas quentes, em função da corrente subequatorial que vem da costa africana, com poucos nutrientes, temos águas muito pobres do Piauí ao Espírito Santo. Mas temos duas exceções: o Sul do Brasil, que sofre a influência da corrente das Malvinas, que traz águas frias e ricas; e o Norte, com as descargas do rio Amazonas, que contam com nutrientes em abundância”, explica Dias Neto. “Temos um deserto enorme no mar. As lagostas, por exemplo, são de boa qualidade, mas a

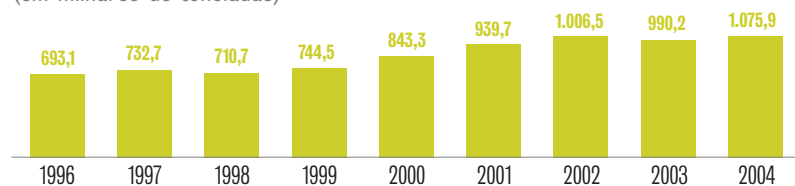
quantidade de indivíduos é pequena.”

É contra essa maré que a Seap está remando, tentando extrair o máximo possível de um campo pouco fértil. Uma das linhas de ação é melhorar a distribuição espacial das atividades. Como o Brasil não tinha política nacional específica para o setor, as empresas foram avançando, exercendo seus esforços em áreas muito próximas umas das outras e, como consequência, houve drástica redução dos estoques. O exemplo clássico, como ilustra o ministro da Pesca, José Fritsch, foi a sardinha. “Todo mundo acabou concentrando a pesca no mesmo lugar. Há 15 anos ela entrou em colapso. Chegamos a produzir 130 mil toneladas e nos últimos anos estamos com uma faixa de 25 mil a 35 mil toneladas. Em 2003, fizemos uma política de ordenamento para que ela tivesse dois períodos de suspensão da pesca para garantia de reprodução no Sudeste e no Sul. Foi um sacrifício, mas está trazendo resultados muito positivos.”

**Gelo** Além disso, outras iniciativas foram tomadas, atuando sobre diferentes pontos da cadeia. A Seap investiu 5 milhões de reais em fábricas de gelo espalhadas por todo o país, fundamentais para manter o peixe fresco; aumentou a subvenção do óleo diesel para embarcações de pesca artesanal de 5% para 15% e de 12% para 20% para barcos de pesca industrial; aprovou 42 projetos de assistência técnica e extensão pesqueira, totalizando 7 milhões de reais; investiu 57 milhões de reais na ampliação e reforma de 19 terminais pes-

### Produção total da pesca e aquicultura

(em milhares de toneladas)



Fonte: Seap

delas são artesanais. É uma indústria que gera 800 mil empregos diretos



A subvenção do óleo diesel para os barcos de pesca artesanal subiu de 5% para 15%

queiros; e deve beneficiar cerca de 200 mil pescadores com o seguro-defeso (apoio financeiro durante o período de proibição da pesca de certas espécies). “Há uma revolução em curso”, garante o ministro Fritsch.

As duas regiões de águas mais ricas, o Norte e o Sul, já são tradicionais pólos pesqueiros bem articulados. Prova disso é que, em novembro do ano passado, uma

grande mobilização em torno de uma extensa pauta de reivindicações parou o porto de Itajaí (SC) por oito horas. “Foi uma das maiores demonstrações de união do setor, onde todos os sindicatos das regiões Sul e Sudeste estavam representados, além de armadores, pescadores, trabalhadores das indústrias de pesca e empresários”, afirma o presidente do Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (Sindipi), An-

tônio Carlos Momm. A mobilização garantiu um canal de diálogo permanente com o governo federal. Entre as demandas estão a concretização da cooperativa de crédito do setor com a participação de outras entidades para acabar com a dependência financeira dos bancos; a redução da tarifa de energia elétrica para as indústrias de pesca; e a criação de uma federação nacional dos sindicatos patronais da pesca.

**Equiparação** Em janeiro deste ano, o governo de Santa Catarina assinou um decreto isentando até o final do ano a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras. “Os objetivos desse decreto são equiparar o óleo diesel marítimo do nosso estado aos preços internacionais e incentivar a atividade pesqueira em Santa Catarina”, comentou Max Bornholdt, secretário estadual da Fazenda. A partir de janeiro também, um convênio firmado entre o governo federal e a BR Distribuidora ampliou de 2,5 mil para 8 mil o número de pescadores beneficiados por um programa de subvenção ao óleo diesel para embarcações. Somente em 2004 foram liberados 60 milhões de litros em subvenção. Em 2005, o número pulou para 90 milhões.

Na região Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte, a carcinicultura (criação de camarões) concentra todas as atenções do setor pesqueiro. Ela é a segunda principal atividade na pauta de exportações do estado, logo atrás do petróleo, tendo movimentado, só no ano passado, mais de 60 milhões de dólares. Dados de uma pesquisa promovida pela Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC) apontam que 71,4% de todos os pescadores em atividade na região são pequenos produtores, 88% não têm qualificação e a maioria deles encontra na pesca a oportunidade do primeiro emprego. “É a atividade que mais emprega no setor primário e promove a inclusão social. Imagina se o governo investisse no setor! Faltam políticas

## Entre 1997 e 2004, o volume de produção da pesca brasileira quase dobrou. Apesar

de financiamento”, desabafa Rocha, presidente da associação de criadores, ao destacar o fato de que 93% dos investimentos no setor partiram da iniciativa privada. Ele também reclama das dificuldades enfrentadas para obter a licença ambiental, precondição para conseguir o financiamento. “Deve ser criada uma política setorial para fazer o licenciamento ambiental corretamente, afinal a Seap diz que tem crédito, mas é preciso dispor da licença ambiental para liberá-lo e é muito difícil para um simples pescador conseguir a licença”, completa o presidente.

**Crédito** Nesse quesito, a Seap tem as respostas na ponta da língua. O ministro da Pesca observa um equívoco na argumentação da ABCC. “Hoje o pescador artesanal não enfrenta mais problemas para obtenção de recursos financeiros. Ele tem crédito de 500 reais para arrumar sua rede e poder reformar o barco, por exemplo. E mais: essas pequenas embarcações não dependem de licença ambiental, os pescadores apenas precisam de uma licença de percurso obtida na Capitania dos Portos e da carteira de pescador”, explica Fritsch, citando parcerias firmadas com o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil para financiar os pequenos produtores por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf-Pesca. Cerca de 29 mil contratos para pescadores artesanais foram firmados em 2004 e o número pulou para 60 mil no ano passado. A expectativa da secretaria é fechar 2006 com 100 mil novos contratos, o que deve acabar beneficiando os cerca de 3 milhões de pessoas que trabalham, diretamente ou não, com a pesca no país.

Porém as regras mudam para o caso do cultivo, onde a licença ambiental é necessária. Uma das grandes inovações promovidas com a criação da Seap, aponta o ministro, é o fato de tirarem a responsabilidade da emissão das licenças do Ibama, em Brasília. “Neste ano conseguimos fazer com que a licença ambiental seja emitida pelo órgão estadual, facilitando os contatos. Fizemos um



O camarão é o principal produto exportado pelo Brasil. Em 2005, ele respondeu por 45% de todas as vendas

curso nacional de capacitação em outubro para duas pessoas por estado a fim de qualificar e padronizar o sistema de licenciamento”, explica Fritsch. A mudança, entretanto, não é muito bem recebida pelos especialistas. “A Seap enveredou por um trabalho que não privilegiou seu papel principal, o de articulação e fomento ao desenvolvimento da pesca. Todas as secretarias ligadas à Presidência da República têm o papel principal de ser um coordenador entre os vários ministérios. Por mais que não se queira, o Ministério do Meio Ambiente vai ter sempre um papel importante na pesca, assim como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministé-

rio da Agricultura e o Ministério da Defesa, através da Marinha. Até hoje não se criou o Ministério da Soja ou das Aves, por que criar um Ministério da Pesca?”, indaga José Dias Neto, do Ibama.

**Atritos** As relações entre a pesca e o meio ambiente são tradicionalmente complicadas e ficaram ainda piores no final de 2004, quando foi divulgado o documento “Uma contribuição para a gestão da pesca no Brasil”. Assinado por uma dezena de especialistas de diferentes universidades e institutos de pesquisa, o estudo jogou um balde de água gelada nas expectativas dos que apostam no avanço da indústria pes-

disso, o Brasil está em 27º posto no ranking dos maiores produtores mundiais

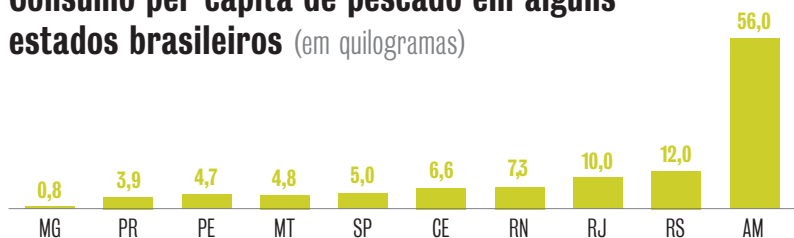
Eduardo Knapp/Folha Imagem



de pescado ao exterior

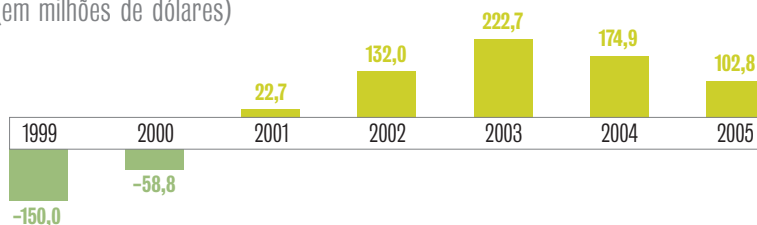
queira nacional. Os autores procuravam alertar a Seap sobre os perigos da política em curso. Depois dos debates travados durante o II Simpósio Brasileiro de Oceanografia e o Congresso Brasileiro de Oceanografia, os pesquisadores observaram que a situação da maioria dos estoques explorados é preocupante e bem poucos recursos ainda são passíveis de aumento na sua exploração. Segundo eles, a pesca mundial apresenta quadro semelhante, por isso se tem procurado medidas de contenção de esforço e diminuição das frotas. A idéia está baseada nos primeiros números do Programa de Levantamento Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econô-

### Consumo per capita de pescado em alguns estados brasileiros (em quilogramas)



Fonte: Ministério da Agricultura (2003)

### Saldo da balança comercial da pesca (em milhões de dólares)



Fonte: PescaBrasil & Seap

mica Exclusiva, batizado de Revizee, um inventário de todos os recursos vivos, potencial de captura das espécies e características ambientais e biomassa das populações marinhas. O projeto contou com a participação de centenas de pesquisadores e foi realizado durante os últimos dez anos em toda a costa do país.

E as dificuldades não se restringem à pesca extrativista, também surgem sintomas de superexploração na criação. “No cultivo de camarão do Nordeste, começaram a aparecer problemas sérios, como mancha branca e necrose de cauda, porque o homem passou a achar que as tecnologias fazem milagre, mas o ambiente tem suas limitações. Não adianta estocar camarão demais num tanque e achar que vai dar certo”, alerta Dias Neto, do Ibama. É preciso repensar as estratégias de mercado para não promover a ocupação desordenada das áreas de mangue nem estocar acima dos limites permitidos, sugere ele. Carmen Rossi-Wongtschowski, pesquisadora do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e uma das coordena-

doras do Programa Revizee, navega na mesma corrente. “A alternativa para promover o desenvolvimento da indústria é compatibilizar o esforço de pesca com o real potencial dos estoques por meio da alteração do modelo hoje utilizado”, diz. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, da sigla em inglês) estima que entre 47% e 50% dos estoques pesqueiros marinhos no mundo encontram-se sob exploração plena – não havendo, assim, qualquer possibilidade de expansão das suas capturas –, entre 15% e 18% estão sobre-explorados, e 9% a 10% já entraram em colapso. Para a pesquisadora, o governo deve acabar com o acesso irrestrito aos estoques e deixar de fornecer subsídios ao setor. Ela vai ainda mais longe ao criticar outras iniciativas da Seap, como o Profrota – programa de financiamento para construção de novas embarcações –, que, só no edital de dezembro do ano passado, liberou 300 milhões de reais para mais de 100 barcos. “A idéia de explorar a pesca oceânica é totalmente despropositada. Os resultados são contundentes: o



## A situação da maioria dos estoques de peixes é preocupante e bem poucos

Janduari Simões/Folha Imagem



Uma das principais reclamações dos pescadores é que a cadeia de atravessadores faz com que o peixe chegue ao consumidor final a preços muito altos

volume de recursos não suporta nenhum aumento da frota. Assim, programas como o Profrota apenas jogarão dinheiro na água. Melhor seria canalizar esse dinheiro para uma frota voltada para o turismo. A Seap tem idéia, ainda, de pescar na região da Antártida a merluza-negra, a qual também já está sob intensa pescaria de outras frotas internacionais e que não suportaria aumento no esforço de pesca”, adverte.

A Seap rebate, lembrando que o programa vem sendo elaborado e revisto desde o início de 2003 em parceria com diversos órgãos, entre eles o Ibama. “Não é só uma questão de crédito, é uma questão de sustentabilidade. Há países com capacidade de expansão da pesca, desde que haja o mane-

jo adequado. Todos os detalhes foram discutidos, como quais os tipos de barco e quais as espécies a serem capturadas”, resalta Marcelo Burguez Pires, coordenador-geral de crédito da Seap. Ele cita o caso do atum, que o Brasil tem autorização para captura de 100 mil toneladas, mas apenas metade da cota é explorada. Pires também lembra que muitos barcos em atividade estão obsoletos e devem ser desativados após a chegada da nova frota. Outros ainda serão realocados para a exploração de outras espécies ou até mesmo para atividades diversas, como o turismo.

Enquanto continua o embate entre os diferentes pontos de vista, produtores, comerciantes e governos se movimentam para

mudar os hábitos alimentares brasileiros e estimular o mercado interno. A média de consumo de peixe entre os brasileiros não passa de 7 quilos por ano por pessoa, quando a média mundial é 15 quilos e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o consumo de pelo menos 12 quilos. O quadro ainda se agrava por uma perversidade geoeconômica: as regiões mais pobres do Brasil produzem peixes nobres que o consumidor não pode comprar, enquanto os de preço mais acessível, como a sardinha, ficam restritos às regiões Sul e Sudeste, onde a população dispõe de melhores condições financeiras. A exceção, em termos de consumo, fica por conta dos amazonenses, que comem, em mé-

## recursos ainda são passíveis de aumento na sua exploração

dia, 56 quilos de peixe por ano. Fenômeno compreensível, já que o estado abriga a maior bacia hidrográfica do mundo, onde as longas distâncias e a mata fechada fazem dos rios o principal meio de sobrevivência. Numa tentativa de colocar mais pescado no prato dos brasileiros, uma ação da Seap em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), batizada de Semana do Peixe, começou a promover a iguaria entre os comerciantes. Anteriormente, a maioria dos supermercados nem sequer contava com um setor específico para pescados e a venda de peixes não passava de 1% na grande rede. Hoje, o comércio dos pescados representa de 3% a 4% de tudo que é comercializado nas lojas. As vendas dispararam logo após a Abras promover o desmantelamento de uma longa cadeia de atravessadores. Alex Augusto Gonçalves, coordenador do Grupo de Interesse em Pescado, professor de Tecnologia do Pescado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista na identificação de fraudes econômicas em pescados congelados, lembra que uma das principais reivindicações dos pescadores durante as conferências da Seap diz respeito às condições de comercialização do produto. “Num caso específico, vendiam o peixe por menos de 1 real o quilo e o mesmo peixe era vendido no supermercado a mais de 10 reais o quilo. Os atravessadores da cadeia do pescado fazem com que o valor do mesmo peixe seja incrementado, sendo o pescador e o consumidor os prejudicados”, comenta. Assim, segundo ele, com o preço elevado e, em alguns casos, diante da baixa qualidade dos produtos, o consumidor acaba optando por comprar outro tipo de alimento. “O que temos hoje é uma nova realidade. Antes da Semana do Peixe, não existia a venda de peixes nos supermercados, o peixe era vendido apenas em feiras ou nas peixarias. Nós mudamos esse conceito. Há supermercados que quadruplicaram o espaço de venda de peixes. Hoje o peixe já vem pronto, limpo, congelado, no mesmo modelo de outros alimentos”, diz, orgulhoso, o ministro Fritsch.

Os avanços também ocorrem no mercado externo. Dados da Seap apontam uma balança comercial favorável da venda de pescado da ordem de 102 milhões de dólares em 2005 (leia tabela na pág. 45). Nada mal se comparados com os números da década passada, durante a qual, salvo em 1993, o país amargou seguidamente saldos negativos. A balança se inverteu em 2001 e desde então vem apresentando resultados consistentes. Entre 1991 e 2000, nossas exportações tiveram aumento médio de 2,8 %, passando de 156,7 milhões de dólares no início da década para 238,9 milhões de dólares no final. E não foi fácil conquistar espaço no mercado internacional. O Brasil precisou lutar, por exemplo, contra uma ação antidumping movida pelo governo norte-americano contra os produtores de camarão do Nordeste. Depois de quase perderem os cabelos, uma intervenção dos advogados da Associação dos Criadores de Camarão fez o Departamento de Comércio dos Estados Unidos rever o valor das taxas aplicadas a empresas da região. O camarão é nosso carro-chefe no exterior e respondeu por 45% do volume total de exportações de produtos ligados à pesca no ano passado. “Se, por um lado, a economia em escala mundial trouxe benefícios para o mercado brasileiro, dando a possibilidade de pequenos produtores poderem exportar seus produtos para outros países, a globalização também acentuou a rivalidade entre nações na disputa por consumidores”, argumenta Rocha, presidente da ABCC.

**Rios** No entanto, se comparada com o mar, pouca atenção foi destinada aos rios e lagos, sobretudo para um país que abriga 13,7% de toda a água doce do planeta. De destaque, somente a criação de pacus em tanques-rede no lago da hidrelétrica de Itaipu, na região de São Miguel do Iguazu (PR), que foi o ponta-pé inicial do Programa Nacional de Parques Aquícolas. A idéia é destinar áreas ao longo do território nacional, como barragens hidrelétricas, rios, lagos e açudes, para o cultivo de pescados. Em informativo de janeiro de 2004, a Seap previa

a produção de 2 milhões de toneladas de pescado, o dobro da produção anual brasileira, só com a criação do parque aquícola de Itaipu. Esse é o tipo de caminho indicado pelos ambientalistas, que consideram a aquicultura, tanto a maricultura de águas rasas como de rios e represas, a solução mais adequada ao problema da pesca. De acordo com o documento “Estado Mundial da Pesca e Aquicultura em 2002”, publicado pela FAO, a partir de 1970 a aquicultura mundial vem apresentando índices médios anuais de crescimento de 9,2%, comparados com apenas 1,4% na pesca extrativa e 2,8% na produção de animais terrestres. No Brasil, não tem sido diferente, a participação da aquicultura na produção nacional subiu de 14,6% em 1998 para 26,5% em 2004. Outros projetos ainda estão no papel, como o Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União, lançado em novembro de 2004. A proposta prevê o investimento de 5 milhões a 8 milhões de reais no desenvolvimento da atividade em 64 municípios brasileiros. As projeções animadoras, no entanto, são questionadas pela pesquisadora Carmen Wongtschowski. Ela não acredita numa produção tão expressiva, por exemplo, no parque aquícola de Itaipu. Mas o mais importante, ressalta, é preservar a natureza de forma a garantir o equilíbrio dos ecossistemas. Coisa que o pescador Santiago, de Hemingway, anos após não jamais deixara de fazer. **d**

### Saiba mais:



Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca  
[www.presidencia.gov.br/Seap](http://www.presidencia.gov.br/Seap)

Coordenação-Geral de Gestão de Recursos  
Pesqueiros do Ibama  
[www.ibama.gov.br/recursospesqueiros](http://www.ibama.gov.br/recursospesqueiros)

Grupo de Interesse em Pescado  
<http://paginas.terra.com.br/educacao/seafodgroup>

Organização das Nações Unidas  
para Agricultura e Alimentação  
<https://www.fao.org.br>

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília



Cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivem nos abrigos mantidos com recursos do governo federal. Deles, 58,5% são meninos, 63% são negros e 61,3% têm de 7 a 15 anos

Evilson de Freitas/ABE

# Longe do paraíso

A atual legislação de adoção prioriza a volta das crianças à família original, mas termina por condená-las a viver por longos anos em abrigos. Para solucionar esse dilema e criar um sistema único que agilize os processos, existem mais de 100 propostas tramitando na Câmara dos Deputados

São duas realidades simultâneas que se encontram com uma frequência muito menor do que a desejada: de um lado, milhares de crianças aptas para adoção; de outro, uma enorme lista de espera de casais ávidos por adotar. E cada vez que acontece um caso como o da recém-nascida achada em plena Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, no começo de fevereiro, o assunto volta à tona com toda a força. O interesse de dezenas de famílias em criar a menina de apenas dois meses, abandonada pela mãe dentro de um saco plástico, revela uma realidade perversa: a falta de conhecimento e de articulação impede que muitas crianças sejam adotadas no Brasil. Os desafios são grandes e um deles é descobrir o tamanho do problema. Não se sabe ao certo a quantidade de crianças em condições de serem adotadas nem o número de pessoas interessadas em adotá-las. Isso acontece porque o sistema de adoção funciona de forma descentralizada, o que praticamente impossibilita que uma criança do Mato Grosso seja acolhida por uma família do Rio Grande do Sul, por exemplo. A criação de um cadastro único e nacional seria o primeiro passo, mas para que ele funcione bem são necessários ajustes na legislação que rege o assunto: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o novo Código Civil. O processo de adoção tem de ser mais ágil, padronizado e preciso.

O mais recente retrato dessa realidade, *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, livro lançado em 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), faz uma radiografia de 589 estabelecimentos em todo o país que recebem recursos da Secretaria de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a chamada Rede Sac. Ele mostra que nessas instituições vivem cerca de 20 mil crianças e adolescentes. Tomando-se os números principais, pode-se facilmente ver quem tem mais dificuldade para encontrar uma família. Dos que vivem nesses abrigos, 58,5% são meninos, 63% são negros e 61,3% têm de 7 a 15 anos (veja gráficos na pág. 50). Mas quem imagina que os jovens e pequenos são órfãos ou estão abandonados engana-se, 87% têm

## Motivos de ingresso em abrigo relacionados à pobreza (em %)

Carência de recursos materiais da família/responsável	<b>24,1</b>
Abandono pelos pais ou responsáveis	<b>18,8</b>
Violência doméstica	<b>11,6</b>
Pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoólics	<b>11,3</b>
Vivência de rua	<b>7,0</b>
Órfão	<b>5,2</b>
Pais ou responsáveis detidos	<b>3,5</b>
Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis	<b>3,3</b>
Submetido à exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância	<b>1,8</b>
Outros	<b>13,4</b>

Fonte: Ipea/Diretoria de Estudos Sociais (2003)

família e, mais importante, 58,2% mantêm vínculos com essas famílias. A grande maioria, portanto, está diante do paradoxo de ter uma família que, na prática, não tem condições de cuidar dela, em seu significado mais amplo, mas que, mesmo assim, é juridicamente responsável pelos filhos que vivem nos abrigos. Essa situação ambígua gera um grande problema. De acordo com o estudo, 46,2% dessas crianças e adolescentes ficam de dois a dez anos no abrigo, mas apenas 10,7% delas encontravam-se no momento da pesquisa, em 2003, judicialmente em condições de serem adotadas (veja gráfico na pág. 50).

O quadro que a pesquisa apresenta é revelador. “O livro mostra que não é verdade que os abrigos estejam abarrotados com crianças para adoção. A maioria tem família com a qual mantém vínculos. Estão lá porque são pobres. O que podemos perceber é que muito do que o ECA prevê não acontece de fato”, diz Enid Rocha Andrade Silva, coordenadora da pesquisa do Ipea e atualmente secretária adjunta da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. O estatuto prevê, por exemplo, que “o abrigo é

medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. Entretanto, não foi isso que o estudo do Ipea verificou. “Os pais não abrem mão do poder familiar, mesmo não tendo condições de criar as crianças. A consequência é que elas envelhecem e entram numa faixa etária difícil para adoção”, explica Silva. Como a legislação defende que os filhos sejam criados pelos pais ou por familiares, e somente depois de esgotadas essas possibilidades é que a adoção pode ser tentada, o tempo que essas crianças e adolescentes passam nas instituições é longo demais.

As consequências podem ser graves. A criança corre o risco de ter seu desempenho cognitivo e a própria capacidade de convivência afetados. Num lugar em que a massificação é a tônica, em que os brincados, quando existem, são bens coletivos, a construção da individualidade fica comprometida. “No Brasil, há uma cultura de institucionalização. Muitos abrigos pegam a criança para cuidar e não entendem seu papel como intermediários. A criança não pode ficar esquecida lá”, afirma Alexandre Valle dos Reis, assessor da subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

**Alternativa** Para evitar as seqüelas da permanência em abrigos, algumas instituições propuseram uma solução intermediária: o acolhimento. As crianças vivem em casas de outras famílias enquanto esperam que suas famílias originais recuperem as condições para recebê-las de volta. O Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente (Sapeca), da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campinas, em São Paulo, já atendeu 46 crianças nos seus nove anos de funcionamento – quinze estão em acolhimento, dezesseis já retornaram à família natural, nove foram encaminhadas para adoção e seis voltaram ao abrigo. O período de acolhimento varia bastante, pois depende do tempo que a família de origem vai precisar para se reorganizar, mas Jane Valente, coordenadora do Sapeca, explica que eles

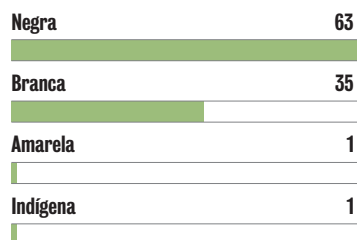
# Mais de 46% das crianças e adolescentes ficam em abrigos de dois a dez

tentam trabalhar com o prazo de um ano para crianças com até 5 anos de idade e vinte meses para as maiores de 5 anos. “Ajudamos a formar uma rede social em torno da família de origem. Localizamos os problemas, que podem ser financeiros, dependência química ou falta de moradia, e estabelecemos parcerias para que a família tenha acesso aos serviços que vão ajudá-la a reverter o quadro”, esclarece Valente. A adoção acontece só quando a família não consegue se reestruturar, em último caso.

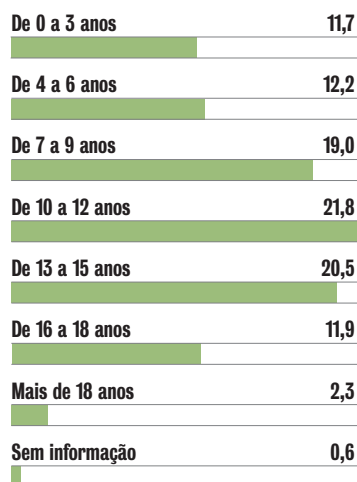
O sucesso desse tipo de programa, na opinião de Cláudia Cabral, diretora executiva da organização não-governamental Terra dos Homens, depende de apoio psicossocial constante e sério. “O acompanhamento é feito durante o acolhimento e por cinco anos depois de a criança ter retornado à família de origem. É muito importante, durante e após o acolhimento, trabalhar o vínculo da criança tanto com a família de origem quanto com a acolhedora”, diz Valente. Segundo ela, durante todo esse período, a criança participa do processo e eventualmente entende que é uma situação temporária.

**Problemas** A modalidade de acolhimento ainda está em fase de teste. A imensa maioria das crianças, porém, tem outra realidade e convive com duas grandes questões que atravancam o processo de adoção e contribuem de forma decisiva para mantê-las muito mais tempo do que deveriam nos abrigos. A primeira é que o perfil das crianças desejadas obedece sempre ao mesmo padrão: branca, do sexo feminino, com no máximo 2 anos de idade, sem problemas de saúde e sem irmãos, segundo informa a SEDH, ligada à Presidência da República. O problema é que apenas 3,3% do total de meninos e meninas abrigados no Brasil atende a essas exigências, de acordo com a pesquisa feita pelo Ipea. O resultado é este que conhecemos: uma enorme fila de pais e um grande contingente de crianças esperando a adoção que não acontece. “É uma questão cultural que precisa começar a ser

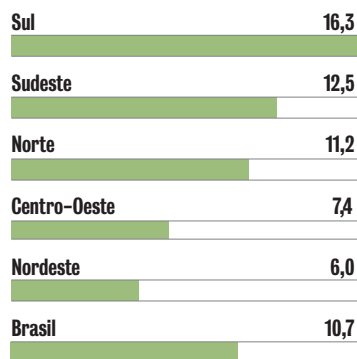
## Proporção de crianças em abrigos, segundo a raça (em %)



## Proporção de crianças em abrigos, por grupo de idade (em %)



## Proporção de crianças em condições de serem adotadas (em %)



Fonte: Ipea/Diretoria de Estudos Sociais (2003)

modificada”, afirma Patrícia Saboya, senadora pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Ceará, e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente no Senado.

Nesse cenário, cumprem papel fundamental os Grupos de Apoio à Adoção, formados, em geral, por pessoas que já adotaram ou querem adotar. Espalhados por todo o Brasil, esses grupos oferecem atendimento e orientação a pais e mães adotivos no processo de espera por uma criança e na etapa posterior à adoção. Eles buscam incentivar a adoção de crianças mais velhas ou com características diferenciadas. “A questão racial é um problema no Brasil, mas o principal obstáculo para adoção é a idade e os grupos de irmãos”, esclarece Patrícia Lamego, coordenadora da Autoridade Central Administrativa Federal, órgão ligado à SEDH e instituído para dar cumprimento à Convenção de Haia – responsável pela regularização das adoções internacionais por meio da criação de normas básicas a serem cumpridas pelos 76 países signatários.

Para Ana Angélica Campelo, gestora governamental do MDS e mãe de uma criança adotada, o Grupo de Apoio à Adoção foi determinante na preparação da família. “Já tínhamos uma filha, mas queríamos adotar. O grupo fez meu marido e eu percebermos que as crianças que mais precisavam de uma casa eram as mais velhas”, conta Campelo. A atuação do grupo conseguiu que ela realizasse uma adoção com características inusitadas. Antes mesmo de o casal entrar na fila oficial de adoção, foi avisado sobre uma criança negra de quase 2 anos de idade, de outro estado, que não havia encontrado uma família interessada. Depois de algumas visitas à criança, o juiz concedeu a guarda e eles trouxeram Patrícia, hoje com 4 anos, para casa. O processo de adoção ainda não está totalmente terminado: falta a última audiência, que deve acontecer ainda neste semestre, para que a menina ganhe uma nova certidão de nascimento e passe a assinar Patrícia Campelo como seus pais e sua irmã mais velha, Clara. O que aconteceu com Campelo é muito raro.

anos, mas apenas 10,7% delas encontram-se em condições de serem adotadas



Ricardo Labastier

Celso Augusto Rodrigues Soares e Ana Angélica Campelo com suas filhas Clara, biológica, e Patrícia, adotada

“Como não havia famílias interessadas em Patrícia no seu estado de origem, a equipe técnica decidiu fazer uma busca ativa em outras cidades, mas isso não é muito frequente”, explica ela. Por isso, uma das orientações para os que querem adotar é entrar com pedidos em diversas comarcas. Esse procedimento aumenta muito a chance de a história ter um final feliz, como a de Campelo, que considera a decisão de adotar uma criança a melhor coisa que poderia ter feito. “Nos damos todos muito bem. É muito interessante observar os laços de confiança sendo construídos e ver o desabrochar de uma criança. Patrícia chegou em casa muito séria, não esboçava um sorriso e hoje ela é brincalhona e risonha”, conta a mãe orgulhosa.

**Internacional** Teoricamente, as adoções no país têm uma seqüência de prioridades. Primeiro é preciso tentar fazer que a criança volte para sua família de origem. Se não for possível, procura-se uma família brasileira

e se, ainda assim, a criança não achar um novo lar, parte-se para a adoção internacional. Acontece que as dificuldades no Brasil têm aberto as portas para que outros países adotem as crianças brasileiras. “Os casais estrangeiros são mais preparados, conhecem a realidade do país e são muito mais abertos na hora de adotar”, afirma Lamego. Segundo estimativas da Autoridade Central Administrativa Federal, 482 crianças foram para o exterior em 2004 – a Itália é o principal destino. Boa parte delas tinha mais de 6 anos, eram casais de irmãos e muitos tinham alguma deficiência física. Um dos fatores que favorece a adoção internacional é a falta do tal cadastro unificado, porque algumas crianças que poderiam encontrar famílias brasileiras terminam sendo adotadas por casais estrangeiros. A solução pode ser o Infoadote, um sistema que vem sendo desenvolvido, desde 2004, pela SEDH, com base nos dados do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia), um banco eletrônico

de registro e tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais, preconizado pelo ECA.

A proposta do Infoadote é ser esse cadastro único e nacional. Os municípios passariam suas informações para o estado, que seria o responsável por alimentar o sistema nacional. Para agilizar os processos, todos os dados estariam disponíveis para consulta na internet. Alguns estados já conseguiram: Pernambuco, Roraima, Amazonas, Rio Grande do Norte, Pará, Ceará e Espírito Santo. A idéia é apresentar a versão *web* do Infoadote às demais unidades da federação ainda neste ano. “O problema é que alguns estados são mais fechados, acham os próprios sistemas melhores. Às vezes, sentimos resistência, mas a grande vantagem do Infoadote é que ele aceita a migração de dados de outras bases. O estado pode continuar com o seu sistema, o que pedimos é que esse cadastro nacional seja alimentado por todos”, explica o juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior, da 3ª Vara da Infância e Juventude do Recife e coordenador nacional do Sipia.

O segundo grande obstáculo que atravança o processo brasileiro de adoção são os prazos. Ou melhor, a falta deles, já que o ECA não estabelece um tempo específico para perda do poder familiar. “É preciso estipular prazos para a criança não ser esquecida, mas eles também não podem funcionar contra a família de origem. Muitas vezes a criança é deixada num abrigo porque seus pais não têm condições financeiras de sustentá-la. A saída, nesse caso, nem sempre é a adoção, mas a inclusão da família em programas sociais do governo”, sugere Campelo. A grande dúvida é: quanto tempo seria necessário para decidir se uma criança deve ser liberada para adoção ou reintegrada à família de origem? “Se o prazo for pequeno demais, a legislação acaba funcionando para o adotante, e não para o adotado. Está implícita aí a escolha entre a cultura de encontrar uma família para uma criança ou uma criança para uma família”, afirma Valle dos Reis, da SEDH. “São necessários prazos para as autoridades, e não para a

## Constituição e ECA garantem à criança o direito à vida, à educação e ao respeito



O Projeto Sapeca, de Campinas, já atendeu 46 crianças nos seus nove anos de funcionamento

família. É preciso equilíbrio para que a pobreza e a indigência não sejam penalizados”, defende Alison Sutton, coordenadora do programa de proteção da criança e do adolescente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Exatamente porque não há padronização de prazos e procedimentos, um processo de adoção pode levar muitos anos ou ser rápido. Jandimar Maria Guimarães, presidente do Grupo de Apoio à Adoção de Brasília, tem cinco filhos adotados, entre eles um casal de gêmeos de 5 anos de idade, Marcos e Mateus Silva Guimarães. Os processos variaram de 30 dias a três anos.

**Legislação** Os elementos que dificultam o processo de adoção são diversos e as soluções difíceis porque o que está em jogo é o futuro das crianças. O resultado dessa complexidade é que, apenas na Câmara dos Deputados, tramitam cerca de 100 propostas de alteração na legislação de adoção. Os projetos vão de mudanças nas regras para adoção internacional à permissão da guarda de crianças por casais homossexuais. Como é impossível tratar cada um deles individualmente, foi criada a Comissão sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária com o objetivo de avaliar os projetos e elaborar um texto que congregue tanto as propostas dos congressistas como as feitas

por meio de debates e audiências públicas. A expectativa é que o relatório esteja pronto em março deste ano. Como a Comissão tem caráter conclusivo, se o texto for aprovado, seguirá direto para o Senado.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.756/03, de autoria do deputado, hoje licenciado, João Mato (PMDB/SC), foi, sem dúvida, a proposta que mais causou polêmica. A crítica mais freqüente ao projeto é que ele privilegia a adoção em detrimento do incentivo dos vínculos com a família biológica. Isso porque o PL prevê que os abrigos devam encaminhar à autoridade judiciária e ao Ministério Público, num prazo máximo de 60 dias após a chegada da criança na instituição, um relatório sobre a situação da criança, indicando o que deve ser feito com ela – ser liberada para adoção ou voltar para a própria família. A partir da data do recebimento desse relatório, o juiz disporia de um período de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 120, para dar seu parecer final sobre o destino da criança. Outro ponto contestado é que o PL abre precedentes para a separação de irmãos, algo condenado pelo ECA. Um terceiro item questionado é a concessão de subsídios financeiros aos servidores públicos federais que adotarem crianças com necessidades especiais. E, por fim, o PL também propõe que a adoção internacional não seja restrita aos

países signatários da Convenção de Haia, como acontece atualmente. Lamego, da Autoridade Central Administrativa Federal, considera um problema incluir no projeto a possibilidade de países não signatários da convenção adotarem crianças brasileiras porque não há garantias sobre os direitos dos adotados em seus novos lares.

A deputada Maria do Rosário Nunes (PT-RS), presidente da Comissão, lembra que o período de análise das diversas propostas já terminou e uma nova lei que desenvolva as condições para o cumprimento do ECA precisa ser enviada ao Senado ainda neste semestre. O substitutivo deve estipular os limites de tempo para que a Justiça decida se a criança deve voltar para sua família de origem ou se deve seguir para adoção. “Os prazos não serão ultimatoss nem arbitrários, mas queremos criar a cultura de que deve ser traçado, pelas autoridades, um plano de vida para cada criança. Se julgarem necessário, as autoridades poderão pedir mais tempo para decidir”, afirma Nunes.

A Constituição de 1988 e o ECA, aprovado em 1990, exigiram que as práticas daqueles que prestam serviços para crianças e jovens sofressem mudanças e revisões. De acordo com a Constituição, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e ao respeito. Trabalhar por um presente e um futuro melhores para eles significa lutar por uma sociedade mais democrática, igualitária e não-discriminatória. Às crianças brasileiras são negados direitos básicos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada ano quase 750 mil crianças – cerca de um quinto dos recém-nascidos – completam o primeiro ano de vida sem ser registradas, o que mostra que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para garantir o que prevê a Constituição. Tentar assegurar, de forma efetiva, às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária parece ser um bom começo. **d**

# O direito à família



Divulgação / Unicef

*“Para garantir o direito de crianças e adolescentes a crescer em um ambiente familiar, é preciso maior investimento nas famílias de origem para que cuidem de seus filhos. Isso pode ser feito em programas de orientação familiar, de transferência de renda, entre outros”*

O atual debate sobre o aprimoramento do sistema nacional de adoção nos leva a uma discussão maior sobre como garantir o direito de crianças à convivência familiar e comunitária, consagrado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Num país extremamente desigual como o Brasil, crianças ainda são colocadas em abrigos por causa da pobreza de seus pais.

A adoção é uma medida definitiva e, por isso, deve ser tratada com segurança e com os cuidados que cada caso merece. Aprimorar o sistema nacional de adoção tornou-se uma condição indispensável para garantir o direito à convivência familiar a milhares de meninos e meninas na fila para uma família substituta.

A alimentação de um cadastro nacional de adoção pode permitir ao Poder Judiciário melhores condições de proporcionar o encontro de crianças em situação de adoção com famílias pretendentes à adoção. Isso pode superar a situação atual, em que a troca de informações entre estados e comarcas é bastante limitada.

As comarcas devem ser dotadas de equipes multidisciplinares que avaliem as condições psicossociais da criança e das famílias, garantindo segurança nas decisões de destituição do pátrio poder e de adoção. Somente quando esgotadas as possibilidades de reintegração na família de origem, torna-se possível iniciar processos de adoção, com busca de pais para as crianças na fila de espera. Também deve-se promover a adoção de grupos de irmãos pela mesma família e estimular adoções tardias e inter-raciais.

Um sistema bem articulado deverá contar ainda com o trabalho já realizado pelos grupos de apoio à adoção, que têm papel fundamental no acompanhamento de famílias adotivas.

Outra ação importante é ampliar as alternativas à institucionalização, oferecendo abrigo temporário em situação de família para crianças enquanto suas famílias de origem recebem apoio. Nesse período, essas famílias precisam ser fortalecidas e orientadas para receber seus filhos de volta com segurança. Esse é o caso de programas de acolhimento familiar e da concessão da guarda a

membros da família extensa (tios e avós), que precisam de mais apoio dentro das políticas públicas.

O ECA estipula que as crianças não podem ser retiradas dos cuidados parentais por causa de pobreza. Um levantamento nacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2004 revelou que 86,7% das crianças vivendo em abrigos tinham famílias. A mesma pesquisa constatou que 24,2% das razões citadas para as crianças estarem nos abrigos eram a carência de recursos materiais dos pais, seguido pelo motivo de abandono, com 18,9%.

Esses dados indicam que é preciso maior investimento nas famílias de origem para que cuidem de seus filhos. Isso pode ser feito em programas de orientação familiar, de transferência de renda, de acesso à habitação e a serviços de saúde e educação ou com ações de prevenção à violência, ao alcoolismo e ao consumo de drogas.

Vemos hoje no Brasil uma grande mobilização, que reúne o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef), para elaborar o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Esse plano reúne propostas para políticas que ofereçam um leque variado de respostas necessárias à situação peculiar de cada criança e adolescente.

A iniciativa está inserida num esforço internacional, do qual o Unicef faz parte, para aumentar a proteção para crianças privadas da vida familiar, especialmente vulneráveis em situações de violência, nos conflitos armados e em desastres naturais e em casos de desestruturação familiar. O Brasil propõe sediar uma reunião entre governos para refinar uma nova diretriz internacional em elaboração sobre o tema. O Unicef se une ao Brasil nesse desafio para assegurar o direito de crianças e adolescentes crescerem em família protegidos e sem violência.

**Alison Sutton** é coordenadora do Programa de Proteção da Criança e do Adolescente do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef) no Brasil



# Aposta no turismo ecológico

No sentido horário:  
igreja na zona rural  
de Santa Rosa de Lima  
(foto maior); Pousada Vitória;  
sede da Associação  
de Desenvolvimento  
Sustentável; placa na praça  
principal de Anitápolis



## A Acolhida na Colônia, organização não-governamental de Santa Catarina, recebeu prêmio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento por promover o agroturismo como alternativa econômica para agricultores familiares empobrecidos

O retrato meio escondido em cima de um armário na cozinha da Pousada Recanto das Cachoeiras lembra um tempo não muito feliz para seus proprietários, Marilda e Gabriel Rieg, quando trabalhavam como caseiros numa residência em São Paulo. Na fotografia, ela aparece vestida com um avental de cozinheira e ele como garçom, embora também atuasse como jardineiro. A foto foi tirada na casa da Granja Julieta, onde trabalharam durante cinco dos 14 anos que passaram na metrópole paulistana. Mudar para São Paulo não foi uma opção, mas a única alternativa, pois não conseguiam obter renda suficiente para viver de seu pequeno sítio, em Anitápolis, no sudeste de Santa Catarina. “A gente ganhava bem em São Paulo e o serviço não era tão pesado quanto na roça, mas acabamos voltando há 11 anos porque a saudade era muita”, conta Marilda, de 47 anos, enquanto prepara o almoço para o casal de hóspedes que receberá no fim de semana, pois agora o sítio do casal funciona como pousada para turistas atraídos pela beleza da região serrana, onde ficam as nascentes dos principais rios que abastecem cidades como Florianópolis, Criciúma, Laguna e Tubarão.

A principal renda da família Rieg vem da pousada, que é capaz de receber 13 visitantes em suas acomodações simples e acolhedoras, mas nada que garanta estrelas num guia turístico. A proprietária conta que eles começaram a receber hóspedes em um quarto dentro da casa, mas agora já são três, além de dois outros num anti-

go galpão que servia para guardar a produção agrícola. Um chalé foi construído no ano passado, com duas suítes, uma pequena sala e uma vista deslumbrante da varanda, voltada para o vale do rio da Prata, com as encostas cobertas pela vegetação da Mata Atlântica. O dinheiro para fazer as melhorias veio de um financiamento do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Temos 50 nascentes e dez cachoeiras nos 70 hectares de nosso sítio”, conta o orgulhoso Rieg, de 54 anos, enquanto conduz seus hóspedes até a cachoeira da Manjedoura, bem próxima da nascente do rio da Pedra Branca, afluente do rio da Prata.

A vida da família Rieg mudou – para melhor – a partir de 2001, quando aderiram à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, uma organização não-governamental que abriu uma nova alternativa de renda para os agricultores familiares de cinco cidades do sudeste de Santa Catarina: o agroturismo, inspirado numa experiência francesa, que já funciona há 50 anos. As propriedades familiares foram adaptadas para receber hóspedes, seguindo um conjunto de normas semelhante ao adotado pela Accueil Paysan, entidade nascida na França que atua em 15 países e congrega os agricultores que aderiram ao agroturismo. A Acolhida na Colônia representa a organização francesa no Brasil. Toda a comida servida aos turistas que ficam nas pousadas vem da própria propriedade ou é fornecida por agricultores

## A produção de alimentos orgânicos e o agroturismo são alternativas para os agricultores

orgânicos da região, ligados à Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco). Os alimentos são produzidos sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos, hormônios de crescimento ou antibióticos. Além disso, os agricultores filiados à Acolhida na Colônia têm de funcionar como guardiões ambientais e fazer de suas propriedades exemplos de que é possível tirar o sustento da terra sem agredir o meio ambiente.

A sede da Acolhida fica em Santa Rosa de Lima, cidade de 2,5 mil habitantes, 24 quilômetros ao sul de Anitápolis e a 124 quilômetros de Florianópolis. Todas as pousadas cobram o mesmo preço, 44 reais diários por pessoa, com direito a quatro refeições, servidas com a comida típica dessa região que foi colonizada por alemães, a partir do final do século XIX. Quem liga para a sede da Acolhida para fazer reserva já é alertado de que as estradas são ruins, pois Anitápolis e Santa Rosa de Lima são as duas únicas cidades do sul de Santa Catarina que ainda não têm acesso por rodovia asfaltada. Isso é uma grande desvantagem para os agricultores da região, mas não atrapalha o agroturismo, já que quem opta por essa modalidade valoriza o contato com a natureza e as estradas sinuosas da região proporcionam paisagens deslumbrantes, pois quase sempre seguem o percurso de um rio. “Percebemos que será possível atrair gente que gosta de caminhadas ou que faz trilhas com motocicletas ou bicicletas”, conta Leonilda Boing Balmann, de 37 anos, coordenadora da Acolhida na Colônia e que também é proprietária da Pousada Vitória, com duas casas para hóspedes, capaz de abrigar 20 pessoas.

Quando a Acolhida na Colônia foi criada, em junho de 1999, a região em torno de Santa Rosa de Lima estava em crise. Sem perspectivas, os jovens migravam para as grandes cidades, à procura de emprego. Era difícil tocar as pequenas propriedades agrícolas, pois a área disponível para cultivo é reduzida, devido à topografia acidentada. O plantio de fumo era a princi-

pal atividade agrícola, mas os agricultores estavam desanimados, lembra a coordenadora da Acolhida, “pois os preços estavam muito baixos, já que existia um único comprador, a fábrica de cigarros Souza Cruz”. Além disso, conta Nilso Tenfen, de 55 anos, proprietário da pousada Tenfen, “a gente tinha de usar muito agrotóxico no plantio do fumo, o que acabava com nossa saúde”. Ele aderiu primeiro à Agreco e depois à Acolhida e hoje a antiga estufa que servia para secar as folhas de fumo foi convertida em duas suítes para os hóspedes de sua pousada.

**Permanência** A Acolhida na Colônia tinha como objetivo valorizar as atividades dos agricultores familiares e fazer do agroturismo uma alternativa econômica para que permanecessem na região. No início, 20 famílias aderiram ao projeto, mas muitas desistiram do agroturismo quando o preço do fumo subiu. Atualmente, existem 11 famílias de agricultores filiados à Acolhida na Colônia, que recebem turistas em suas propriedades. Outra preocupação dos integrantes da organização era motivar a população local para a importância de preservar o patrimônio ambiental da região, dando continuidade à linha aberta pela Agreco, que foi criada em de-

zembro de 1996 também como alternativa para os pequenos produtores rurais desiludidos com o plantio de fumo. No começo, eram apenas quatro famílias cultivando alimentos orgânicos. A produção era colocada numa rede de supermercados de Florianópolis, de propriedade de Egídio Locks, nascido em Santa Rosa de Lima. Atualmente, a Agreco reúne 44 agricultores, cuja produção orgânica é certificada pela empresa Ecocert Brasil, sediada em Florianópolis, representante da francesa Ecocert, considerada uma das maiores certificadoras da Europa. Os produtores orgânicos da Agreco já fornecem para 18 agroindústrias de pequeno porte na região, que produzem frango congelado, queijo, mel, melado, conservas de frutas, geléias e hortaliças já limpas, também certificados pela Ecocert Brasil.

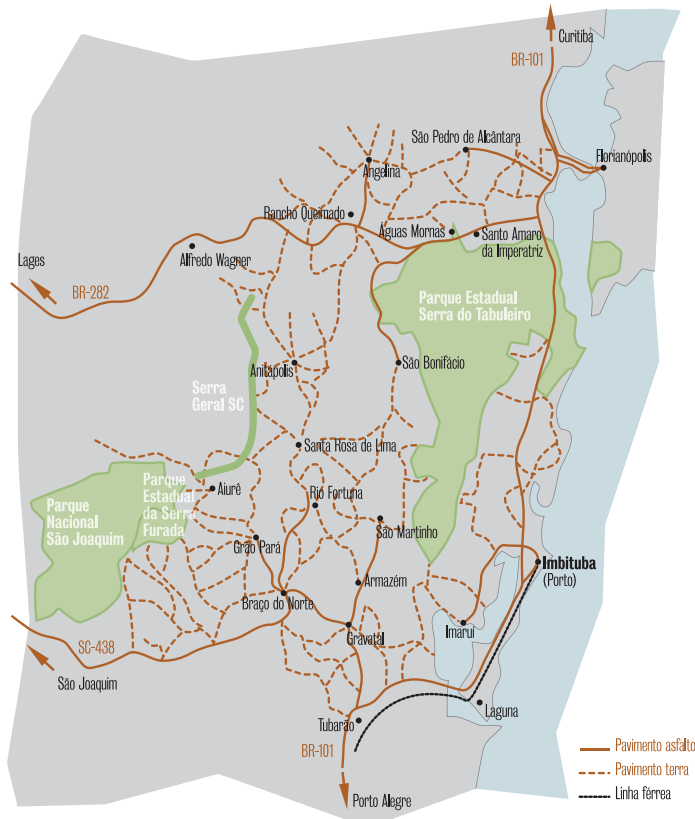
A Agreco foi o embrião da Acolhida na Colônia, pois muita gente ia para Santa Rosa de Lima por causa da Agreco. De agrônomos a compradores dos supermercados de Florianópolis passavam por lá e, como não tinham onde dormir, hospedavam-se nas casas das famílias produtoras de orgânicos. Valnério Assing, de 46 anos, foi um dos agricultores que aderiu à Agreco. Há dez anos já não conseguia viver com a renda de sua propriedade. Estava de mudança,



Otoni Fernandes Jr.

Santa Rosa de Lima tem 2,5 mil habitantes e fica na margem do rio Braço do Norte

## Santa Rosa de Lima e Anitápolis ficam num corredor ecológico entre dois parques



com a promessa de um emprego para ele e a mulher, como caseiros em São Paulo, mas não aceitou porque não poderia levar os dois filhos. Sua história resume a saga dos agricultores da região: “Estava muito desanimado. Primeiro tentei produzir leite, mas o terreno acidentado não ajudava. Depois plantei quatro safras de fumo e desisti porque o preço flutuava muito e estava comprometendo minha saúde com os agrotóxicos. Montei uma granja para produzir ovos, mas parei quando as importações da Argentina derrubaram os preços. Ultimamente, decidi plantar cana-de-açúcar, mas levei um cano dos compradores”. Depois de se associar à Agreco em 1999, percebeu que tinha de agregar valor

à produção de cana-de-açúcar e montou uma fábrica, construída com recursos do Pronaf, onde produz melado, açúcar mascavo e pinga, de acordo com as regras da agricultura orgânica.

**Evolução** O movimento seguinte foi montar um refeitório, onde em 2001 passou a receber turistas nos fins de semana. Serviu como aperitivo, para mostrar o potencial do agroturismo e, em 2004, Assing e a esposa construíram sete quartos na antiga estufa de fumo. A chegada de um filho temporário adiou a inauguração da Pousada Doce Encanto, que só aconteceu em julho do ano passado. Atualmente, a produção de orgânicos e o agroturismo são as prin-

cipais fontes de renda do sítio da família Assing e não passa pela cabeça de seu proprietário sair da região. A mudança de perspectiva fica evidente pelo exemplo de Luciana Assing, a filha mais velha do casal. “Estou estudando Agronomia em Florianópolis e pretendo voltar para cá para ampliar os negócios de agroindústria orgânica e agroturismo”, promete a jovem de 20 anos.

Essas atividades estão engatinhando, pois o reflorestamento, a produção de fumo e a criação de gado leiteiro continuam dominando o cenário econômico regional. “Muita gente ainda não percebeu que o meio ambiente é um dos principais ativos regionais, pois aqui nascem 56 rios, que abastecem as cidades litorâneas de Santa Catarina. Mas o avanço dos reflorestamentos com eucalipto e pinus põe em risco esses mananciais e a mata nativa”, adverte o arquiteto Gilmar Schmitz, que foi hóspede da Pousada Vitória durante muito tempo e agora mudou para Santa Rosa de Lima para coordenar a construção de um condomínio residencial ecológico situado numa região lindíssima, junto à encosta da Serra Geral, um paredão de granito que se ergue a 1,3 mil metros, emoldurando o cenário da região. A área de 86 hectares onde está sendo implantado o condomínio foi comprada do pai de Assing, que via nas reflorestadoras o único comprador potencial. “Na época, estavam oferecendo 200 reais por hectare para plantar pinus e convenci o meu pai que não valia a pena, até porque ia estragar o meio ambiente”, conta o proprietário da Pousada Doce Encanto. No final das contas, Schmitz e outras pessoas que gostavam da região acabaram montando um grupo que comprou o terreno por 2 mil reais o hectare. “Dessa forma valorizamos as terras e isso pode servir para deter o avanço dos reflorestamentos”, diz o arquiteto.

Outro investidor que acreditou no potencial da região para o turismo ecológico é Locks, de 58 anos, que já não possui os supermercados em Florianópolis, mas resolveu investir em Santa Rosa de Lima, onde construiu o balneário Paraíso das

## A região de Santa Rosa de Lima, no sudeste de Santa Catarina, é um corredor ecológico

Águas, aproveitando a água de duas fontes termais. Ele viveu na região até os 14 anos e depois saiu, pela falta de perspectiva de trabalho. Em 1992, foi convidado pela prefeitura da cidade para participar da festa do Gemüse, nome de um prato típico alemão feito à base de batata, couve e carne de porco, que é realizada em Santa Rosa de Lima, de dois em dois anos. Retornado o contato com suas origens, comprou em 1992 a propriedade onde ficam as fontes termais, cuja licença de exploração tinha vencido. Inicialmente, Locks mandou replantar a vegetação nativa junto às fontes, no vale do rio das Águas Mornas. Em 2002, ele conseguiu a licença do Departamento Nacional de Produtos Naturais do Ministério de Minas e Energia para explorar os dois poços, que produzem 780 mil litros de água mineral por dia. O balneário foi inaugurado em 2004 e Locks antecipa seus planos: pretende inaugurar um hotel com 26 chalés até o final do ano e engarrafar sucos, produzidos com a água das fontes.

**Asfalto** Na avaliação de Locks, uma das condições para fortalecer o turismo na região é a pavimentação das rodovias de acesso. Ele conta que o governador de Santa Catarina esteve no seu balneário, em meados de fevereiro, para assinar a ordem de serviço para asfaltar os 21 quilômetros da estrada que liga Santa Rosa de Lima a Rio Fortuna. Para quem vem de Florianópolis, o asfalto acaba em Rancho Queimado, com um trecho de terra de 34 quilômetros até Anitápolis. Daí até Santa Rosa de Lima são 24 quilômetros por uma estrada de terra sinuosa que acompanha o rio Braço do Norte, que em alguns trechos fica encoberto pela vegetação, mas em outros desponta para mostrar suas corredeiras, que já começam a ser exploradas por uma empresa que organiza uma descida com botes infláveis especiais (*rafting*). A estrada fazia parte da antiga rota do charque, por onde passavam, no século XIX, as tropas de mulas que carregavam para São Paulo a carne de sol produzida



No sentido horário: corredeiras no rio Braço do Norte (foto maior); Gabriel Rieg e a esposa, Marilda, da

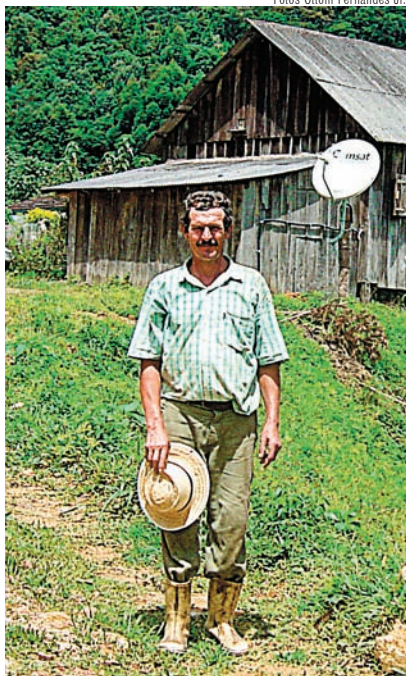
no Rio Grande do Sul. A falta de estradas asfaltadas acabou servindo para preservar um corredor ecológico nessa região, que fica entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (veja o mapa da pág. 57). Parte do trabalho da Acolhida na Colônia é mobilizar a população da região para o potencial econômico do turismo ecológico.

O proprietário da Pousada Tenfen conta que está replantando a mata nativa em

boa parte dos 50 hectares de sua propriedade. Seguindo o caderno de normas da Acolhida, tratou de fazer trilhas dentro da propriedade que permitem um contato com a vegetação de Mata Atlântica. Ele parou de usar agrotóxicos na propriedade em 1996 e começou a receber turistas em 1999, inicialmente nos quartos de uma antiga casa feita no estilo enxaimel, com uma estrutura de madeira recheada com tijolos. Tenfen recebe hóspedes em quase todos os

## entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Fotos Ottoni Fernandes Jr.



Pousada Recanto das Cachoeiras, em Anitápolis

fins de semana e também excursões de estudantes de Florianópolis: “Já chegamos a receber 64 alunos e professores, que vieram em dois ônibus passar o dia conosco”.

Os afiliados da Acolhida na Colônia devem destinar 5% do faturamento com a hospedagem para a associação. Quem não conhece a região normalmente faz a reserva por meio da Acolhida, que vai distribuindo os hóspedes pelas pousadas num sistema de rodízio, mas os visitantes mais antigos

acabam fazendo a reserva diretamente com os proprietários. Logo que a ONG foi montada, uma técnica francesa ligada à Accueil Paysan passou seis meses na região para ajudar a treinar os proprietários rurais que aderiram ao agroturismo e elaborar o conjunto de normas que devem obedecer. Uma das primeiras missões da Acolhida foi motivar os agricultores locais. “Na verdade, a gente tinha de levantar a auto-estima dos moradores da região, que se sentiam meio abandonados, mas já tinham uma experiência comunitária positiva, que era a agricultura orgânica, organizada pela Agreco”, lembra Balmann, coordenadora da Acolhida, que em junho deve ir à França para conhecer o trabalho da Accueil Paysan. Ela própria construiu uma fábrica para produzir mel orgânico, em sociedade com um irmão, que fica vizinha à Pousada Vitória.

Boa parte da divulgação do agroturismo nas encostas da Serra Geral é feita boca a boca. Rieg, o proprietário da Pousada Recanto das Cachoeiras, afirma que já recebeu gente do mundo inteiro. Foi o caso dos franceses Edwige e Jacques Chambon, de Tolosa, na França. Ele deixaram uma indagação no livro de hóspedes da pousada: “Como expressar nossa gratidão por uma acolhida tão gentil e generosa?” Turistas brasileiros também vão à região e terminam por tornar-se frequentadores assíduos. Joel Perotto, de Florianópolis, que visita a região há seis anos, sempre fica na Pousada Vitória. Ele é um dos proprietários de lotes no condomínio ecológico em construção e teme pelo futuro ambiental da região, que pode colocar em risco o potencial do turismo ecológico. Perotto também faz parte da Associação do Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral e foi na condição de secretário da entidade que participou, em meados de fevereiro, de uma reunião realizada em Anitápolis, promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Um dos objetivos do encontro foi conceber um plano diretor regional, que crie alternativas de sustentabilidade econômica sem agredir o meio ambiente. “Atualmente a companhia de sanea-

mento de Santa Catarina gasta fortunas para tratar a água usada pela população das cidades litorâneas, mas poderia investir na preservação dos mananciais, por exemplo, pagando para que agricultores da Santa Rosa de Lima mantenham suas matas ativas e abandonem o plantio de fumo, que polui os rios com agrotóxicos”, defende Perotto. Quem também saiu animado do encontro foi Lockz, proprietário do balneário Paraíso das Águas: “Foi a melhor reunião da qual já participei, discutimos iniciativas de proteção ao meio ambiente para os próximos 40 anos e espero que dêem certo, para que nossos netos não nos acusem de omissão”.

A coordenadora da Acolhida na Colônia também esteve no encontro e acha necessário ampliar a atuação da ONG que dirige para mobilizar a população de mais cidades da região para a preservação ambiental. “Precisamos conscientizar as pessoas de outros municípios para o potencial do agroturismo, que pode garantir uma boa renda para suas propriedades se abandonarem o cultivo de fumo ou a produção de carvão vegetal.” É por essas ações que a Acolhida na Colônia foi um dos 27 vencedores do Prêmio ODM Brasil de 2005, do Pnud e governo federal. A premiação selecionou projetos que contribuíram para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas. A ONG recebeu a premiação por seu trabalho de suporte e incentivo à agricultura familiar e proteção e recuperação do meio ambiente. Um exemplo que merece ser replicado. **d**



### Para saber mais:

Acolhida na Colônia (fone 48/3654-0186)  
[www.cce.ufsc.br/~fff/acolhida](http://www.cce.ufsc.br/~fff/acolhida)

Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco)  
[www.agreco.com.br](http://www.agreco.com.br)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

## ciência&inovação CIRCUITO

### Conhecimento

## Saber gratuito on-line

O Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acaba de lançar o *Terræ Didática*, publicação em formato eletrônico destinada à divulgação de materiais didáticos e informações de interesse geral para as comunidades de geologia, geografia e educação. A primeira edição já está disponível no site [www.ige.unicamp.br/terraedidatica](http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica). O editor-chefe da publicação, Celso Dal Ré Carneiro, explica que o aparecimento na mídia de acontecimentos recentes envolvendo terremotos, tsunamis, enchentes, deslizamentos de terras e outros demonstra o interesse direto nesses assuntos. "Algum grau mínimo de conhecimento sobre ciências da Terra passou a fazer parte da bagagem de qualquer cidadão", conclui. O lançamento do *Terræ Didática* coincidiu com a liberação ao acesso do Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Anteriormente, a consulta ao portal era exclusiva a estudantes, professores e funcionários de 163 instituições de ensino superior no país. No site <http://acessolivre.capes.gov.br> encontram-se resumos ou textos na íntegra (apenas na área de história) de dissertações e teses, informações sobre patentes e artigos completos de 1.040 publicações científicas, inclusive todas as disponíveis na biblioteca eletrônica SciELO (Scientific Electronic Library Online).



### Indústria aeroespacial

## Satélite fashion

A idéia vem da Rússia: roupas espaciais antigas são transformadas em satélites artificiais de pesquisa e lançadas da Estação Espacial Internacional. O astronauta Valery Tokarev foi o responsável pelo primeiro lançamento, no dia 3 de fevereiro. Um pequeno transmissor de rádio é acrescentado a cada roupa velha, permitindo o monitoramento da peça. O objetivo dos cientistas é analisar a durabilidade das roupas sem comprometer a saúde dos astronautas. O equipamento de rádio transmite continuamente informações sobre a roupa-satélite, que, em inglês, recebe o nome SuitSat e, em russo, RadioSkaf. Ao contrário

dos satélites, que possuem geometria bem definida, item que facilita no cálculo de sua permanência no espaço, as roupas-satélites apresentam desenho irregular, quase impossibilitando calcular o tempo gasto por elas para atingir as camadas superiores da atmosfera e queimar na reentrada. Os radioamadores podem monitorar as RadioSkaf. Uma vez por minuto elas transmitem a seguinte mensagem na frequência 145,990 MHz FM: "Aqui é a SuitSat1, RSORS", seguida por uma saudação em inglês, francês, japonês, russo, alemão e espanhol e, finalmente, os dados técnicos registrados naquele momento.

### Metais

## Brilho eterno

"O maior problema da prata como metal precioso é que ela mancha com o tempo. O escurecimento do metal faz com que itens tradicionais de prata, como cutelaria, tornem-se cada vez menos atrativos no mercado moderno, porque exigem muita manutenção", explica o dr. Hywel Jones, da Universidade de Sheffield Hallam, na Inglaterra, coordenador da pesquisa

que descobriu uma nova técnica para produzir prata legítima que não escurece com o tempo. As manchas na prata surgem pela reação do metal com o enxofre presente no ar, formando um filme de sulfeto de prata que escurece a superfície. A "prata inoxidável", desenvolvida pelos pesquisadores, resiste ao efeito de descoloramento, mantendo sua cor e brilho

originais. A expectativa é que a descoberta revolucione a indústria mundial da prata, já que não serão exigidas mais as demoradas e repetidas tarefas de limpeza e polimento. Os estudiosos acreditam também que a inovação abra novos mercados industriais para a prata, como os contatos elétricos de precisão, hoje uma área dominada pelo ouro.

## Segurança

### Segredos no HD

Ao realizar um estudo sobre roubo de informações pessoais, cientistas da Universidade de Leicester na Inglaterra, compraram 12 computadores de segunda mão. Descobriram que eles são grandes fontes de segredos. Em metade deles foram descobertas informações confidenciais de seus antigos donos, tais como dados sobre contas bancárias, senhas e identificação de usuários. Em um dos computadores, que pertenceu a uma empresa, foram encontradas planilhas com dados sigilosos da contabilidade e um banco de dados com informações dos clientes. O professor Martin Gill, coordenador do estudo, explica que não basta reformatar o disco rígido. Para apagar as informações deve-se utilizar os programas conhecidos como wipe-disks, que gravam números aleatórios em cima de cada setor do disco. Detalhe: os cientistas usaram apenas softwares de recuperação de dados amplamente difundidos pela Internet.

## Financiamento

### Uma semente para a tecnologia

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) já publicou o edital convocando os interessados em gerir os 24 novos fundos de capital Inovar Semente, lançados em dezembro do ano passado. Esses fundos, com um montante inicial de 24 milhões de reais cada um, financiarão empresas de base tecnológica em estágio inicial, muitas delas funcionando ainda em incubadoras ou universidades. A iniciativa vem suprir uma lacuna do mercado já que os grandes fundos preferem aplicar em empreendimentos mais maduros. Os recursos servirão para contratação da equipe e construção de

protótipos. Os fundos serão organizados por cidade, dando prioridade àquelas com maior vocação tecnológica, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ), São José dos Campos (SP), Santa Rita de Sapucaí (MG), Campina Grande (PB), Londrina (PR) e Caxias do Sul (RS). O capital deve ser composto 40% pela Finep, 20% por um banco de desenvolvimento regional e 20% por investidores privados. A Finep espera atrair a contribuição de pessoas físicas, os chamados "anjos", para ajudar a compor os fundos. Os riscos são altos, mas as possibilidades de lucro também.

A Ásia supera a Europa, pela primeira vez, em termos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), com dados de 2002, apontou que a Ásia respondeu por 32% dos investimentos brutos em P&D e a Europa por 27%. A América do Norte continua em primeiro lugar, com 37%.

## Combustíveis

### Biodiesel em teste

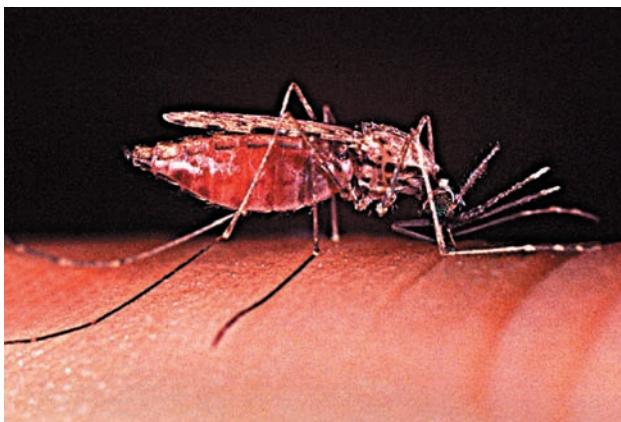
A primeira cidade a ter um ônibus rodando com biodiesel será o Rio de Janeiro. Um dos carros da linha 121 (Central-Copacabana) vai circular com 5% de biodiesel, durante um ano. Ele percorrerá 60 mil quilômetros e durante esse percurso o desempenho da mistura será avaliado. Se o resultado for positivo, toda a frota municipal adotará o biodiesel até 2007. O combustível testado será produzido pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Amazônia

### Estudos ligam malária a desmatamento

Dois estudos sobre a Floresta Amazônica mostram relação entre desflorestamento e aumento de risco de malária. O primeiro, publicado em janeiro deste ano, no periódico *Proceedings of the National Academy of Sciences*, demonstra que a retirada de árvores favorece o aparecimento de áreas que abrigam água empoçada, local onde o mosquito põe seus ovos. O texto também revela que depois que a agricultura e o desenvolvimento urbano chegam às regiões fronteiriças, o hábitat do inseto fica comprometido e caem as taxas de transmissão da doença. A coordenadora do estudo, Marcia Caldas de Castro, da Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, diz que as estratégias para eliminação da malária devem combinar métodos preventivos e curativos com a colaboração entre os setores de agricultura e saúde. Outro estudo

feito no Peru mostra que a taxa de picada pelo *Anopheles darlingi*, principal mosquito causador de malária na Amazônia, é quase 300 vezes maior em áreas desmatadas. Segundo o coordenador das pesquisas, Jonathan Patz, da Universidade de Wisconsin-Madison, também nos Estados Unidos, o senso comum avalia que a malária está aumentando em consequência do maior número de pessoas na floresta tropical. Mas os resultados obtidos mostram que as alterações na mata têm maior papel que o deslocamento de seres humanos para a floresta. Patz afirma que o fato de o desmatamento estar conectado à prevalência de uma doença como a malária levanta questões maiores. Ele acredita ser provável que as áreas de proteção sejam uma importante ferramenta nas estratégias de prevenção de doenças.



Divulgação/Médicos sem Fronteiras



## O custo da ignorância

**E**m matéria de educação no Brasil, o autor não esconde o pessimismo: “Estamos pior do que se poderia imaginar” (pág. 132). Na primeira parte, ele mostra o impacto da variável educacional no crescimento, o que lhe permite fazer, na segunda, um diagnóstico preciso desses problemas no Brasil. A situação é estupefacente: temos poucos jovens nas escolas e os testes aplicados dão resultados pífios, caminhando para pior.

“No Brasil, onde a educação é um dos principais responsáveis pela desigualdade de renda, assiste-se a uma grande mistificação do assunto: aqueles que se dizem igualitaristas acabam defendendo um modelo elitista e exclusivista que mantém e protege as desigualdades reinantes” (pág. 158). A solução não está em aumentar as vagas nos níveis mais baixos (já perto de 100%), mas sim o número de concluintes capazes de entrar no segundo e no terceiro ciclos. A única solução é aumentar a qualidade dos primeiros níveis.

Não custa nada eliminar alguns mitos, como o de que o Brasil gasta pouco em educação. Gastamos 5,1% do PIB, mais do que a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que está em 4,9%. Colocar mais dinheiro seria aumentar a ineficiência do sistema. Os professores tampouco ganham mal, para o número de horas efetivamente trabalhadas. Ao contrário, eles ganham um pouco mais do que outros profissionais de mesmo nível de qualificação,

sem falar das diversas benesses do serviço público (estabilidade, melhor pensão, menos anos para aposentadoria). O Brasil gasta dinheiro nos níveis errados, com prioridades erradas.

Por exemplo: as universidades públicas representam menos de 2% das matrículas da educação no Brasil, mas recebem 29% dos gastos com educação. O custo por aluno é quase o dobro da média da OCDE, a relação aluno-professor é inferior, a formação leva mais tempo e o professor universitário recebe por uma pesquisa que ele não faz. No Brasil, o custo de um aluno universitário do setor público pode ser quatro a 9,5 vezes mais do que o similar do setor privado, ante uma média internacional de 2,3.

Quanto à reforma do ensino no Brasil, não é que falem metas: o Ministério da Educação as tem demais. A proposta do autor é que o Brasil tenha 66% de taxa de escolarização líquida no segundo ciclo até 2014, ou seja, que dois terços dos jovens de 15 a 17 anos tenham ensino médio. Para isso é preciso alfabetizar todas as crianças ao final da primeira série. A dificuldade, aqui, é mais gerencial do que pedagógica. É preciso melhorar a qualidade do ensino e redirecionar os recursos dos abonados do terceiro ciclo para os pobres do primeiro.

O plano de reformas do autor compreende implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a premiação da melhoria do desempenho nos estados e

municípios, o fim do abatimento no imposto de renda dos gastos com escolas privadas e o fim da gratuidade no ensino superior, com transferência desses recursos para o Fundeb. A distribuição do dinheiro deve premiar não os que menos têm, mas os que melhorarem seu desempenho. O novo fundo “deveria transferir recursos de acordo com a diminuição das taxas de repetência de cada estado” (pág. 223).

O fim da gratuidade no ensino superior público é o elefante no meio da sala: “O estrangulamento nacional não deve acabar enquanto a universidade pública não se tornar mais eficiente e menos custosa, para que possa voltar a se expandir” (pág. 231). O dinheiro arrecadado não seria para cobrir os custos das universidades, mas para o ensino básico. As universidades públicas poderiam cobrar o que achassem compatível com sua estrutura de custos, em função dos cursos mais requisitados. Alunos carentes teriam ajuda governamental, dentro de certos parâmetros, e o resultado seria a melhoria da qualidade, tanto no setor público como no privado.

As propostas são ousadas e dignas de reflexão. O pior seria maior transferência de recursos para as universidades públicas, sem a contrapartida da melhoria na eficiência. O Brasil gasta muito nas prioridades erradas. Deve-se agora fazer o que deve ser feito, que é o que já foi feito em outros países. Este livro é uma boa introdução a esse debate.

**Paulo Roberto de Almeida**



**A Ignorância Custa um Mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil**

Gustavo Joschpe

Ed. Francis, 2004, 234 p., R\$ 45,00

# Tão longe, tão perto

**J**effrey Sachs é reconhecidamente um liberal. Mas ele não prega o liberalismo como a solução para todos os males e lugares do mundo. Em seu último livro, *O Fim da Pobreza*, Sachs não poupa críticas ao FMI, ao Banco Mundial, aos EUA e aos países ricos no que diz respeito à obtenção de regras mais justas no comércio global e à ajuda financeira aos países empobrecidos por dívidas impagáveis e por doenças como a malária e a Aids.

O autor não sai em defesa do mercado a qualquer custo nem radicaliza o discurso no sentido oposto. Ele pondera. Suas palavras: “Quando as condições de infraestrutura básica e de capital humano estão disponíveis, os mercados são poderosas máquinas de desenvolvimento. Sem essas condições, os mercados podem cruelmente esquecer grandes parcelas da população mundial, deixando-as na pobreza e no sofrimento sem alívio”.

O economista conhece a pobreza de perto. Ou melhor, as pobreza. A africana, a latino-americana, a chinesa e a indiana, e também viu parte dos 8 milhões de pessoas que morrem a cada ano no mundo porque são pobres demais para permanecer vivas.

Para Sachs, existem países que estão longe de colocar os pés no primeiro degrau da escada do desenvolvimento e nunca conseguirão fazê-lo a não ser que recebam apoio financeiro dos ricos. A ajuda vai desde o perdão da dívida externa até o envio de medicamentos e mantimentos. Bastaria que os países ricos cumprissem o compromisso de destinar 0,7% de seu PIB à assistência externa.

O que ele quer ainda é desmistificar qualquer justificativa de que os países só são pobres porque são corruptos, e seus povos, preguiçosos. E provar que o desenvolvimento econômico não é um jogo de soma zero, em que para um grupo ganhar outro deve perder. No tabuleiro mundial, todos podem vencer.

Decididamente não é um pessimista. Acredita, por exemplo, que a pobreza ex-

tema acabará em 2025, já que o desenvolvimento econômico se difunde pelo mundo. O problema é a tal escada, que não dá livre acesso a todos os países. E são as Metas para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) a chance de o mundo “comportar-se melhor em relação aos países mais pobres depois de 20 anos de fracasso das políticas de ajuste estrutural”. Entretanto, Sachs critica a postura de toda a comunidade internacional, que, segundo ele, é incoerente na prática por nunca se preocupar com a questão operacional e com as condições que devem ser concretizadas para que se atinjam os ODM.

Sua análise chega à seguinte imagem: a dificuldade em acabar com a pobreza está em fazer com que pessoas que nunca se encontraram nem confiam umas nas outras passem a cooperar, formando uma ampla rede global.

O livro é consistente. As idéias são sensatas. Tudo se encaixa, mas depois de lidas todas as páginas é inevitável a dúvida do “será mesmo possível conseguir tudo isso?” A questão, entretanto, é que as idéias de Sachs parecem ser a única alternativa.

Giovana Tiziani



**O Fim da Pobreza – Como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**

Jeffrey D. Sachs  
Companhia das Letras, 2005  
472 p., R\$ 55,00



**O Segredo da Estratégia**

William Duggan  
Ed. Francis, 2005  
317 p., R\$ 39,90

## O estalo de Napoleão

**T**endo na capa o retrato de um Napoleão que olha ao longe, o livro *O Segredo da Estratégia* pode induzir o leitor a pensar que se trata de obra sobre as campanhas do famoso general. Engano. O texto de William Duggan fala sobre a vida de personagens tão díspares quanto Paulo, o centurião romano que se converteu na estrada para Damasco, e o general Patton, sendo que alguns deles jamais viram a guerra de perto, como Alice Paul, líder das sufragistas norte-americanas no início do século XX. O que une todos, de acordo com a análise de Duggan, é que em determinado momento eles tiveram um “estalo” e conseguiram perceber a situação em que estavam inseridos de uma forma mais ampla, o que lhes permitiu adotar uma estratégia bem-sucedida rumo a seus objetivos.

Napoleão é apenas um dos exemplos, considerado como aquele que melhor soube tirar dos “estalos”. O livro busca dissecar cada um dos “estalos” dos personagens e mostrar como qualquer pessoa pode aplicar esse recurso, desde que esteja atenta aos acontecimentos externos. Mas vai além. De nada adianta o “estalo” se não estiver acompanhado das noções históricas a respeito de outros que passaram por experiências semelhantes. Portanto, a lição é a seguinte: preste atenção em seus *insights*, mas não deixe de fazer a lição de casa.

Andréa Wolfenbüttel

## O que é?

### Acordo da Basiléia

Basiléia é uma aprazível e rica cidade suíça. Lá, desde 1975, a cada três meses se reúne o Comitê de Supervisão Bancária. O órgão foi criado por representantes dos bancos centrais do G-10, o grupo dos dez países mais industrializados, para discutir questões concernentes à gestão do sistema financeiro. À medida que a tecnologia foi permitindo um maior e mais rápido fluxo internacional de capitais, o sistema bancário de cada país passou a ter efeitos importantes fora de suas fronteiras. Foi quando a comunidade internacional percebeu que era necessário uniformizar o funcionamento dos bancos em todo o mundo. Quem tomou a frente dessa tarefa foi justamente o comitê que costuma se encontrar na Basiléia. Em 1988, ele apresentou 25 princípios que formaram o Acordo de Capital da Basiléia. Eles estabelecem uma metodologia de avaliação de risco de crédito buscando garantir a saúde do sistema. Outros países aderiram ao acordo e as instituições tiveram um prazo de quatro anos para se adaptar às novas regras. Em 1997, o comitê decidiu ampliar os princípios para adaptá-los às mudanças do mercado. A nova versão ficou conhecida como Basiléia II e estabelece níveis mínimos de estoques de capital para os bancos, novas normas contábeis mais transparentes e maior segurança dos sistemas e dos dados. Tome cuidado para não confundir o Acordo da Basiléia com a Convenção da Basiléia. Esta nada tem a ver com os bancos e diz respeito ao manuseio e transporte de resíduos.

## Comércio Exterior

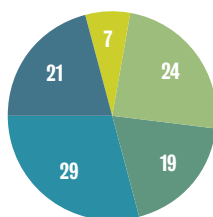
### Muita indústria, pouca tecnologia

Os números da exportação brasileira em 2005, além de grandes, confirmam, de uma vez por todas, o perfil industrial dos produtos vendidos ao exterior. Dos 118,3 bilhões de dólares que entraram no país em 2005 por meio das exportações, apenas 20% compraram mercadorias não industrializadas. O desafio agora é aumen-

tar o grau de tecnologia dos produtos vendidos, já que apenas 7% deles são de alta tecnologia, e 29% são de baixa. Olhando o gráfico das cinco categorias de produtos industrializados cujas vendas ao exterior mais cresceram no ano passado, percebe-se que apenas duas são de alta tecnologia.

### Composição das exportações brasileiras (2005) (em %)

- Indústria de alta tecnologia
- Indústria de média-alta tecnologia
- Indústria de média-baixa tecnologia
- Indústria de baixa tecnologia
- Produtos não industriais



**REPARA:** apesar das exportações brasileiras estarem concentradas em produtos industriais, a maior fatia ainda é de produtos de baixa tecnologia, que respondem por 29% das vendas ao exterior. Mas esse perfil tende a se modificar, já que o segmento que mais cresceu em 2005 foi o de produtos de alta tecnologia, que registraram aumento de 35%.

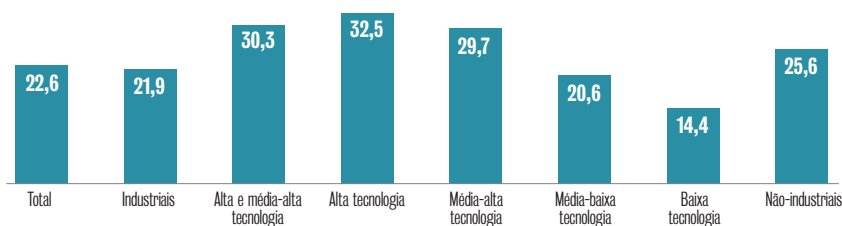
Fonte: MDIC/Secex

### Principais produtos de alta tecnologia exportados

	Valor (US\$ milhões FOB)	Part. no total exportado (%)
<b>Total dos produtos de alta tecnologia</b>	<b>8.757</b>	<b>7,4</b>
Aeronáutica e aeroespacial	3.699	3,1
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	3.332	2,8
Farmacêutica	725	0,6
Instrumentos médicos de ótica e precisão	523	0,4
Material de escritório e informática	478	0,4

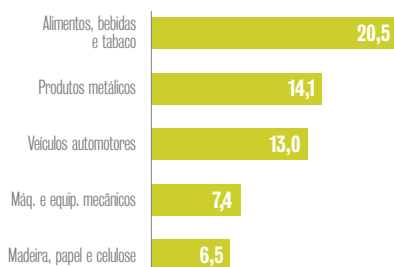
Fonte: MDIC/Secex

### Variação das exportações de 2004 para 2005 por categoria de produto (em %)



Fonte: MDIC/Secex

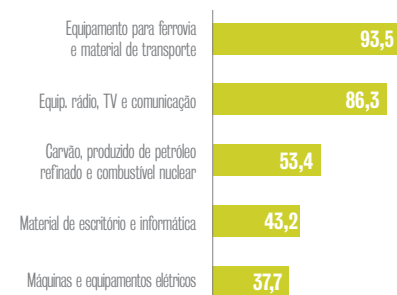
### Produtos industriais mais exportados em 2005 (em US\$ bilhões FOB)



**REPARA:** entre os produtos industrializados mais exportados, não há nenhum de alta tecnologia. Existem duas categorias de alta-média tecnologia, que são os veículos e os equipamentos mecânicos; uma de média-baixa, que são os produtos metálicos; e duas de baixa tecnologia, que são os alimentos, bebidas e fumo, madeiras e seus derivados.

Fonte: MDIC/Secex

### Produtos industriais cujas exportações mais cresceram de 2004 para 2005 (Variação do valor exportado em %)



Fonte: MDIC/Secex

## Vindo ao mundo

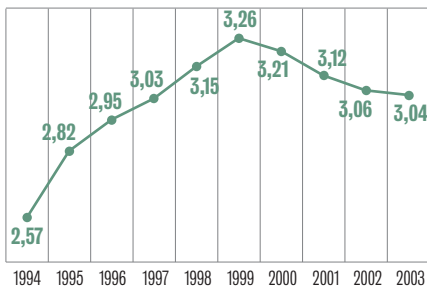
O Datasus, conjunto de dados do Sistema Único de Saúde, tem uma área específica de informações a respeito dos nascimentos no Brasil. Fazendo uma análise dos últimos indicadores disponíveis, referentes ao ano de 2003, é possível descobrir como e onde nas-

cem os bebês. Também é fácil perceber os estados que oferecem melhores serviços de saúde às parturientes. A boa notícia é que a imensa maioria das mães tem algum tipo de atendimento pré-natal, ainda que a quantidade de consultas seja baixa.

### Quantos nascem

#### Cai o número de nascimentos

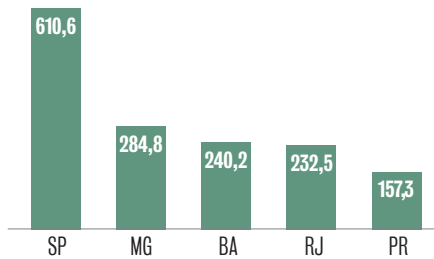
(em milhões)



REPARA: o número de nascidos vivos vem caindo desde 1999. Atualmente, a taxa de nascimento indica que a população brasileira deve permanecer estável.

#### Onde houve mais nascimentos (2003)

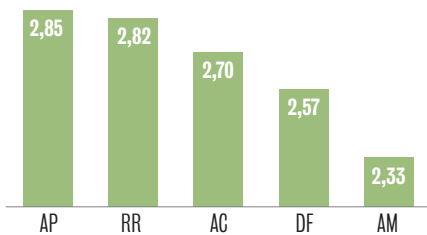
(em mil nascidos)



REPARA: obviamente, ocorrem mais nascimentos nos estados mais populosos, mas, quando se toma a proporção de nascimentos em relação à população, percebe-se que há um número maior nos estados da região Norte (exceto o Distrito Federal) e um número menor nos estados mais ricos do país.

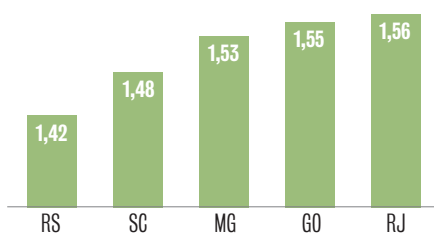
#### Estados com maior número proporcional de nascimentos (2003)

(Percentual de nascidos no ano em relação à população)



#### Estados com menor número proporcional de nascimentos (2003)

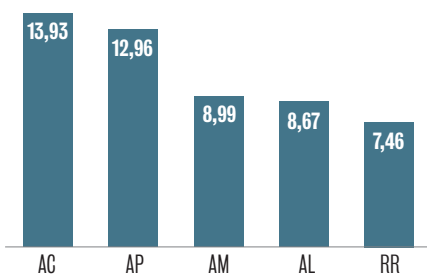
(Percentual de nascidos no ano em relação à população)



### Mais de 96% das mães fazem pré-natal

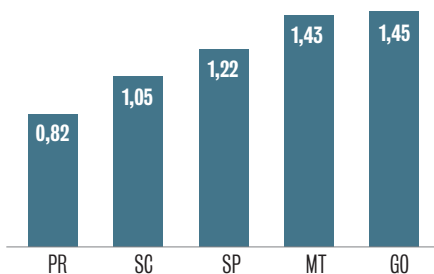
#### Estados com maior proporção de mães que não realizaram nenhum exame pré-natal (2003)

(Percentual em relação ao total de nascidos)



#### Estados com menor proporção de mães que não realizaram nenhum exame pré-natal (2003)

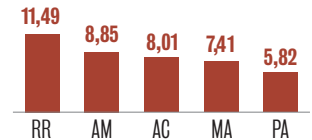
(Percentual em relação ao total de nascidos)



### Quase não nascem mais bebês fora do hospital

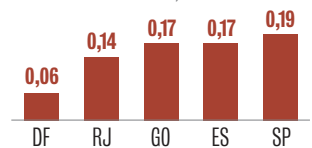
#### Estados com maior proporção de nascidos em 2003 em casa

(Percentual em relação ao total de nascidos)

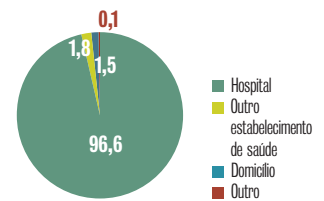


#### Estados com menor proporção de nascidos em 2003 em casa

(Percentual em relação ao total de nascidos)



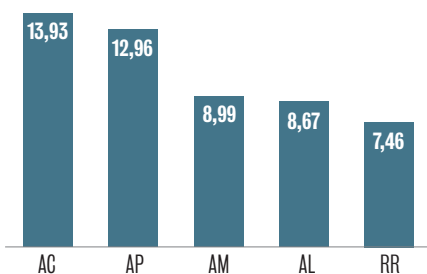
#### Onde nasceram os bebês (2003) (em %)



REPARA: apesar dos problemas do serviço de saúde no país, a imensa maioria das mulheres dá a luz em hospitais. Porém, alguns estados ainda estão bastante atrasados, como é o caso de Roraima, onde 11,49% dos partos ainda acontecem em casa.

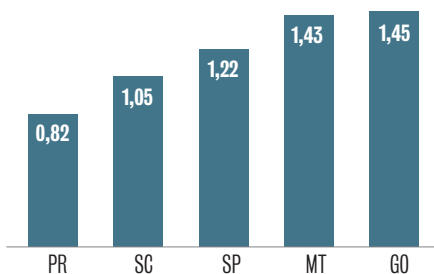
#### Estados com maior proporção de mães que não realizaram nenhum exame pré-natal (2003)

(Percentual em relação ao total de nascidos)

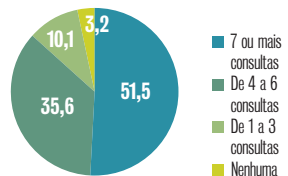


#### Estados com menor proporção de mães que não realizaram nenhum exame pré-natal (2003)

(Percentual em relação ao total de nascidos)



#### Número de consultas pré-natal realizadas pelas mães (em %)



REPARA: a proporção de parturientes que não fizeram nenhum exame pré-natal é bastante pequena, 3,2%. Mas essa estatística está longe de ser uniforme para todo o país. No Acre, quase 14% das mães não fizeram sequer um exame pré-natal, enquanto no Paraná a proporção não chega a 1%.

A correspondência para a redação deve ser enviada para [cartas@desafios.org.br](mailto:cartas@desafios.org.br) ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP: 70076-900 - Brasília DF



Reprodução

Quero sugerir uma reportagem sobre telefonia fixa no Brasil. Estão sucateando as linhas fixas em prol do crescimento sem controle da telefonia celular. Fizeram o mesmo com a ferrovia brasileira, como se pode ver na matéria “Uma corrida sobre trilhos”, publicada na edição 9 de **Desafios**, em abril do ano passado. Agora é a vez da telefonia, só que neste momento temos como começar a discutir o assunto graças a equipes de trabalho como a de vocês. Não há necessidade de desperdiçar tando investimento feito em linhas digitais, até mesmo em algumas analógicas, pois ainda existem cantos que não se comunicam neste Brasil. A questão “via satélite” também tem suas implicações ambientais, dentre outras, que precisam ser respeitadas. Sou assinante de **Desafios** desde o início e gosto muito da revista. Parabéns!

**Sônia Maria Moreira  
Mariquito Naime**  
Pará de Minas - MG

*Prezada Sônia, agradecemos seus elogios. Na edição número 18 apresentamos uma reportagem sobre a renovação dos contratos com as concessionárias de telefonia fixa, esperamos que tenha gostado. Em breve*

*podemos voltar ao assunto com o enfoque que você sugeriu.*

Gostaria de saber como posso obter o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre cabotagem citado na matéria “De vento em popa”, veiculada na edição 17, de dezembro do ano passado.

**Miriam Manoel Francisco**  
São Paulo - SP

*Prezada Miriam, o estudo “Perspectivas do crescimento do transporte por cabotagem no Brasil”, de autoria dos pesquisadores Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Marília de Barros Santos, pode ser obtido no site do Ipea, [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Você deve realizar os seguintes passos: clique em Publicações, depois em Texto para Discussão, selecione o ano de 2005 e busque o Texto para Discussão número 1.129, que é justamente o que você procura. Também é possível localizar o estudo pesquisando a palavra “cabotagem” diretamente na Memória Técnica do Ipea. Essa orientação não foi publicada na reportagem porque na época o texto ainda não estava disponível na Internet.*

Conheci **Desafios** nesta semana numa clínica e me apaixonei pela revista. Parabéns pelo trabalho e pela grandiosidade da proposta. Pretendo me tornar um colaborador, se houver alguma coisa que eu possa fazer aqui em Salvador, será com prazer.

**Edie Meireles**  
Salvador - BA

*Prezado Edie, agradecemos muito suas palavras e ficamos con-*

*tentes ao saber que gostou da revista. Você pode nos ajudar fazendo críticas ao nosso trabalho e sugestões de reportagens.*

Assustou-me a indicação das páginas no Sumário da edição número 18 de **Desafios**, de janeiro deste ano, pois a revista é muito qualificada.

**Francisco Cock Fontanella**  
Piracicaba - SP

*Estimado Francisco, de fato o Sumário da edição de janeiro estava errado. Houve uma repaginação da revista e não foram feitos os devidos ajustes no Sumário. Pedimos desculpas pela falha e esclarecemos que não incluímos uma errata no número seguinte porque não faz sentido publicar o Sumário certo em outra edição.*

Quero informar que há um erro na reportagem “Alianças para o progresso”, veiculada na edição 4 de **Desafios**, de novembro de 2004. A matéria que fala sobre as vantagens dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que se multiplicam pelo país e promovem distribuição de riqueza, afirma que o sr. Lindomar José Rabelo é proprietário

da Tok Final Lavanderia. Na verdade, ele é o gerente do estabelecimento de minha propriedade.

**Cristiano de Camargo  
Pereira**  
Jaraguá - GO

Senti falta de maior repercussão na revista **Desafios** sobre o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo governo federal. Mais de 20 iniciativas nacionais foram premiadas e poderiam servir de inspiração para a solução de diversos problemas locais e nacionais. Sugiro uma edição (talvez especial) sobre os diversos casos vencedores.

**Valério Turnes**  
Florianópolis - SC

*Caro Valério, concordamos plenamente com sua opinião a respeito da importância do Prêmio ODM, tanto é que estamos incluindo nesta edição uma reportagem sobre a organização não-governamental Acolhida na Colônia, que foi um dos vencedores. Esperamos que você goste. Pretendemos continuar produzindo matérias sobre os diversos projetos laureados, como exemplo de boas práticas.*

## Erramos

O artigo “Grandes potenciais e singelos passos”, publicado na página 40 da edição passada, foi escrito em co-autoria por João Alberto De Negri e Alexandre Messa, e não apenas com a colaboração de Alexandre Messa, como foi informado.



Accesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:  
[www.desafios.org.br](http://www.desafios.org.br)